

ANO 2021
NÚMERO

46

Faces de Eva
Estudos sobre a Mulher



lunus

Faces de Eva

Estudos sobre a Mulher



lúmus

FACES DE EVA
Revista de Estudos sobre a Mulher
N.º 46 – 2021

Fundadora/Primeira Directora: Zília Osório de Castro

Direcção: Isabel Henriques de Jesus • Helena Pereira de Melo

Editoras Executivas: Maria do Céu Borrêcho • Mariana de Oliveira Rodrigues • Zamira de Assis

Coordenação deste número: Rita Mira / Sara Torres

Conselho Editorial: Agnieszka Fal-Dutra Santos (Directora de Programas da Global Network of Women Peacebuilders), Ana Guil Bozal (Universidade de Sevilha), Ana Isabel Buescu (Universidade NOVA de Lisboa), Ana Paiva Morais (Universidade NOVA de Lisboa), Ana Pires Pessoa (Instituto Politécnico de Setúbal), Anne Cova (Universidade de Lisboa), Bernardo Vasconcelos e Sousa (Universidade NOVA de Lisboa), Carla Cibebe de Figueiredo (Instituto Politécnico de Setúbal), Dalila Cerejo (Universidade NOVA de Lisboa), Deolinda Adão (Universidade da Califórnia - Berkeley), Elza Pais (Perita em Igualdade de Género), Eugénia Vasques (Instituto Politécnico de Lisboa), Filipa Vicente (Universidade de Lisboa), Gonçalo Plácido Cordeiro (Universidade Paris Nanterre), Graça Dos Santos (Universidade Paris Nanterre), Irene Vaquinhas (Universidade de Coimbra), José Luís Garcia (Universidade de Lisboa), José Manuel da Costa Esteves (Universidade Paris Nanterre), Krassimira Daskalova (Universidade de Sófia), Magda Guadalupe dos Santos (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), Mara Montanaro (Universidade de Paris 8), Marcella Corsi (Sapienza Universidade de Roma), Margarida Queirós (Universidade de Lisboa), Maria da Conceição Nogueira (Universidade do Porto), Maria de Belém Roseira (Primeira Ministra para a Igualdade), Maria de la Paz Pando Ballesteros (Universidade de Salamanca), Maria do Mar Pereira (Universidade de Warwick), Maria José Rosado Costa (Universidade de Lisboa), Maria Luísa Femenias (Universidade Nacional de La Plata), Maria Luísa Ribeiro Ferreira (Universidade de Lisboa), Mary Garcia Castro (Universidade Federal da Bahia), Maria Reynolds de Souza (Perita em Igualdade de Género), Paula Gomes Ribeiro (Universidade NOVA de Lisboa), Paula Pinto Costa (Universidade do Porto), Paulo Ribeiro Baptista (Museu Nacional do Teatro e da Dança), Rada Iveković (Perita em Género e Filosofia Indiana), Regina Tavares da Silva (Perita em Igualdade de Género), Susan Buckingham (Perita em Género e Ambiente), Teresa Joaquim (Universidade Aberta), Teresa Sousa de Almeida (Universidade NOVA de Lisboa), Teresa Pizarro Beleza (Universidade NOVA de Lisboa), Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti (Universidade Católica do Salvador).

Referentes de 2021: Ana Cláudia Lopes (Universidade de São Paulo), Ana Gabriela Macedo (Universidade do Minho), Ana Maria Colling (Universidade Federal de Grandes Dourados), Ana Maria Silva Ribeiro (Universidade do Minho), Ana Paiva Morais (Universidade NOVA de Lisboa), Ana Raquel Fernandes (Universidade Europeia), Adriana Bebian (Universidade de Coimbra), Andreia Mordido (Universidade de Lisboa), Carla Milani Damião (Universidade Federal de Goiás), Daniela Moreira de Souza (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), Fátima Assunção (Universidade de Lisboa), Fernando Curopos (Universidade Paris Sorbonne), Flávia Vivaldi (Universidade de Campinas), Gonçalo Plácido Cordeiro (Universidade Paris Nanterre), Inês Brasão (Instituto Politécnico de Leiria), Irene Vaquinhas (Universidade de Coimbra), Jackeline Romio (Universidade de São Paulo), José Manuel Carvalho Ferreira (Universidade de Lisboa), Luísa Posada Kubissa (Universidade Complutense de Madrid), Margarida Rendeiro (Universidade NOVA de Lisboa), Maria do Rosário Rodrigues (Instituto Politécnico de Setúbal), Maria Immaculada Pastor Gosálbez (Universidade Rovira i Virgili), Marinela Carvalho Freitas (Universidade do Porto), Rafael Kalaf Cossi (Universidade de São Paulo), Silvana Vilodre Goellner (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Direcção gráfica e capa: António Pedro

Revisão: Margarida Baldaia

Edição: Faces de Eva/CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa; Húmus • Apartado 7081, 4764-908 Ribeirão – Vila Nova de Famalicão

Execução gráfica: Papelmunde

Sede: Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa.

Avenida de Berna, 26 C • 1069-061 Lisboa www.facesdeeva.fcsh.unl.pt • email: facesdeeva@fcsh.unl.pt

ISSN 0874-6885

DOI: <https://doi.org/10.34619/iah1-kwe4>

Depósito legal n.º 145 434/99

Periodicidade semestral Ano 2021: grátis

Tiragem: 300 exemplares

Solicita-se permuta/ Exchange requested /On demande l'échange/Man bittet um Austausch

A revista *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* está indexada na plataforma SciELO, no SciELO Citation Index, no Catálogo LATINDEX, no índice ERIH PLUS, CIRC, ClassifICS, ERA, MIAR, MLA, QUALIS/CAPES. É membro da rede EIGE sobre a Igualdade de Género – EuroGender (www.eurogender.eige.europa.eu).

Apoios: Edição co-financiada e apoiada pela Roche Farmacêutica Química, Lda.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto UIDB/04647/2020 do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade NOVA de Lisboa.

SUMÁRIO

NOTA DE ABERTURA

- 7 Curiosidade e persistência
Isabel Henriques de Jesus

POEMA

- 13 Sonnet
The Rainbow
A. A. Lovelace

HOMENAGEM

- 17 Augusta Ada King, Countess of Lovelace: First computer programmer
Suw Charman-Anderson

ESTUDOS

- 31 Ada Lovelace: A «feiticeira do número»
Carlos Fiolhais
- 49 Escrita e narrativa na estratégia de emancipação da personagem Lenù na tetralogia napolitana de Elena Ferrante
Cristina Carneiro de Menezes
- 65 El materialismo no esencialista de Luce Irigaray: Una mirada renovada sobre la diferencia sexual
Ariel Martínez
- 83 Mulheres contra o fascismo: Diálogos possíveis entre Maria Lacerda de Moura, Luce Fabbri e Hannah Arendt
Jaqueline Moraes de Almeida
- 101 *I know why the caged Nightingale does not sing:*
Para uma leitura de *Cassandra* (1852), de Florence Nightingale (1820-1910)
Miguel Alarcão

ESTADO DA QUESTÃO

- 115 Associação “Feministas Em Movimento”
Elisabete Brasil

DIÁLOGOS

- 125 Computação é Coisa de Menina Sim!
Aleteia Araujo | Maristela Holanda

ENTREVISTAS

- 137 Luisa Ribeiro Lopes
Zamira de Assis
- 147 Rosalia Vargas
Sofia Nunes

PIONEIRA

- 159 Maria Alice Pereira
Diana Morais | Maria do Rosário Barardo

RETRATO

- 169 Laura Bassi
Maria do Céu Borrêcho

LEITURAS

- 179 Artistas plásticas em Portugal
Maria do Céu Borrêcho
- 183 Tudo o que eu quero: Artistas portuguesas de 1900 a 2020
Rita Mira

LINHA EDITORIAL. NORMAS DE PUBLICAÇÃO

- 191 Procedimento de arbitragem/Peer reviewing process
- 193 Normas de publicação/Editorial guidelines

Nota: A regra ortográfica de cada artigo respeita a opção de autoras e autores.

Nota de
abertura

Curiosidade e persistência

ISABEL HENRIQUES DE JESUS*

Pensamos em curiosidade e persistência quando reflectimos sobre a vida e a obra de Ada Lovelace, com quem “convivemos” no decurso da preparação deste número 46 da revista *Faces de Eva*. Só uma vontade forte e persistente e uma mente indagadora poderiam levar uma mulher, na primeira metade do século XIX, a compreender o potencial de uma máquina precursora dos modernos computadores e a escrever aquilo que se pode designar como o primeiro algoritmo. Apesar de ter sido intelectualmente estimulada para a ciência e para a matemática, a determinação e, porventura, uma imaginação fértil e pouco condicionada, permitiu-lhe abraçar um projecto que, no seu tempo, não estaria destinado a uma jovem mulher. Ada Lovelace movimentava-se entre a ciência, a poesia e a arte – não fosse ela filha de uma matemática e de um poeta – e quisemos assinalar essa sua dimensão poética, através da publicação do manuscrito de um poema seu.

..... DOI: <https://doi.org/10.34619/mlqv-rhdu>

* Isabel Henriques de Jesus, <https://orcid.org/0000-0002-8172-4224>
Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher, 1069-061 Lisboa, Portugal
misabeljesus@fcsh.unl.pt

Não é incomum, aliás, que espíritos rigorosos e dedicados às ciências naturais ou a outras delas derivadas sintam um enorme fascínio pelas artes e pela literatura. Talvez porque a aventura da descoberta traga consigo esse mergulhar profundo no mundo sensível da imaginação e das emoções. São seres dominados pelo espanto e, esse, encontram-no quer no laboratório, quer na inquietação da expressão artística. Temos exemplos vários⁽¹⁾, podendo citar, entre muitos outros, o caso de Maria de Sousa (1939-2020), imunologista e poeta, “desarrumada” por quem contribuiu para o seu percurso na incessante busca do saber. Publicou, em 1988, juntamente com Agostinho da Silva, outra figura ímpar da nossa cultura, *A Hora e a Circunstância*. Fora do nosso país, pensamos em Rebecca Elson (1960-1999), astrónoma e poeta, precocemente desaparecida, avidamente explorando o mundo interno e o externo, não sem apontar diferenças significativas entre os contextos em que os desenvolveu. Em *A Responsibility to Awe* (2018) demonstra como o universo poético e as hipóteses científicas encontram na imaginação o leito fértil para fecundarem. Finalmente, e porque concebemos o feminismo como um modo afirmativo de estar no mundo em igualdade, pressupondo isso, sempre que possível, a inclusão, não podemos deixar de recordar Rómulo de Carvalho/António Gedeão (1906-1997), o professor/poeta/investigador que nos legou uma extensa obra poética, a par do seu trabalho de físico, químico e historiador. Vale a pena fruir a sua *Poesia Completa* (1997) ilustrada por Júlio Pomar.

Os exemplos acima mostram como o encontro entre ciência e poesia, ou ciência e arte, longe de constituir realidades independentes, fortifica-as, estimulando os processos de criação e a capacidade interpretativa.

Este número de *Faces de Eva* agrega um conjunto de textos em que as questões relacionadas com a inserção das raparigas e das mulheres nas tecnologias são particularmente salientadas, não apenas identificando o papel preponderante que tiveram nos primeiros tempos da computação, como contando a história da sua exclusão quando essa área se tornou altamente valorizada e reconhecida e foi apropriada por quem detinha o poder, situação ainda hoje difícil de inverter.

A importante contribuição das mulheres nesta área está bem explícita no filme de Theodore Melfi (2017) *Hidden Figures*, que, baseando-se numa história verídica ocorrida na década de 1960, evidencia o papel de

1 Optámos por referir apenas 3 nomes, seleccionando uma obra poética para cada um.

três pioneiras, exímias matemáticas afro-americanas, a trabalhar na NASA. Apesar do seu contributo valioso, eram mulheres, e mulheres negras, o que as confinava a uma zona exclusiva “West Computing”, sem acesso aos recursos das mulheres brancas. É um filme verdadeiramente impressionante que põe a nu a política da segregação racial, mas também a menorização das mulheres, ao mesmo tempo que evidencia a sua força, persistência e determinação na construção de um projecto de dimensão inquestionável como o dos voos espaciais.

Muitos dos artigos que aqui publicamos referem a necessidade de voltar a abrir este campo às mulheres, sendo que há unanimidade na importância de acções de estímulo e de incentivo para que as raparigas se sintam atraídas pelas áreas tecnológicas, de onde foram excluídas por astúcia do poder masculino. A preocupação com essa assimetria exige acções concretas que uma simples aritmética dos dados reconhece como fundamental. Senão, vejamos: dados actualizados na Pordata, a 3 de Agosto de 2021, referem a existência de 87 733 diplomados no ensino superior, em 2020, sendo 51 200 (58,4%) mulheres e 36 533 (41,6%) homens. No entanto, na área das TIC (Tecnologias de Informação e de Comunicação) essa correspondência desequilibra fortemente em desfavor das mulheres. Isto é, num total de 6930 diplomados na área, 5534 (79,9%) são homens e 1396 (20,1%) mulheres. As razões para um tão grande fosso serão múltiplas, mas o efeito de internalização de estereótipos de género não lhes será estranho, e a verdade é que os modelos de identificação não abundam, porque maioritariamente masculinos. Uma socialização assim construída molda a plasticidade cerebral no sentido do estereótipo, e as raparigas não se sentem atraídas para a área. É preciso inverter esse mecanismo de auto-alimentação, por meio de acções e de práticas muito dirigidas, em que a intervenção de modelos, relatando as suas próprias experiências, parece esbater sentimentos de incapacidade, através de processos de identificação.

O mundo STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática), apesar de sempre ter contado com mulheres que se evidenciaram em vários domínios do saber, está hoje muito mais rico, integrando no seu seio mulheres cientistas que têm desenvolvido um trabalho criativo de expressão das suas áreas, captando diferentes faixas etárias e identidades de género e percebendo que a diversidade amplia o conhecimento e que o respeito pelos direitos de todos os humanos nos torna seres mais capazes e mais sabedores.

Não sendo esta uma revista temática, procurámos que alguns dos textos nela publicados incidissem sobre a área sugerida pela figura de capa e acabou por ser esse o sentido desta Nota de Abertura, fazendo jus à ideia de que a escrita se nos impõe ao invés de a conseguirmos manipular. Por isso, são necessárias umas palavras finais para os outros textos aqui apresentados, todos contribuindo para o enriquecimento dos Estudos sobre as Mulheres, quer na sua aceção mais teórica, quer no conhecimento das mulheres concretas, sem o qual o conhecimento científico seria árido e, porventura, inútil.

A curiosidade e a persistência estão presentes em muitas situações apresentadas ao longo dos textos deste n.º 46 da revista *Faces de Eva* e são, seguramente, características da sua equipa, que a tem mantido viva ao longo dos últimos 22 anos.

Isabel Amêlie de Gus

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Elson, R. (2018). *A responsibility to awe* (A. Berkeley, A. di Cintio & B. O'Donoghue, Eds.; 2nd ed.). Carcanet Press. (Original work published 2001)
- Gedeão, A., & Pomar, J. (1997). *Poesia completa* [Complete poetry]. Edições João Sá da Costa.
- Lovelace, A. A. (inícios do século XIX). *Sonnet - The rainbow*. Retrieved October 8, 2021, from Wikisource: https://en.wikisource.org/wiki/Page:Ada_Lovelace_sonnet_The_Rainbow_Somerville_College.JPG
- Melfi, T. (Director). (2017). *Hidden figures* [Film]. 20th Century Fox.
- Ministério da Educação-Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, PORDATA (actualizados a 3 de Agosto de 2021)
- Sousa, M., & Silva, A. (1988). *A hora e a circunstância* [The time and the circumstance]. Gradiva.

Poema

Sonnet
The Rainbow

Bow down in hope, in thanks, all ye who mourn;
 Whene'er that people's arch of radiant hues,
 Surpassing earthly tints, — the storm subduces!
 Of nature's strife and tears 'tis heaven-born,
 To soothe the sad, the sinning, and forlorn;
 A lovely loving token to infuse
 The hope, the faith, that pow'r divine endues
 With latent good the woes by which we're torn —
 'Tis like a sweet repentance of the skies,
 To beckon all by sense of sin oppressed,
 Revealing harmony from tears and sighs!
 A pledge: — that deep implanted in the breast
 A hidden light may burn that never dies,
 But bursts thro' ^{cloud} {storms} in purest hues expressed.

A. A. Lovelace

SONNET THE RAINBOW

Bow down in hope, in thanks, all ye who mourn;—
Where'in that peerless arche of radiant hues
Surpassing earthly tints,—the storm subdues!
Of nature's strife and tears 'tis heaven-born,
To soothe the sad, the sinning, and forlorn;
A lovely loving token to infuse
The hope, the faith, that pow'r divine endures
With latent good the woes by which we're torn.—
'Tis like a sweet repentance of the skies,
To beckon all by sense of sin opprest,—
Revealing harmony from tears and sighs!
A pledge:—that deep implanted in the breast
A hidden light may burn that never dies,
But bursts thro' clouds in purest hues exprest!

Lovelace, A. A.
(inícios do século XIX).
Retrieved October 8, 2021*

.....

<https://doi.org/10.34619/lgyf-d76y>

* From Wikisource: https://en.wikisource.org/wiki/Page:Ada_Lovelace_sonnet_The_Rainbow_Somerville_College.JPG

Homenagem

Augusta Ada King, Countess of Lovelace: First computer programmer

SUW CHARMAN-ANDERSON*

In June 1833, the Honourable Augusta Ada Byron attended a party at the house of mechanical engineer and inventor Charles Babbage. Young Ada was entranced by his demonstration of a working section of the Difference Engine, his mechanical adding machine.

The two struck up a lasting friendship during which Ada developed a deep understanding of his new and more complex Analytical Engine. She went on to become the first person to publish what we would now call a computer program, and the first person to truly understand the impact that such a calculating machine could have not just on mathematics, but on art and music too.

For many people, it is surprising – even shocking – for a woman to be called the first computer programmer. For others, it is a bridge too far, an assertion that needs to be fought and discredited. But that surprise can

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/mf3r-j09w>

*

Founder & CEO of FindingAda.com
suw@findingada.com

only exist because of an unfamiliarity with the history of computers and computing.

The very earliest computers, before the advent of the electrical computing machine, were women. The work of calculation was boring and repetitive, yet exacting. Women were thought to be perfect for it.

“Women were welcome as computers partly because the work was viewed as a dull, low-status activity,” says Clive Thompson in *Smithsonian Magazine* (2019). But as historian Mar Hicks says in the same piece, “In a lot of cases, the women doing these computation jobs actually had to have pretty advanced math skills and math training, especially if they were doing very complex calculations” (Thompson, 2019).

When electrification came to computing, it was natural that women would continue to be preferred for work that was still complex, still required mathematical skill, but was still seen as menial. That the early days of the modern computing era are dominated by women’s names should not be a surprise.

Joyce Aylard (Bearne, 2018) Joan Clarke, Margaret Rock, Mavis Lever and Ruth Briggs (Miller, 2014), worked at Bletchley Park, breaking the German Enigma Machine codes using an early computer, the Bombe. Marlyn Meltzer, Betty Holberton, Kathleen Antonelli, Ruth Teitelbaum, Jean Bartik, and Frances Spence programmed the ENIAC computer in 1944 (WITI, 2021). Rear Admiral Grace Hopper worked on the Harvard Mark 1 and invented the compiler (Smith, 2013). She then went on to work on the UNIVAC, which was unveiled in 1951, alongside Adele Mildred Koss, Frances E. Holberton, Jean Bartik, Frances Morello and Lillian Jay (Gürer, 1995).

It wasn’t until the mid-1980s that men started to take over computer programming and women were first displaced and then actively discouraged from taking part in the technological revolution.

The percentage of women studying computer science in the USA had, since 1960, been steadily growing, just like medicine, law and the physical sciences. But in 1984, the number of women in computing collapses.

NPR’s Planet Money investigated this phenomenon in 2014 and suggested that the reason was simple: This was the beginning of the home computing era and the ads selling those computers were targeted at boys. In films and on TV, computers were used exclusively by boys or men (NPR, 2014).

As computers became more useful, more compact, more affordable, and as they made the transition from toy to essential business equipment,

men came to dominate the field. As men entered computing, its status increased and women were pushed out.

“Accompanying men’s takeover of the field in the late 1960s was an immense climb in pay and prestige,” writes Rhaina Cohen in *The Atlantic* (Cohen, 2016). The stage was set for the widespread exclusion of women from computing. The work of Ada Lovelace was forgotten. The legacy of almost all 20th Century women in computer programming was swept aside. In this male-dominated industry, to suggest that a woman was the first computer programmer was near blasphemy.

Ada Lovelace’s story is both an inspiration and a tragedy. Born on 10 December 1815, she was the only legitimate daughter of the romantic poet George Gordon Byron, 6th Baron Byron and Anne Isabella Milbanke (Annabella), 11th Baroness Wentworth. Byron was abusive and Annabella fled to her parents’ when Ada was just a month old.

Lady Byron made sure her daughter had a good education and Ada learnt maths and science from some of the UK’s best minds. Augustus De Morgan was a mathematician at the forefront of the emerging field of symbolic logic. He exchanged many letters with Ada, and encouraged her to further study mathematics, as she had impressed him mightily with her capabilities. Had Ada been a man, he said, she would have had the potential to become “an original mathematical investigator, perhaps of first-rate eminence” (Hollings et al., 2017a).

Another of Ada’s tutors was the Scottish astronomer and mathematician, Mary Somerville. Somerville became famous in 1831 when she published *The Mechanism of the Heavens*, a translation of the five volume *Mécanique Céleste* by Pierre-Simon Laplace. It was Somerville who introduced Ada to Babbage. Ada was 17 and Babbage was 42.

Two years later, on 8 July 1835, Ada married William King the 8th Baron King. Over the next four years, the couple had three children: Byron, Anne Isabella, and Ralph Gordon. In 1838, King was made 1st Earl of Lovelace and Ada became the Right Honourable the Countess of Lovelace. In correspondence she signed herself Augusta Ada Lovelace, or AAL, and we know her today simply as Ada Lovelace.

In 1837, Babbage started to draw up plans for the Analytical Engine, a much more complex and capable machine than his earlier Difference Engine. Ada studied it closely and rapidly became an expert.

The Analytical Engine was a general purpose computing machine that had all the elements of a modern computer, including an arithmetical unit, conditional branching and loops, and integrated memory. It could also be programmed to do complex computations using punched cards, just like the Jacquard loom and the early modern computers built in the 1940s, such as the Harvard Mark I. Babbage even designed a printer to go with it.

In 1842, Babbage gave a lecture about the Analytical Engine at the University of Turin. In the audience was an Italian engineer, Luigi Menabrea, whose notes were eventually published in the *Bibliothèque Universelle de Genève*. Babbage's friend Charles Wheatstone asked Lovelace to translate the paper into English from the original French, as she was fluent. That winter, Lovelace set to work. Her knowledge of the machine was far deeper than Menabrea's, so she quietly corrected any errors she came across as she went along.

Lovelace showed her translation to Babbage, who was delighted and asked her to expand on the original as she understood the machine so well. Lovelace added some footnotes, tripling the original paper's length.

In her notes, Lovelace outlines several early computer programmes.

"I want to put in something about Bernoulli's Number, in one of my Notes," she writes, "as an example of how an explicit function may be worked out by the engine, without having been worked out by human head and hands first" (Fuegi & Francis, 2003).

Note G described how to break down the algebra into simple formulae which could be calculated using the basic mathematical instructions that the Analytical Engine could process: addition, subtraction, multiplication or division. It then described how to code those formulae as instructions for the Analytical Engine.

Although there were earlier sketches for programs that had been prepared by Babbage, Lovelace's were the most elaborate and complete, and the first to be published. It is for this achievement that Lovelace is known as the first computer programmer: She was the first person to write and publish a full set of instructions that a computing device could use to reach an end result that had not been calculated in advance.

But Lovelace had a bigger vision. If the Analytical Engine could manipulate numbers, she realised, it could also manipulate symbols. Symbolic logic underpins modern computer programming, but then it was an emerging

field, and Lovelace's friend and teacher De Morgan was at its forefront. Symbolic logic would allow the Analytical Engine to take on some very complex tasks.

She made clear that this new machine was a major upgrade to the Difference Engine.

"The bounds of arithmetic were however outstepped the moment the idea of applying the cards had occurred;" she wrote, "and the Analytical Engine does not occupy common ground with mere 'calculating machines.' It holds a position wholly its own; and the considerations it suggests are most interesting in their nature. In enabling mechanism to combine together general symbols in successions of unlimited variety and extent, a uniting link is established between the operations of matter and the abstract mental processes of the most abstract branch of mathematical science" (Menabrea, 1843).

It is this idea of a general purpose computer, much more than Note G, that was the truly groundbreaking concept. Lovelace suggested that such a machine could potentially compose music, writing:

"[The Analytical Engine] might act upon other things besides number, were objects found whose mutual fundamental relations could be expressed by those of the abstract science of operations, and which should be also susceptible of adaptations to the action of the operating notation and mechanism of the engine. Supposing, for instance, that the fundamental relations of pitched sounds in the science of harmony and of musical composition were susceptible of such expression and adaptations, the engine might compose elaborate and scientific pieces of music of any degree of complexity or extent" (Menabrea, 1843).

And inspired by the images woven into rich brocades, Lovelace proposed that Babbage's machine might be capable of creating graphics. The Analytical Engine, she wrote, "weaves algebraic patterns just as the Jacquard loom weaves flowers and leaves" (Menabrea, 1843).

The concept of a general computer that could do anything, given the right programming and inputs, was an extraordinary leap for Lovelace to make and one that many of her male peers struggled to understand. She was easily 100 years ahead of her time.

But Babbage's Analytical Engine was a computing evolutionary cul-de-sac. It was never built. Lovelace never had the opportunity to test her

program on it, she never got to find and fix any bugs, to iterate and improve her understanding of how software worked. And Babbage never produced the error-free log, trig and other tables of numbers that were the initial purpose of the project.

But Lovelace's ideas found their way into modern computing via Alan Turing. During WWII, as he was working at Bletchley Park on decoding German communications, Turing discovered Lovelace's Menabrea translation and its attendant notes.

In his seminal paper *Computing Machinery and Intelligence*, Turing explored the question "Can machines think?", launching the field of artificial intelligence. He also listed "contrary views" on his position that machines could at least imitate thinking, and discusses what he calls Lady Lovelace's Objection.

Lovelace had written, "The Analytical Engine has no pretensions to originate anything. It can do whatever we know how to order it to perform" (Lovelace, 1843), which might be taken to mean that she thought machines could not learn. However, Turing points out that "the evidence available to Lady Lovelace did not encourage her to believe" that machines could do such a thing (Turing, 1950).

He goes on to say, "The Analytical Engine was a universal digital computer, so that, if its storage capacity and speed were adequate, it could by suitable programming be made to mimic the machine in question. Probably this argument did not occur to the Countess or to Babbage. In any case there was no obligation on them to claim all that could be claimed" (Turing, 1950).

More modern voices have, as with so many women who have contributed greatly to the fields of science, technology, engineering and maths through the centuries, either downplayed or rejected Lovelace's achievements. There are two main objections: Firstly, it is said that Lovelace didn't understand calculus and thus could not have had the capacity to prepare the Bernoulli program.

It is true that Lovelace struggled with calculus. She wrote to De Morgan in some frustration about the chapter on "notation of functions" that she was studying.

"I do not know when I have been so tantalised by anything," she said, "and should be ashamed to say how much time I have spent up on it, in

vain. These functional equations are complete will-o'-the-wisps to me. The moment I fancy I have really at last got hold of something tangible and substantial, it all recedes further and further & vanishes again into thin air" (Hollings et al, 2017b).

Lovelace and De Morgan wrote many letters to each other as part of what might be considered an informal correspondence course in mathematics. Only 63 letters survive, spanning a period of about eighteen months.

The suggestion that Lovelace was bad at maths features in Dorothy Stein's 1985 biography, *Ada: A Life and a Legacy*. She argues that two letters from Lovelace dated 16th and 27th November 1842 prove that Lovelace was struggling with functional equations some two years after she had started studying with De Morgan and just before she started work on her translation of Menabrea's paper (Stein, 1985).

But modern research by Christopher Hollings, Ursula Martin and Adrian Rice has shown that the letters in question have been misdated. That conversation took place two years earlier than Stein assumed, giving Lovelace plenty of time to learn calculus.

A second, and potentially more damning, objection to calling Lovelace the first computer programmer comes from the idea that she did not actually write the Bernoulli program. Historian Bruce Collier wrote in his 1990 book, *The Little Engine That Could've*:

"It would be only a slight exaggeration to say that Babbage wrote the Notes to Menabrea's paper, but for reasons of his own encouraged the illusion in the minds of Ada and the public that they were authored by her. It is no exaggeration to say that she was a manic depressive with the most amazing delusions about her own talents, and a rather shallow understanding of both Charles Babbage and the Analytical Engine... To me, [correspondence between Ada and Babbage] seems to make obvious once again that Ada was as mad as a hatter, and contributed little more to the Notes than trouble" (Collier, 1990).

Allan G Bromley and Doron Swade both claimed that Babbage did the work in the years before the 1842 publication of Lovelace's translation. Benjamin Woolley says that Lovelace made just "some contribution".

It may be that the confusion comes from Babbage's own autobiography, which he wrote when he was nearly 80. In it, described the conversation he'd had with Lovelace about how she might expand on Menabrea paper with her own notes. He writes:

“We discussed together the various illustrations that might be introduced: I suggested several, but the selection was entirely her own. So also was the algebraic working out of the different problems, except, indeed, that relating to the numbers of Bernoulli, which I had offered to do to save Lady Lovelace the trouble. This she sent back to me for an amendment, having detected a grave mistake which I had made in the process” (Babbage, 1854).

We have to ask what Babbage meant by “algebraic working out”. The Bernoulli note is made of up equations, and a table and diagram which describes how the punch cards should be prepared for the programming of the Engine. It is the table and diagram that are the program, not the equations. So even though Babbage worked on the equations, he did so to save Lovelace time, not because she couldn’t do them herself. Indeed, if she had not been capable of understanding the equations, how could she have detected his “grave mistake”?

Their correspondence illuminates the matter further. Having sent Note G to Babbage for his feedback, Lovelace was disappointed to discover that either he, or possibly the printer, had lost it. She would have to start over again. She wrote to Babbage, “I suppose I must set to work to write something better, if I can, as a substitute, the same precisely I could not recall. I think I should be able in a couple of days to do something. However I should be deucedly inclined to swear at you, I will allow” (Fuegi & Francis, 2003).

Babbage responded to the new version, “I like very much the improved form of the Bernoulli Note but can judge of it better when I have the Diagram and Notation” (Hammerman & Russell 2015).

It would have been a most peculiar exchange were the assertion that Babbage wrote the program true. Had Babbage written the Note, he wouldn’t need the Diagram and Notation in order to fully understand it.

The truth is that Babbage and Lovelace collaborated closely, discussing and refining their ideas, Babbage working on some parts, Lovelace on others. Babbage was living in London and Lovelace an hour away in Ockham Park, and letters flew back and forth between them in a great flurry. The post in Victorian England was delivered several times a day and, if they couldn’t wait, they both had personal messengers that they could rely on.

Lovelace often worked 18 hours days, refining her notes, asking Babbage to clarify a point or send over a diagram, a request that he couldn’t always meet as the design was constantly in flux and sometimes the drawings he had to hand were out of date.

Eventually, translation and notes were done and, in August 1843, they were published in Taylor's Scientific Memoirs, to great acclaim. Menabrea asked Babbage to pass on his congratulations to Lovelace, and Faraday told Babbage that the paper was so complex that it went right over his head.

Lovelace and Babbage worked as a team, and as with many teams there is no definitive documentation to explain exactly who did what. But the evidence that we do have supports the idea that Lovelace was instrumental in the development of the Bernoulli program, and that it was not the work of Babbage alone.

Lovelace's brilliance had become obvious very early on in her life but, however strong the powers of her mind, she couldn't prevent her body's frailty from betraying her. She developed cancer, an illness from which she would never recover. She died on 27 November 1852 at just 36 years old, the same age as her father.

Since the early 1980s, Ada Lovelace has become a more widely celebrated figure, particularly over the last twenty years. A programming language, medals, conferences, businesses, campaigning organisations, communities, schools, buildings and fellowships have been named after her. She appears now in the British passport, and there's even an Ada Lovelace gin. And there have been many, many news articles, podcasts, blog posts and books about her.

When I began working on Ada Lovelace Day in late 2008, few people had heard of her. She is now much more widely known, if not yet a household name. And although criticism of her has waned, it still remains in quarters where scepticism about the role of women, both historical and modern, in computing persists.

And it is this criticism, this derogation of Lovelace's work and, indeed, of her personally, that is one of the reasons she is such a powerful figure-head. Here is a woman whose story we recognise. After devoting so much time, energy and passion to her groundbreaking work, her achievements are largely ignored by her peers then derided by those who do not wish to believe a woman could be so capable. We see this story play out again and again, on greater or lesser scales, to women we know and even to us, ourselves.

In Lovelace we see our kind reflected, and in celebrating her, we celebrate every woman.

REFERENCES

Charman-Anderson, S. (2015, December). Ada Lovelace: Victorian computing visionary, *A Passion for Science: Stories of Discovery and Invention*. FindingAda.

Further reading

Babbage, C. (1864). *Passages from the life of a philosopher*. Longman, Green, Longman, Roberts, & Green.

Bearne, S. (2018, July). Meet the female codebreakers of Bletchley Park. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/careers/2018/jul/24/meet-the-female-codebreakers-of-bletchley-park>

Charman-Anderson, S. (2020, October 09). Ada Lovelace: A simple solution to a lengthy controversy. *Patterns*, 1(7). <https://doi.org/10.1016/j.patter.2020.100118>

Cohen, R. (2016, September). What programming's past reveals about today's gender-pay gap. *The Atlantic*. <https://www.theatlantic.com/business/archive/2016/09/what-programmings-past-reveals-about-todays-gender-pay-gap/498797/>

Collier, B. (1990). *The little engines that could've: The calculating machines of Charles Babbage*. Garland Pub.

Fuegi, J., & Francis, J. (2003, October/December). Lovelace & Babbage and the creation of the 1843 'notes'. *Annals of the History of Computing*, IEEE, 25 (4), 16-26. <https://ieeexplore.ieee.org/abstract/document/1253887>

Gürer, D. (1995). Pioneering women in computer science (PDF). *Communications of the ACM*, 38 (1), 45-54. <https://doi.org/10.1145/204865.204875.S2CID 6626310>

Hammerman, R., & Russell, A. L. (2015). *Ada's legacy: Cultures of computing from the Victorian to the digital age*. Association for Computing Machinery and Morgan & Claypool Publishers.

Hollings, C., Martin, U., & Rice, A. (2017a). The early mathematical education of Ada Lovelace. *BSHM Bulletin: Journal of the British Society for the History of Mathematics*, 32 (3), 221-234. <https://doi.org/10.1080/17498430.2017.1325297>

Hollings, C., Martin, U., & Rice, A. (2017b). The Lovelace-De Morgan mathematical correspondence: A critical re-appraisal. *Historia Mathematica*, 44 (3), 202-231. <https://doi.org/10.1016/j.hm.2017.04.001>

Hollings, C., Martin, U., & Rice, A. (2018). *Ada Lovelace: The making of a computer scientist*. Bodleian Library.

- Isaacson, W. (2014). *The Innovators: How a group of hackers, geniuses, and geeks created the digital revolution*. Simon & Schuster.
- Markus, J. (2015). *Lady Byron and her daughters*. WW Norton & Company.
- Menabrea, L.F.F. (1843). Sketch of the analytical engine invented by Charles Babbage (Lovelace, A.A., Ed. & Trans.). *Taylor's Scientific Memoirs*, 3, 666-731 (Original work published 1842).
- Miller, J. (2014, November). The woman who cracked enigma cyphers. *BBC News*. <https://www.bbc.com/news/technology-29840653>
- NPR. (2016, July). *Planet money episode 576: When women stopped coding*. <https://www.npr.org/sections/money/2016/07/22/487069271/episode-576-when-women-stopped-coding>
- Padua, S. (n.d.). *Lovelace and Babbage: Period documents*. <https://www.diigo.com/list/sydneypadua/lovelace-and-babbage>
- Smith, E. E. (2013). Recognizing a collective inheritance through the history of women in computing. *CLCWeb: Comparative Literature and Culture*, 15(1), 1.
- Stein, D. (1985). *A life and a legacy*. Mit Press.
- Toole, B. (2010). *Ada, the enchantress of numbers: Poetical science*. Critical Connection.
- Thompson, C. (2019, June). The gendered history of human computers. *Smithsonian Magazine*. <https://www.smithsonianmag.com/science-nature/history-human-computers-180972202/>
- Turing, A. M. (1950). Computing Machinery and Intelligence. *Mind*, 49, 433-460.
- WITI. (1997). *Women in technology hall of fame: ENIAC programmers*. <https://www.witi.com/halloffame/298369/ENIAC-Programmers-Kathleen/>

Estudos

.....

*

DOI: <https://doi.org/10.34619/fyuc-ofnh>

tcarlos@uc.pt

Professor aposentado de Física (ORCID 0000-0002-1527-0738)

Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento e Centro de Física

Rua Larga 3004-256 Coimbra

Ada Lovelace:

A «feiticeira do número»

CARLOS FIOLHAIS*

Resumo. Resume-se a vida e obra da matemática Ada Lovelace, a filha de Lord Byron que é hoje um exemplo para todas as raparigas interessadas em carreiras na ciência e tecnologia, pelo seu pioneirismo na compreensão do conceito de computador universal e de programação. Tendo vivido em plena época romântica, que foi uma reacção cultural ao avanço da ciência e da tecnologia, Ada tentou conciliá-las com a poesia e as humanidades, uma visão unificadora que é oportuna num mundo que continua dividido nas «duas culturas».

Palavras-chave: Ada Lovelace; Byron; Máquina Analítica; Programação; Algoritmo.

Ada Lovelace: The «Enchantress of Number». *We summarize the life and work of mathematician Ada Lovelace, daughter of Lord Byron who is today an example for all girls interested in careers in science and technology for her pioneering understanding of the concept of universal computer and programming. Having lived in the midst of the Romantic era, which was a cultural reaction to the advance of science and technology, Ada tried to reconcile them with poetry and humanities, an opportune unifying vision in a world which remains divided in the «two cultures».*

Keywords: Ada Lovelace; Byron; Analytical Machine; Programming; Algorithm.

INTRODUÇÃO

Quando em 2019 o Rómulo – Centro Ciência Viva da Universidade de Coimbra (Rómulo, 2019) organizou uma exposição sobre mulheres na ciência (o título era «Ciência no Feminino») não houve qualquer dúvida em incluir o nome da matemática inglesa Ada Lovelace (1815-1862), de seu nome completo Augusta Ada Byron, King depois de casada, e condessa de Lovelace depois de o marido ter sido nomeado primeiro conde de Lovelace, como uma das 25 mulheres que deram contributos mais significativos para a ciência e a tecnologia.

Ada publicou um único trabalho, em 1843, mas este revelou-se premonitório de ulteriores desenvolvimentos no campo da computação: ao descrever uma máquina de calcular mecânica que tinha sido desenvolvida por um professor da Universidade de Cambridge, deixou escrito, preto no branco, o que era uma máquina de calcular de uso universal (a palavra «computador» não era comum) e escreveu o que é considerado o primeiro programa de computador, embora ainda não existissem na altura linguagens de programação. Ela é, portanto, considerada a primeira programadora da história. Mais do que uma cientista que proveu uma tecnologia logo aplicada, Ada foi uma visionária, ao antecipar possibilidades que só muito mais tarde viriam a ser concretizadas e adoptadas de forma generalizada. Hoje, num mundo largamente dominado por computadores, é justo destacar o pioneirismo de uma jovem inglesa da época vitoriana (Ada tinha 27 anos à data do referido trabalho), quando eram muito raras as mulheres que podiam aceder à ciência através de educação adequada.

A educação científica de Ada foi-lhe proporcionada pela mãe, a matemática Anne Isabella (Annabella) Byron (1792-1860), nascida com o nome de Milbanke, que pretendia por esse meio afastar tendências poéticas que pudesse ter herdado do pai, o poeta Lord Byron (1788-1824), de nome completo George Gordon Byron, uma das maiores figuras do Romantismo. Apesar de Ada ter sido a única filha legítima de Byron, ele praticamente não a conheceu, uma vez que se separou de Annabella, para não mais reencontrar nem mãe nem filha, um mês após o nascimento da criança. Para manter afastada a memória do pai, só aos 20 anos a mãe permitiu que a filha pudesse ver um retrato dele. No entanto, o gosto pela poesia foi partilhado por pai e filha: Ada, ao longo da sua curta vida (morreu aos 36 anos, de cancro uterino,

precisamente a mesma idade com que o pai morreu no exílio), perseguiu o que ela própria designou «ciência poética», uma visão na qual se fundem a matemática e a poesia. Não deixa de ser irónico que, tendo o Romantismo sido uma reacção ao avanço da ciência e da tecnologia (Lord Byron proferiu, em 1812, um discurso no Parlamento britânico criticando a automatização e o desemprego por ela provocado, defendendo os Luditas, os trabalhadores que destruíam as máquinas), uma sua filha tenha sido responsável por desenvolvimentos de tecnologias mecânicas que haveriam de culminar na actual omnipresença das máquinas electrónicas.

Neste artigo resume-se a vida e obra de Ada Lovelace, enfatizando o seu trabalho inovador sobre a Máquina Analítica, o primeiro protótipo de uma máquina equivalente aos computadores que conhecemos hoje. Salientaremos, para além desse pioneirismo num domínio científico-tecnológico onde as raparigas e mulheres ainda hoje são minoritárias, a actualidade da sua visão conciliadora entre, por um lado, ciência e tecnologia e, por outro, artes e humanidades.

O TRABALHO DE ADA

O único trabalho publicado por Ada Lovelace foi, em 1843, um conjunto de notas complementares da sua tradução de francês para inglês de um artigo de Luigi Frederico Menabrea (1809-1896), engenheiro italiano que foi também general e estadista (tendo sido primeiro-ministro de Itália entre 1867 e 1869), intitulado *Sketch of the Analytical Engine Invented by Charles Babbage* (Menabrea & Lovelace, 1843). Essa tradução foi publicada nas *Scientific Memoirs. Selected from the Transactions of Foreign Academies of Science*, vol. III, pp. 666-732, uma revista editada por Richard Taylor (1781-1858), naturalista e editor científico inglês. Saiu do prelo da editora fundada em Londres por ele próprio e pelo pai, a Richard and John Edward Taylor, que está na base da actual Taylor & Francis. O original francês tinha sido publicado na Bibliothèque Universelle de Genève, em 1842 (Menabrea, 1842).

A base do artigo do italiano foram os apontamentos que tirou numa conferência que o matemático e polímato inglês Charles Babbage (1791-1871) proferiu em Turim em 1840, explicando os planos de uma máquina que ele tinha começado a desenvolver em 1833, a que chamou *Analytical Engine*

(Máquina Analítica), que era um aperfeiçoamento de uma sua máquina anterior, com o nome *Difference Engine* (Máquina Diferencial), cuja invenção data de 1822. A diferença entre as duas é substancial: a primeira só seria capaz de fazer uma certa tarefa matemática – a Máquina Diferencial destinava-se a calcular funções por interpolação polinomial –, ao passo que a segunda tinha um enorme poder computacional, podendo ser programada para realizar vários tipos de tarefas matemáticas. Ada aproveitou precisamente essa diferença ao propor o primeiro programa de computador, usando entre outras a noção de ciclo.

Essas duas máquinas mecânicas são o maior legado de Babbage, que estudou na Universidade de Cambridge, no Trinity College e na Peterhouse, e foi depois Professor Lucasiano de Matemática em Cambridge de 1828 a 1829, a famosa cátedra ocupada por Isaac Newton e, em tempos recentes, por Stephen Hawking. Babbage foi eleito em 1816 sócio da Royal Society de Londres, a sociedade à qual o rei inglês Carlos II, consorte de D. Catarina de Bragança, outorgou carta real em 1662, e à qual Newton presidiu de 1703 até à sua morte, em 1727. Esta sociedade, a mais antiga sociedade científica do mundo em actividade contínua, era um «clube masculino» (as primeiras mulheres só foram admitidas em 1945).

Babbage montou um protótipo da Máquina Diferencial (com CPU e impressão, mas sem memória nem programação). Em 1991 o Science Museum de Londres construiu uma Máquina Diferencial que funcionava, reproduzindo as engrenagens montadas em eixos. Babbage montou também uma parte da Máquina Analítica, uma tarefa prosseguida pelo seu filho Henry Babbage. O engenho conseguia realizar tarefas simples como calcular múltiplos de pi. Contudo, nem os apontamentos de Menabrea nem os rascunhos de Babbage parecem ser suficientes para completar o projecto e «correr» o exemplo indicado por Ada.

A tradução de Ada é competente, uma vez que ela, amiga de Babbage, conhecia bem os planos da máquina, mas o que a colocou na história da ciência e tecnologia foi o acréscimo das notas, assinadas no final com as suas iniciais A.A.L. (de facto, há uma gralha, e saiu impresso «A.L.A.»), que iam de A a G, ocupando cerca de 40 páginas, mais do dobro do número de páginas do artigo de Menabrea sobre o invento de Babbage. É nessas notas que ela afirma, de forma original, o que é uma máquina de calcular universal e exemplifica como se faz um programa (respectivamente nas notas A e G).

O que era a Máquina Analítica? Era um projecto – a máquina nunca chegou a ser completada em vida do autor nem sequer postumamente, devido à incompletude da descrição deixada por ele – de um dispositivo mecânico de calcular, que, devidamente programado, podia realizar qualquer tipo de tarefas matemáticas. Tal como os computadores actuais, esse computador primitivo possuía unidades de processamento central ou CPU – *Central Processing Unit* (curiosamente denominada *mill*), de memória, de *input* e de *output*. Qualquer computador, antigo ou moderno, permite transformar um dado *input* num *output*, como fazia a Máquina Analítica. A máquina podia ser programada usando a tecnologia dos cartões perfurados, um processo da autoria do mecânico francês Joseph-Marie Jacquard (1752-1834) que, em 1804, inventou um tear completamente mecânico, com a capacidade para criar padrões têxteis bastante intrincados. Os cartões perfurados foram usados em 1890 pelo norte-americano Hermann Hollerith para processar dados dos Censos dos Estados Unidos e reapareceram em meados do século XX como meio de programação dos computadores electrónicos, que surgiram no pós-guerra.

Ao acentuar a semelhança com o tear de Jacquard, Ada descreve o trabalho do computador de uma forma que pode ser considerada «ciência poética»: «Podemos dizer com mais propriedade que a Máquina Analítica *tece padrões algébricos* tal como o tear Jacquard tece flores e folhas» (Menabrea & Lovelace, 1843).

O pioneirismo de Babbage e Ada fica mais claro se se referir que os computadores só apareceram quase um século depois, em 1941, quando o engenheiro alemão Konrad Zuse (1910-1995) construiu em Berlim o primeiro computador programável, o Z3, baseado, não em mecanismos de rodas dentadas, mas em relés eléctricos. Com a invenção do transistor realizada em 1947 pelos físicos norte-americanos John Bardeen, Walter Brattain e William Schockley, nos Bell Laboratories, os grandes computadores a válvulas, que surgiram nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, como o *Electronic Numerical Integrator and Calculator* (ENIAC), construído na Universidade da Pensilvânia, deram lugar a computadores mais pequenos, mas, apesar disso, mais poderosos. Iniciava-se a era informática, que continuamos hoje a viver, e que foi acelerada com o aparecimento do primeiro computador pessoal em 1974 e com o desenvolvimento da Internet, em particular o aparecimento em 1989 dos protocolos da *World Wide Web*, que estão na base da actual rede mundial de computadores.

Ada descreve nas suas notas um algoritmo (conjunto de procedimentos; a palavra vem do nome do matemático persa do século IX Al-Khwarizmi) para elaborar uma tabela de números irracionais conhecidos por números de Bernoulli, estudados pelo matemático suíço Jakob Bernoulli (1654-1705), que surgem como parâmetros em certas séries matemáticas contendo a exponencial (séries são somas infinitas de termos onde entram potências sucessivas da variável). É correcto dizer-se que foi a primeira pessoa a criar um programa de computador, apesar de não ter sido executado. Foi recentemente traduzido em linguagens de programação modernas e, após ter sido detectado um *bug* (o primeiro da história da computação), foi compilado e executado com êxito. O seu programa era mais elaborado e preciso do que outros que o próprio Babbage escreveu. Acresce que ela o publicou, o que não aconteceu com os programas anteriores de Babbage. Em ciência é essencial a publicação para garantir a precedência. Por exemplo, o físico italiano Galileu Galilei foi o primeiro a publicar em 1610 os resultados de observações feitas com o telescópio no ano anterior, mas foi o inglês Thomas Harriot o primeiro – embora por escassos meses – a ver o céu com a ajuda de um telescópio, não tendo, porém, publicado os seus desenhos e notas. A inequívoca precedência de Ada não significa que o seu avanço tenha tido um impacto imediato na história da computação. Foi um trabalho teórico que ficou durante muitas décadas ignorado.

A tradução de Ada do texto de Menabrea foi feita a pedido do físico inglês Charles Wheatstone (1802-1875), o autor de um conhecido circuito com resistências eléctricas («ponte de Wheatstone»), mas foi Babbage quem sugeriu que ela acrescentasse notas da sua lavra. Apesar de Babbage e Ada terem estado em diálogo, tanto oral como escrito, durante a escrita das notas, não restam dúvidas aos historiadores de ciência, com base nos manuscritos de um e de outro, que a autoria dessas notas é de Ada. De resto, Babbage nunca reclamou essa propriedade intelectual. Lovelace e Babbage tiveram uma ligeira desavença quando ele tentou publicar na revista uma sua declaração (criticando o tratamento que o governo britânico tinha dado à sua máquina) na forma de um prefácio não assinado, que poderia ter sido erroneamente interpretado como uma declaração de Ada ou conjunta. Ada foi muito decidida a responder-lhe, apesar da diferença de idades (24 anos), não tendo a relação entre eles ficado prejudicada. De facto, Ada, já em doença terminal, quis que ele fosse o seu executor testamentário.

CONTRIBUIÇÕES DE ADA

Walter Isaacson, o biógrafo sueco de génios tão diversos como Leonardo da Vinci, Albert Einstein e Steve Jobs começa o seu livro *Os Inovadores. Como um Grupo de Hackers, Génios e Geeks Criaram a Revolução Digital*, com o capítulo «Ada, Condessa de Lovelace» (Isaacson, 2014). Segundo ele, o mérito inovador de Ada, que viveu num tempo em que as mulheres eram vistas como seres inferiores, consistiu no facto de, nas suas notas, «ter explorado quatro conceitos que teriam ressonância histórica um século mais tarde quando o computador finalmente nasceu».

O primeiro desses conceitos é a ideia de uma máquina de calcular genérica, que pode ser programada para realizar um conjunto de tarefas diferentes: Ada percebeu a noção e o poder de um computador universal. Em 1953, mais de um século após a sua morte, as notas de Ada Lovelace sobre a Máquina Analítica de Babbage foram republicadas como um apêndice da obra de B.V. Bowden: *Faster than Thought: A Symposium on Digital Computing Machines*, chamando a atenção da comunidade informática para o seu pioneirismo (Bowden, 1953).

O segundo é o facto de as operações a realizar por essas máquinas não terem de ser limitadas aos números e, portanto, às operações matemáticas tradicionais. Podiam, no entender de Ada, manipular qualquer coisa que fosse expressa por símbolos, como palavras ou notas musicais. De facto, os computadores digitais modernos manipulam os valores binários 0 e 1, podendo, com base nessa notação, processar palavras, notas musicais e outras estruturas de dados.

O terceiro foi o fornecimento por Ada de um exemplo concreto de um algoritmo computacional. Tratou-se, como foi dito, de um procedimento para calcular os números de Bernoulli, usando a sua formulação em séries matemáticas. Este foi o primeiro programa exposto em pormenor, embora não tivesse sido executado pela Máquina Analítica, uma vez que ela nunca foi concretizada pelo seu autor (Babbage queixou-se da falta de apoio governamental necessário para o sucesso do empreendimento). Ada introduziu os conceitos hoje correntes de sub-rotina, um módulo do programa que se pode chamar a partir do programa principal, de ciclo (*loop*), um comando que permite a repetição de um conjunto de operações, e de escolhas condicionais (*if*), que consistem em comandos

alternativos que controlam o fluxo de execução com base no valor lógico de uma expressão.

Finalmente, Ada pronunciou-se sobre uma questão muito actual da chamada «inteligência artificial»: «Podem as máquinas pensar?» A sua resposta foi um categórico não: «A Máquina Analítica não tem a pretensão de originar o que quer que seja.» Explicou: «Pode fazer tudo aquilo que nós queiramos ordenar que faça. Pode seguir a análise; mas não tem o poder de antecipar qualquer relação analítica ou verdades.» Esta objecção tem sido motivo de grande debate, começando com o matemático inglês Alan Turing (1812-1954), no seu artigo «Computing Machinery and Intelligence» publicado em 1950 (Turing, 1950). Ciente do trabalho da matemática oitocentista, Turing chamou a este problema a «objecção de Ada». Concluiu que a máquina analisada por ela era uma máquina de cálculo universal, a que hoje se chama «máquina de Turing». Uma máquina de Turing pode realizar qualquer função do pensamento humano. Turing propôs nesse artigo o chamado «teste de Turing» para responder à questão de saber se as máquinas podiam, não pensar, mas sim aparentar pensar. É bem sabido o fim trágico de Turing, provavelmente relacionado com a sua homossexualidade (Hodges, 2014). Hoje ele é um nome consagrado das ciências da computação.

BIOGRAFIA DE ADA

Apesar de ela ter sido contada noutros sítios (Woolley, 2000; Chiaverini, 2017; Seymour, 2018; Hollings et al., 2018), vale a pena resumir aqui a vida de Ada Lovelace. Mesmo com o privilégio de nascimento, é admirável como uma mulher na época vitoriana tenha conseguido o que ela conseguiu.

O pai de Ada foi George Gordon Byron, 56.º barão de Byron, que cedo revelou os seus talentos e também a sua extravagância. Nessa altura era costume as pessoas de posses fazerem na sua juventude longas excursões de formação, o chamado *Grand Tour*. Byron começou a sua viagem a Portugal em 1809, tendo escrito uma carta a um seu amigo, onde comunicava as suas impressões e descrevia o seu «domínio» da língua portuguesa, que não passava de alguns palavrões e insultos. Byron gostou muito da sua estada em Sintra, terra a que ele chama na estrofe 18 da sua obra *Childe Harold's Pilgrimage* «o glorioso Paraíso» (Mello Moser et al., 1977, p. 143). Mas, a par

desse elogio à terra, na mesma estrofe refere-se em termos depreciativos aos portugueses: «Pobres, e miseráveis escravos! Nascidos entre as mais nobres Cenas! Porque desperdiçou a Natureza as suas maravilhas sobre semelhante gente?» (Mello Moser *et al.*, 1977, p. 143). De Lisboa seguiu por terra para Sevilha, Cádiz e Gibraltar, onde embarcou para a Sardenha, Malta e Grécia.

A vida amorosa de Byron, para além de muito intensa, foi muito complicada: encarnou um verdadeiro Don Juan, o personagem literário que serviu de título a um dos seus livros mais famosos. Mas, ao contrário desse Don Juan, que se apaixonou por uma jovem, Byron era o que hoje se chama bissexual. Os seus casos com rapazes tinham de permanecer na sombra.

Em 1812 Byron teve uma relação com Caroline Lamb, uma senhora casada, que haveria de chamar a Byron «*mad, bad and dangerous*». O certo é que Caroline, de cabeça perdida, o começou a perseguir insistentemente. Byron cortejou depois uma prima de Caroline, Annabella Millbank, uma menina de «boas famílias» com formação matemática (algo raro nessa época), com quem se casou em 1825. Annabella era bastante religiosa e com princípios morais que estavam nos antípodas dos de Byron. Este precisava da segurança material que a família dela oferecia. O casamento foi, porém, muito infeliz e, portanto, muito breve. A mulher abandonou-o, não só pelo conhecimento que terá tido da homossexualidade do marido, mas também e talvez principalmente pelo facto de ter percebido que o marido se sentia atraído pela sua meia-irmã do lado paterno, Augusta Leigh (ter-lhes-á pedido numa ocasião para ser beijado pelas duas em simultâneo). Como era norma no mundo masculino da época, Byron depreciava as mulheres: disse um dia que «os homens eram mais inteligentes do que as mulheres, mas que estas beijavam melhor». Semanas depois de dar à luz Ada em Londres (Byron ficou desiludido por não ser um rapaz) e um ano depois do casamento, Annabella deixou o marido, refugiando-se em casa dos pais: a bebé nasceu a 10 de Dezembro de 1815 e o casal separou-se a 16 de Janeiro de 1816, tendo o divórcio sido assinado em 21 de Abril. Para além do boato de incesto (Augusta teve uma filha, Elizabeth Medora Leigh, muito provavelmente de Byron), pairava a questão da homossexualidade: a sodomia era então um crime que podia levar à forca. Byron, livre dos laços do casamento, não hesitou em partir para Itália, não mais tendo voltado à Grã-Bretanha. Não reclamou a custódia da filha, que em casos litigiosos era atribuída ao pai. É significativo que tenha dado à filha o nome Augusta, o

seu amor incestuoso. Em 1841, Ada e Medora souberam, da boca de Lady Byron, que eram filhas do mesmo pai, algo de que a primeira já suspeitava.

Lord Byron escreveu o poema «Fare Thee Well» («Adeus») para a sua ex-esposa em 1816, pouco depois da sua separação, onde se refere à filha com desvelo (Byron, n.d.):

(...) E ao achares consolo, quando
A nossa filha balbuciar,
Ensiná-la-ás a dizer “Pai”,
Se o meu desvelo vai faltar?

Quando as mãozinhas te apertarem
E ela teu lábio – houver beijado,
Pensa em mim, que te bendirei
Teu amor ter-me-ia abençoado.

Se parecerem os seus traços
Com os de quem podes não mais ver,
Teu coração pulsará suave,
E fiel a mim há de tremer. (...)

E, no poema *Childe Harolds Pilmigrage*, canto III, estrofes 1 e 2 (Isaacson, 2014, p. 24):

Teu rosto lembra tua mãe, bela criança!
Ada! Tu, o fruto único de meus ramos?
Vi em teus olhos riso e esperança,
E nos separámos.

Byron teve mais filhos para além de Ada e Medora. Uma outra filha extraconjugal, Clara Allegra Byron, nasceu em 1817 de Claire Clairmont, uma meia-irmã de Mary Shelley e enteada do filósofo político William Godwin (1756-1836), mas só viveu cinco anos. Em 1816 Claire fugiu já grávida de casa dos seus pais, acompanhando Mary Wollstonecraft Godwin, mais tarde Shelley (1797-1851), e Percy Shelley (1792-1822), o namorado de Mary, que casaria com ela pouco depois, e que foi um dos expoentes do

romantismo inglês. Foram ter com Lord Byron e o médico John Polidori, a uma *villa* nas margens do Lago de Genève, na Suíça. Como a meteorologia não permitia sair de casa (foi o «ano sem Verão», devido a perturbações climáticas globais causadas pela erupção do vulcão Tambora, na Indonésia), o grupo passou o tempo em jogos literários. Foi nessa altura que nasceu o famoso romance de Mary Shelley *Frankenstein: o Moderno Prometeu*, que foi publicado pela primeira vez anonimamente em 1818 (a primeira edição não foi assinada, porque era estranho nesse tempo haver uma autora feminina, mas o nome de Mary já aparece na segunda edição, em 1823, e na terceira edição, revista e definitiva, com prefácio da autora, em 1831; Shelley, 2018).

Byron morreu em 1824 na Grécia, de uma gripe mal tratada, quando participava na Guerra da Independência contra o Império Otomano. Nessa altura a filha Ada tinha apenas oito anos. Algumas das últimas palavras foram sobre ela: «Oh, minha pobre criança! – minha querida Ada! Meu Deus, se eu pudesse tê-la visto! Dê-lhe a minha bênção!» (Isaacson, 2014, p. 25). É curioso que Ada tenha ficado, a seu pedido, sepultada muito perto do pai que ela nunca conheceu, em Nothinghamshire, no centro de Inglaterra.

Ada foi educada pela avó materna, não tendo tido uma relação fácil com a mãe ausente. A relação entre mãe e filha terá ficado prejudicada pela má memória que Lady Byron guardava do marido, a quem sempre acusou de imoralidade. Mas Lady Byron tentou salvar as aparências, preocupando-se com a criança ou pelo menos dando a entender que se preocupava. Em cartas à sua mãe tratou numa ocasião a filha por «it»: «*I talk to it for your satisfaction, not my own*». Mas noutras ocasiões mostrava afecto, tendo o cuidado de pedir para preservar essa correspondência a fim de poder documentar o seu interesse pela filha. Byron também procurou saber dela através de Augusta.

Ada foi crescendo em inteligência e graça. Aos 12 anos, alimentou o sonho de voar. Ensaiou escrever um livro a que deu o título *Flyology* e experimentou vários materiais para fazer asas. Pensou em usar uma bússola para se orientar no ar. E idealizou o uso de vapor para ajudar à “arte de voar” (estava-se no tempo das máquinas a vapor). Era uma pequena fada que queria ser uma fada real. Babbage chamou-lhe-ia mais tarde «Lady Fairy».

Ada padeceu desde criança, e ao longo da sua vida, de várias doenças. Aos 14 anos teve sarampo, que a deixou prostrada durante quase um ano.

Era educada em casa por tutores (a educação feminina tinha, nesse tempo, de ser feita em ambiente doméstico, pois as raparigas não frequentavam escolas públicas). A mãe queria, a todo o custo, afastá-la do que ela considerava ser a insanidade do ex-marido e insistia na formação em matemática: a ciência do rigor deveria opor-se à fantasia eventualmente herdada do pai. Mas «quem sai aos seus não degenera»: aos 17 anos Ada teve um caso amoroso com um dos seus jovens tutores. A rapariga foi reenviada para casa por familiares do jovem envolvido e o incidente foi cuidadosamente encoberto.

Em 1833 começou a receber aulas particulares de Mary Somerville (1780-1872), uma das cientistas mais notáveis do século XIX e, por isso, também representada na referida exposição «Ciência no Feminino». As duas tornaram-se grandes amigas. Somerville foi a primeira membro feminina da Royal Astronomical Society (embora apenas honorária) e a autora de vários livros de divulgação científica, entre os quais sobressai *On the Connection of the Physical Sciences* (Somerville, 1834). Foi numa recensão a esse livro que o polímato inglês William Whewell (1794-1866) introduziu, em 1834, a palavra «*scientist*». A ciência era um termo antigo, mas a palavra «cientista» para designar um praticante profissional de ciência só então começou a ser usada.

No mesmo ano de 1833, Ada foi introduzida na corte inglesa (ainda antes da coroação da rainha Vitória, 1819-1901, que teve lugar em 1838), como era costume para as meninas de alta sociedade aos 17 anos, tendo-se logo feito notar pela sua graça e inteligência. Nessa altura já era bastante nítida a sua aptidão para a matemática.

Em 1840, Ada passou a ser tutorada por Augustus De Morgan (1806-1871), professor do University College de Londres e um dos maiores especialistas em lógica matemática do seu tempo. Numa carta a Lady Byron, De Morgan escreveu que a capacidade de Ada em matemática poderia levá-la a tornar-se «uma investigadora matemática original, talvez de primeira categoria».

Outros nomes notáveis com quem Ada travou conhecimento foram, para além do já referido Charles Wheatstone, os físicos britânicos Andrew Crosse (1784-1855), David Brewster (1781-1868) e Michael Faraday (1791-1867) – todos eles interessados na electricidade, um tópico então de grande actualidade – e o escritor Charles Dickens (1812-1870), o autor maior da literatura

vitoriana. Encontrou alguns deles em bailes em reuniões mundanas, como as que eram organizadas por Babbage em sua casa.

Lovelace conheceu Charles Babbage em 1833, por intermédio de Mary Somerville. Babbage não tardou a convidar Ada para ver a sua Máquina Diferencial. Ela ficou completamente fascinada pelo engenho e passou a visitar Babbage sempre que podia. Babbage, por sua vez, ficou impressionado com as capacidades intelectuais, em particular matemáticas, de Ada, passando a discutir com ela a Máquina Analítica. Em 1843, escreveu-lhe uma carta onde dizia: «Decidi deixar tudo para trás e partir para Ashley carregado de papéis suficientes para esquecer este mundo, todos os seus aborrecimentos e, se possível, os seus numerosos charlatães – tudo em resumo, excepto a Feiticeira do Número» (Witkowski, 2004, p. 126; na carta original está no singular). Chamou-lhe também noutra ocasião: «Minha querida e admirada intérprete.» Ada sempre admirou Babbage: tentou primeiro que ele fosse seu tutor e depois seu parceiro no empreendimento da Máquina Analítica. Mas Babbage, embora admirando o talento de Ada, sempre evitou uma proximidade excessiva.

Em 1835 Ada casou com William King-Noel (1905-1893), conde de Lovelace a partir de 1838, ele próprio um cientista (interessava-se por questões de agricultura e pecuária). Tiveram três filhos: Byron, em 1856, Anne Isabella (Annabella), em 1837, e Ralph Gordon, em 1839. O primeiro nome prestava homenagem ao pai (sem a oposição da mãe), o segundo à mãe, ao passo que o terceiro tomou como segundo nome o segundo nome do pai. A verdade manda dizer que Ada não acompanhou muito os seus filhos.

Na década de 1840, ganhou o vício por apostas de cavalos. Desenvolveu um modelo matemático para fazer apostas, mas perdeu uma quantia considerável numa sociedade com outros jogadores que a venda de algumas jóias de família teve de cobrir. Foi por essa altura que teve uma relação sentimental com um filho do físico Andrew Crosse, John Crosse (1810-1880), a quem ela haveria de deixar parte da sua herança. Continuou a sofrer de doenças, tendo tratado dores crónicas com opióides, que tinham efeitos secundários. Poucos meses antes de morrer, devido a algo que disse ao marido (provavelmente uma confissão do adultério), este deixou de a ver. A mãe convenceu-a a uma conversão religiosa no leito de morte.

CIÊNCIA E POESIA

Ada, que tinha consciência do seu génio, era possuída por inquietações filosóficas, especulando acerca da integração da poesia e da ciência. De facto, ela procurava uma visão unificada do mundo. Em 1851, um ano antes de lhe ter sido detectado o cancro, ela escreveu à mãe mencionando «certas produções» em que estava a trabalhar a respeito da relação entre matemática e música. Ada acreditava que a intuição e a imaginação eram essenciais para que os conceitos matemáticos e científicos pudessem ser aplicados eficazmente. Estava à frente do seu tempo: muito mais tarde o físico Albert Einstein diria que «a imaginação é mais importante do que o conhecimento. O conhecimento é limitado. Mas a imaginação dá a volta ao mundo» (Calaprice, 2011, p. 12; Fiolhais, 2008). Em 1841 escrevia que a imaginação era a «faculdade de fazer combinações. Ela reúne coisas, factos, ideias em combinações novas, originais, infinitas e sempre em mutação [...]». É ela que penetra os mundos invisíveis da Ciência à nossa volta» (Isaacson, 2014, p. 30).

Ada interessou-se também por pseudociências em voga na altura, como a frenologia (hipotética divisão do cérebro em zonas especializadas) e o mesmerismo (magnetismo animal). No século XIX vários cientistas estavam imbuídos de ideias espiritualistas, tendo alguns deles, por estranho que pareça, acreditado no espiritismo, então muito popular.

Em 1844, Ada comentou com o seu amigo Woronzow Greig, o filho mais velho de Mary Somerville e ele próprio um cientista, que pretendia criar um modelo matemático do modo como o cérebro dá origem a pensamentos e nervos a sentimentos («um cálculo do sistema nervoso»), uma tarefa que obviamente nunca realizou. O seu interesse pelo cérebro provinha da preocupação da sua mãe a respeito da sua potencial loucura, alegadamente herdada do pai. Foi para tentar aprofundar este projecto que Ada visitou Andrew Crosse em 1844, pedindo-lhe que a ensinasse a fazer experiências eléctricas. Também se interessou por magnetismo. O século XIX, com Faraday, foi o século em que se ligou a electricidade e o magnetismo, uma união que permitiu compreender que a luz é uma onda electromagnética. Se é certo que o século XIX foi o século do Romantismo, não é menos certo que foi também um século de grandes avanços na ciência e na tecnologia. Conforme assinala o historiador britânico Richard Holmes, em *A Era do*

Deslumbramento. Como a geração romântica descobriu a beleza e o terror da ciência (Holmes, 2015), o Romantismo não foi tão estranho à ciência como se poderia pensar. O percurso biográfico de Ada serve para o mostrar.

MODERNA RECEPÇÃO

Ada tornou-se ultimamente muito popular. A Wikipedia é continuamente atualizada com homenagens em sua honra (Ada Lovelace, 2021)

O seu nome aparece em várias peças de teatro (por exemplo, *Arcadia*, do dramaturgo inglês Tom Stoppard; Stoppard, 1993), filmes (por exemplo, *Conceiving Ada*, da realizadora norte-americana Lynn Hershman Leeson; Leeson, 1997), romances (por exemplo, *The Difference Engine*, dos norte-americanos William Gibson e Bruce Sterling, uma história de 1980 num género de ficção científica chamado *steampunk*, em que invenções hoje conhecidas aparecem precocemente; Gibson & Sterling, 2011), séries de TV (por exemplo, *Doctor Who*, 2020, na BBC), bandas desenhadas (destaca-se a novela gráfica com extensas notas do desenhador inglês Sydney Padua *The Thrilling Adventures of Lovelace and Babbage*; Padua, 2015) e outros meios de cultura popular. Os argumentos dessas obras são, por vezes, imaginativos: A peça *Ada and the Engine*, da dramaturga norte-americana Lauren Gunderson, representa Ada Lovelace e Charles Babbage num enredo de amor não correspondido e imagina um encontro póstumo entre Ada e o seu pai (Gunderson, 2018).

A linguagem de computador Ada, criada por uma equipa contratada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, recebeu o nome de Ada Lovelace. O respectivo manual de referência foi aprovado em 1980 e a última versão é de 2012.

O bicentenário do nascimento de Ada Lovelace foi celebrado com uma série de eventos académicos, incluindo *The Ada Lovelace Bicentenary Lectures on Computability*, no Instituto de Estudos Avançados de Israel (Dezembro de 2015 – Janeiro de 2016) e o Simpósio Ada Lovelace, na Universidade de Oxford (Outubro de 2015).

A plataforma de criptomoeda Cardano, lançada em 2017, usa «Ada» como nome da criptomoeda e «Lovelace» como a menor subunidade da Ada.

A 8 de Março de 2018, Dia Internacional da Mulher, o jornal *The New York Times* publicou um obituário de Ada Lovelace, reabilitando-se de um

longo silêncio sobre mulheres cientistas (Miller, 2018). O jornal reconheceu que havia um predomínio exagerado de homens brancos nas suas páginas de obituários.

Ada Lovelace é hoje celebrada pelos movimentos feministas de todo o mundo. Em 2009 a jornalista e feminista inglesa Suw Charman-Anderson criou o «Dia de Lovelace» na segunda terça-feira de Outubro, com o intuito de «elevar o perfil das mulheres na ciência e tecnologia». A jornalista afirmou: «ter pessoas com o mesmo quadro mental à sua volta é essencial, e nós esperamos ser capazes de ajudar as mulheres a encontrarem essas comunidades» (Phillips, 2011, 464).

De facto, Ada é uma figura inspiradora. Costuma ser destacado o seu pioneirismo no campo da computação, por ela ter apreendido a ideia de computador universal e ter escrito o primeiro programa de computador. Mas também devem ser destacadas as suas intuições de que um computador podia ser usado para fins artísticos e de que o aparecimento dos computadores mecânicos suscitava a questão da «inteligência artificial».

Em 1959, o cientista e escritor britânico Charles P. Snow, numa famosa Conferência na Universidade de Cambridge, intitulada *As Duas Culturas* (Snow, 1999), discutiu a oposição entre ciência e tecnologia, por um lado, e artes e humanidades, por outro. É extraordinário que, numa era em que o domínio da ciência era posto em causa, Ada Lovelace tenha sonhado com uma «ciência poética», tentando resolver pela conciliação dos supostamente contrários uma questão que tem continuado até aos dias de hoje. Ela percebeu que a ciência e a arte não tinham de estar em pólos opostos, podendo até justapor-se. O aprofundamento deste aspecto, que não tem sido suficientemente enfatizado quando se apresenta a vida e obra de Ada, afigura-se muito oportuno no mundo actual a fim de romper o isolamento de duas dimensões humanas que nada ganham em estarem separadas e, pior ainda, em confronto (Fiolhais, 2015/2016).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ada Lovelace (n. d.). Retrieved Novembro 25, 2021 from https://en.wikipedia.org/wiki/Ada_Lovelace
- Bowden, B. V. (Ed.). (1953). *Faster than thought: A symposium on digital computing machines*. Pitman.
- Byron, L. (n. d.). *Adeus*. [Farewell]. <https://www.spectrumgothic.com.br/literatura/autores/byron/adeus.htm>
- Calaprice, A. (Ed.). (2011). *The ultimate quotable Einstein*. The Princeton University Press.
- Chiaverini, J. (2017). *Enchantress of numbers*. Dutton.
- Fiolhais, C. (2008). A imaginação, arte e ciência [Imagination, art and science]. *Biblos*, 4(2), 3-16.
- Fiolhais, C. (2015/2016). 'Estranhas mas irmãs': Revisitando a questão das duas culturas» ['Strange but brothers': Revisiting the questions of the two cultures]. *Revista Lusófona de Estudos culturais*, 3(2), 103-111. <https://rlec.pt/article/view/1799>
- Gibson, W. & Sterling, B. (2011). *The difference engine. A novel*. Spectra. (Original work published 1990).
- Gunderson, L. (2018). *Ada and the engine*. Dramatist's Play Service.
- Hodges, A. (2014). *Alan Turing: The enigma*. Updated edition. Princeton University Press.
- Hollings, C., Martin, U., & Rice, A. (2018). *Ada Lovelace: The making of a computer scientist*. Bodleian Library.
- Holmes, R. (2015). *A era do deslumbramento: Como a geração romântica descobriu a beleza e o temor da ciência* [The Age of Wonder: How the Romantic generation discovered the beauty and terror of science]. Gradiva.
- Isaacson, W. (2014). *Os inovadores: Uma biografia da revolução digital* [The innovators: How a group of hackers, geniuses and geeks created the digital revolution]. Companhia das Letras.
- Mello Moser, F. de. (Ed.). (1977). *Byron Portugal 1977*. Imprensa de Coimbra.
- Menabrea, L. F. (1842). Notions sur la machine analytique de Charles Babbage. *Bibliothèque universelle de Genève, nouvelle série* 41, 352-76. <http://www.bibnum.education.fr/calcul-informatique/calcul/notions-sur-la-machine-analytique-de-m-charles-babbage>
- Menabrea, L. F., & Lovelace, A. (1843). Sketch of the analytical Engine invented by Charles Babbage... with notes by the translator. Translated by Ada Lovelace. In R. Taylor (Ed.), *Scientific Memoirs* (Vol. 3) (pp. 666-731). Richard and John E. Taylor. https://books.google.pt/books?id=hPRmnQEACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

- Miller, C. C. (2018, March 8). Ada Lovelace, 1815-1852. *The New York Times*.
- Padua, S. (2015). *The thrilling adventures of Lovelace and Babbage*. Penguin.
- Phillips, A. L. (2011). Crowdsourcing gender equity: Ada Lovelace day, and its companion website, aims to raise the profile of women in science and technology. *American Scientist*, 99(6), 463-464.
- Rómulo. (2019). *Ciência no feminino*. [Science in the feminine] <https://www.flipsnack.com/romuloccvuc/ci-ncia-no-feminino.html>
- Seymour, M. (2018). In *Byron's wake: The turbulent lives of Byron's wife and daughter: Annabella Milbanke and Ada Lovelace*. Pegasus.
- Shelley, M. (2018). *Frankenstein: Um moderno Prometeu* (Primeira versão de 1918) [Frankenstein: The modern Prometheus. (1st version of 1918)] (3.^a ed.) Compasso dos Ventos.
- Snow, C. P. (1999). *As duas culturas* [The two cultures]. Presença.
- Somerville, M. (1834). *On the connection of the physical sciences: John Murray*. <https://archive.org/details/onconnectionphyo3somegoog>
- Stoppard, T. (1993). *Arcadia*. Faber & Faber.
- Turing, A. (1950). Computing machinery and intelligence. *Mind* LIX, 236, 433-460. <https://academic.oup.com/mind/article/LIX/236/433/986238>
- Witkowski, N. (2004). *Uma história sentimental das ciências* [A sentimental history of sciences], Jorge Zahar editora.
- Woolley, B. (2000). *The bride of science: Romance, reason, and Byron's daughter*, McGraw-Hill.

Data de submissão/ Submission date: 02/11/2021

Data de aprovação/ Approval date: 26/11/2021

Escrita e narrativa na estratégia de emancipação da personagem Lenù na tetralogia napolitana de Elena Ferrante

CRISTINA CARNEIRO DE MENEZES*

Resumo. A tetralogia napolitana de Elena Ferrante, publicada entre 2011 e 2014, em Itália, foi traduzida em diversos países e rapidamente espalhou-se pelo mundo, popularizando e pautando debates entre leitores, especialmente no público feminino, a partir da história de vida e de amizade de Lila e Lenù. Neste estudo, analiso a estratégia de emancipação de Lenù por meio da sua trajetória com a escrita.

Palavras-chave: escrita, Elena Ferrante, narrativa, identidade narrativa, sujeito situado.

DOI: <https://doi.org/10.34619/ihez-ttpo>

* ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2901-302X>

Mestre em Estudos sobre as Mulheres – as mulheres na sociedade e na cultura; doutoranda em Estudos de Género

Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 1069-061 Lisboa, Portugal
crlica.carneiro@gmail.com

Writing and narrative in the emancipation strategy of the character Lenù in the Elena Ferrante's Neapolitan Novels. *Elena Ferrante's Neapolitan Novels were published between 2011 and 2014, in Italy, and quickly spread across the world in a very comprehensive way, popularizing and guiding debates among readers, especially the female audience, based on the story of friendship between Lila and Lenù. With this study, I analyze the strategy for the emancipation of the character Lenù, within the framework of writing and narrative.*

Keywords: writing, Elena Ferrante, narrative, narrative identity, situated self.



Desde que foi publicada em Itália, a partir de 2011, a tetralogia napolitana, da escritora italiana Elena Ferrante, foi-se tornando cada vez mais popular, tanto no campo do entretenimento quanto no campo académico. Nos anos mais recentes, tornou-se um fenómeno mundial. Traduzido em mais de quarenta países, vendido em mais de cinquenta, o romance, composto por quatro volumes, já resultou no documentário *Ferrante Fever*, realizado em 2017, e numa adaptação televisiva produzida pelo canal americano HBO, em 2018. Foi a primeira adaptação do canal não falada em inglês, mas em italiano e napolitano. Mesmo sendo uma obra recente, o romance tem já sido objeto de pesquisas em universidades de diferentes países.

Sabe-se que Elena Ferrante é italiana e que se graduou em Letras Clássicas, mas esse é o pseudónimo da autora que se mantém “ausente”, como ela mesma afirma (Ferrante, 2017), desde que publicou seu primeiro livro, em 1992, *L'Amore Molesto*. Por mergulhar muito honestamente no universo feminino, a obra de Ferrante é denominada por leitores e críticos como uma obra feminista, o que a autora não considera exatamente, alegando que os seus romances refletem sua experiência de vida e sua formação (Ferrante, 2017).

Os quatro volumes que compõem a tetralogia – *A Amiga Genial* (2014); *História do Novo Nome* (2015a); *História de Quem Vai e de Quem Fica* (2015b); e *História da Menina Perdida* (2016) – contam a vida, da infância à velhice, das amigas Elena Greco (Lenuccia/Lenù) e Rafaella Cerullo (Lina/Lila). Narrada em primeira pessoa pela personagem Lenù, o romance começa em 2011, quando

Lila desaparece sem deixar rastros, e Lenù, já com 66 anos, rememora toda a história de vida delas, a fim de não deixar a amiga apagar a própria vida.

Lila e Lenù nascem num bairro pobre de Nápoles, em Itália, no pós-Segunda Guerra, num ambiente que ainda enfrentava os resquícios do fascismo, mas que, ao mesmo tempo, passava por profundas transformações sociais, educacionais, culturais e económicas. Conhecem-se na escola, ficam amigas e alimentam o desejo comum de sair do bairro onde vivenciam e acompanham as violências e opressões de uma sociedade marcada pelo sexismo, pelo machismo e pela misoginia. Com o tempo, as amigas seguem caminhos diferentes.

Para além da tetralogia napolitana, é central na obra de Elena Ferrante a experiência das mulheres e seus enfrentamentos sociais e subjetivos. Através das relações intersubjetivas de suas personagens – mãe e filha, entre amigas, mulher e amante –, Ferrante esquadrinha as tentativas de suas protagonistas para superarem um modelo de mulher. Como a própria autora define, suas personagens procuram romper com o modelo de ser mulher de suas mães e avós, mas topam com “velhos fantasmas, os mesmos com os quais as mulheres do passado se depararam” (Ferrante, 2017, p. 219). No entanto, as protagonistas de Ferrante não suportam passivamente, como suas mães e avós, os tais fantasmas: “Lutam e dão conta deles. Não vencem, mas simplesmente chegam a um acordo com as próprias expectativas e encontram novos equilíbrios” (Ferrante, 2017, p. 219).

As protagonistas da tetralogia napolitana, Lila e Lenù, são assim, não suportam passivamente o que lhes parece posto pelo bairro onde vivem. A professora de Literatura da Università per Stranieri di Siena, a napolitana Tiziana de Rogatis (2018), define a história de Lila e Lenù como uma *parábola de sobrevivência*, não de vitimização, uma vez que as amigas desenvolvem formas criativas de resistência. “(...) Ferrante fashions from their story a parable of survival, not of victimhood. The pathos of the victim is actually exorcized by the two friends’ complexity and by their fictional representation as women (...)” (Rogatis, 2018, Introduction, tópico 4, para. 1).

Diante disso, a partir da trajetória da protagonista que narra, este estudo pretende analisar a estratégia de emancipação de Lenù, que, ao resistir ao que lhe é posto como expectativas sociais, procura criar sentido para sua vida, dando uma ordem narrativa aos acontecimentos. Constrói, assim, sua identidade e sua subjetividade tendo a escrita como um meio de elaboração.

A ESCRITA FEMININA

Pelo facto de Elena Ferrante usar um pseudónimo e se manter sempre ausente, há diversas especulações sobre a verdadeira autoria da tetralogia napolitana. Há quem acredite, como Karen Bojar (2018), autora do livro *In Search of Elena Ferrante*, que os volumes sejam escritos a quatro mãos, a partir da hipótese de que Elena Ferrante seria Anita Raja, uma tradutora que colabora com a editora que publica Ferrante em Itália, e também companheira do escritor italiano Domenico Starnone, com quem teria escrito os volumes da obra. Estudos revelaram que os estilos de escrita deles, ao compararem os textos de Ferrante com os de outros escritores italianos, são os mais semelhantes entre si (Tuzzi & Cortelazzo, 2018). A incredulidade em torno da verdadeira autoria da tetralogia revela um preconceito machista que a própria autora comenta:

Ouviu alguma vez, nos últimos tempos, a propósito de livros escritos por homens: são livros escritos por uma mulher ou um grupo de mulheres? (...) Somos talentosas, menos talentosas, talentosíssimas, mas apenas dentro do perímetro reservado às pessoas do sexo feminino, ou melhor, reservado a temas e tons que a tradição masculina considera próprios do gênero feminino. (...) Quando se tornará senso comum que sabemos pensar, sabemos contar histórias, sabemos escrever tão bem, ou até melhor, do que os homens? (Ferrante, 2017, pp. 360-361)

A inscrição de determinado género na escrita é um dos debates da crítica feminista. Afinal, que elementos estão contidos numa escrita para que se saiba ser praticada por uma mulher? Para a feminista francesa que cunhou o termo *écriture féminine*, Hélène Cixous (1976), é impossível definir uma prática feminina de escrita, mas a impossibilidade de a definir não significa que não exista.

Nelly Richard (2002), teórica cultural franco-chilena, é mais assertiva. Para ela, a neutralidade diante da diferença genérico-social da escrita e da linguagem é como reforçar a manutenção da masculinidade hegemónica como poder estabelecido. “A linguagem, a escrita literária e as normas culturais carregam as marcas deste operativo de violência sociomasculino, que subordina os textos a suas viciadas regras de universalidade” (Richard,

2002, p. 131). Richard conceptualiza, independente de gênero, a “feminização da escrita”, “que se produz a cada vez que uma poética, ou uma erótica do signo, extravasa o marco retenção/contenção da significação masculina com seus excedentes rebeldes (...), para desregular a tese do discurso majoritário” (Richard, 2002, p. 133).

Para Elaine Showalter (2002), a escrita é uma forma de sair do espaço patriarcal. Ao definir o “território selvagem” como um espaço que resta, ainda não decodificado pela estrutura dominante (masculina) da linguagem, Showalter acredita que seja esse o “lugar de linguagem revolucionária das mulheres” (Showalter, 2002, p. 68). Ao entrar nesse “território selvagem”, uma mulher pode decodificá-lo pela linguagem, pela escrita, entrar no discurso e transformá-lo, criando uma nova forma de estar no mundo, fora do espaço patriarcal.

A inscrição da experiência feminina dá-se, na tetralogia napolitana, em muitos níveis, tanto textual como extratextualmente. A primeira camada da intrincada experiência feminina na obra se dá ao considerarmos que Elena Ferrante seja, de facto, uma mulher que apenas optou por não participar da “praxe editorial” (Ferrante, 2017). Segue-se a isso a criação de duas personagens femininas que trazem características da autora ausente: Lenù, ou melhor, Elena Greco, que, no desenrolar da trama, torna-se escritora, assina o mesmo nome escolhido como pseudônimo pela autora ausente, e é quem escreve e narra a história das amigas; e Lila, que desaparece, mas tem sua história rememorada na escrita de Lenù, que se vinga escrevendo, para não deixar escapar Lila, a personagem que, no final, ausenta-se.

Ao entrelaçar as características das personagens com as da autora ausente, Elena Ferrante deposita tudo na conta da escrita, como se a escrita fosse o que pudesse revelar algo, revelar o que tem de ser revelado, como se a escrita falasse por si só. Conforme ela enfatiza sobre o que os livros têm a dizer quando indagada sobre sua ausência: “Acredito que, após terem sido escritos, os livros não precisam dos autores para nada. Se tiverem algo a dizer, encontrarão, mais cedo ou mais tarde, leitores; caso contrário, não” (Ferrante, 2017, p. 12).

Na narrativa da tetralogia, a escrita de Lenù (Elena Greco ou Elena Ferrante?) revela à Gigliola a inscrição da experiência de uma mulher. Gigliola, contemporânea de Lenù na escola, ao comentar sobre o primeiro

livro escrito pela protagonista, é levada a crer que o que está lá escrito tenha sido vivido por Lenù, que nega e diz que foi a personagem quem viveu – uma criação imaginativa – o que está escrito. Gigliola, no entanto, argumenta definitiva: “Sim, mas escreveste-as muito bem, Lenù, tal e qual como acontecem, com a mesma porcaria. São segredos que só se conhecem se formos mulheres” (Ferrante, 2015b, p. 68).

RESISTÊNCIA: *SMARGINATURA*/DESMARGINAÇÃO E *FRANTUMAGLIA*

Vivendo no ambiente violento do pobre bairro napolitano, Lila e Lenù alimentam o desejo de sair do bairro pelos estudos. Sair do bairro, para elas, significava se libertar da realidade violenta de Nápoles, significava furtar-se ao destino das mulheres do bairro. Mas, quando Lila é impedida pela família de dar continuidade aos estudos, as amigas passam a seguir caminhos diferentes. Lila segue a vida no bairro: casa-se aos 16 anos, passa a trabalhar no comércio, sofre violência doméstica, torna-se mãe, tem uma vida difícil a trabalhar numa fábrica de Nápoles. Ela nunca sai da cidade. Lenù segue os estudos e, em seguida, sai de Nápoles, passa por uma formação acadêmica em Pisa, começa a escrever; depois, ao casar-se, vive em Florença. Já adulta, separada do primeiro marido e com duas filhas, retorna a Nápoles, mas torna a ir embora da cidade natal para viver em Turim.

Com caminhos de vida tão diferentes, as amigas desenvolvem estratégias singulares de resistência. As formas como lidam com as dificuldades existenciais são representadas por dois fenômenos distintos, que representam os sintomas psíquicos e físicos de suas inquietações: a *smarginatura* ou desmarginação, no caso de Lila, e a *frantumaglia*, no caso de Lenù. A *smarginatura* ocorre textualmente na tetralogia e é traduzida como “desmarginação”. O termo *frantumaglia* não ocorre textualmente na tetralogia. É um termo definido por Elena Ferrante (2017) no livro *La Frantumaglia*, utilizado aqui por analogia para compreender a estratégia de resistência de Lenù neste estudo.

SMARGINATURA/DESMARGINAÇÃO

A desmarginação é um estado físico e psíquico descrito por Lenú ao testemunhar Lila em determinados episódios da história, quando geralmente está a passar por alguma situação-limite. A primeira menção à desmarginação de Lila ocorre na festa da passagem do ano de 1959 para 1960. As amigas reúnem-se com as pessoas do bairro quando Lila dá sinais físicos de que algo está a ocorrer: “O coração batia-lhe descontroladamente. Começou a sentir aversão pelos gritos que saíam das gargantas de todos (...), como se aqueles sons obedecessem a leis novas e desconhecidas” (Ferrante, 2014, pp. 69-70). Esse estado se repete outras vezes, por exemplo, quando Lila está a sofrer pressões na fábrica onde trabalha e quando do terremoto do dia 23 de novembro de 1980.

Embora Lila nunca tivesse saído do bairro, ela tinha consciência de si e não suportava passivamente as opressões. “Desde criança, essa personagem já entendia a dimensão dos conflitos sociais em seu bairro” (Silva & Brunello, 2019, p. 215). Irrequieta e impermanente, Lila vivia num movimento de fluxo, de vai-e-vem, de vontade de expansão, como bem descrevem Silva e Brunello (2019):

Mesmo apenas com a quinta série do fundamental, Lila é capaz de grandes saltos, porém sempre num movimento de vai-e-vem, de construção e desconstrução, em que seus passos são incertos e carregados de sedução, malícia e ambiguidade. Seja desenhando sapatos, vivendo com as mordomias de gerente, trabalhando como operária em uma fábrica de embutidos ou operando o Sistema 3 da IBM (uma inovação para a época), Lila demonstra excelência, como se entendesse toda a lógica dos ofícios. Uma lógica, no entanto, para a qual ela nega clareza, permanência ou redenção em suas atitudes. (pp. 215-216)

Lila negava clareza, mas, ao encontrar-se em situações-limite, não aguentava a pressão sobre si e como que se evadia física e mentalmente, em experiências de desmarginação, perdendo os contornos. Quando Lenú narra as experiências de desmarginação de Lila, descreve-as como se a amiga perdesse o controle para, em seguida, ganhar novo fôlego e consciência, uma maneira de se expandir.

A desmarginação é um fato pontual no âmbito da narração, é uma espécie de revelação individual por que passam as personagens de Ferrante, remetendo ao desejo de fuga, de escape desde condições subjetivas e existencialistas até de condições econômicas, políticas, culturais e sociais. Ela se dá até mesmo por vias de sintomas físicos e psíquicos, como uma nova tomada de consciência de que é preciso resistir, persistir ou abandonar a si e aos outros. (Silva & Brunello, 2019, pp. 213-214)

FRANTUMAGLIA

Lenù tem sintomas diferentes em situações-limite. Ela ganha novo fôlego e resiste procurando dar uma coerência, um sentido para o caminho que a vida toma, ou, pelo menos, uma ordem narrativa a partir do estado de desconforto que sente, ao qual faremos a analogia com a *frantumaglia*, um estado de desordem que Ferrante (2017) aprendeu a nomear com a sua mãe e que define no livro com entrevistas e correspondências intitulado *La Frantumaglia*:

Minha mãe me deixou um vocábulo do seu dialeto que ela usava para dizer como se sentia quando era puxada para um lado e para o outro por impressões contraditórias que a dilaceravam. Dizia que tinha dentro de si uma *frantumaglia*. A *frantumaglia* (ela pronunciava *frantumalha*) a deprimia. (...) Era a palavra para um mal-estar que não podia ser definido de outra maneira, remetia a um monte de coisas heterogêneas na cabeça, detritos em uma água lamacenta no cérebro. A *frantumaglia* era misteriosa (...), estava na raiz de todos os sofrimentos que não podiam ser atribuídos a uma razão única e evidente. (Ferrante, 2017, p. 105)

Para Ferrante, a *frantumaglia* é a matéria-prima da narrativa e compele à escrita. “O ato da escrita é a passagem contínua daquela *frantumaglia* de sons, emoções e coisas à palavra e à frase, à história de Delia, Olga, Leda, Lenù [todas personagens de livros de Ferrante]” (Ferrante, 2017, p. 309).

Periodicamente, Lenù vivencia o estado de *frantumaglia*. Em situações-limite ou depois de alguns acontecimentos relevantes, Lenù sente-se mal, fica meio deprimida, como se a realidade lhe escapasse, como se não

conseguisse encontrar um sentido. Esse mal-estar, essa angústia, dão-se de várias formas. Por vezes, em forma de dúvida, por não saber se todo o seu esforço estudantil vai resultar no que deseja para si; por vezes, sente-se angustiada por não conseguir compreender as atitudes de Lila; ou sente-se inquieta por, mesmo tendo saído do bairro, ainda carregar as marcas do dialeto napolitano na linguagem; ou angustia-se com a tentativa de conciliar a vida familiar com a profissional; ou sente-se confusa com a insegurança de, mesmo com todo o esforço e dedicação com relação aos estudos, às leituras e à escrita, ainda não estar completamente segura de seu trajeto como escritora.

Ao experimentar tais oscilações repetidas vezes, Lenù procura fazer uma síntese dos acontecimentos, do que aprendeu, a fim de compreender o estado das coisas para seguir adiante. É como uma tentativa de superar um determinado modelo de estar no mundo e encontrar ou inventar uma nova trilha, uma nova forma de lidar com as questões, qualidade essencial das personagens de Ferrante, que vivem numa oscilação “entre uma arraigada adesão às expectativas masculinas e os novos modos de ser mulher” (Ferrante, 2017, p. 386).

(...) o eu feminino, que, com sua longuíssima história de opressão e repressão, tende, revoltando-se, a se estilhaçar, a se recompor e a se estilhaçar novamente de maneira sempre imprevista. As histórias se nutrem desses fragmentos que espreitam sob uma aparência unitária e que constituem uma espécie de desordem original, de opacidade a ser iluminada. Histórias e personagens vêm daí. (Ferrante, 2017, pp. 347-348)

Diante disso, podemos deduzir que as oscilações e as inquietações de Lenù para dar uma coerência e um sentido aos acontecimentos são similares ao estado de *frantumaglia* descrito por Ferrante (2017). É um estado *anterior* – é um *antes* – que acaba por impulsionar Lenù a escrever para dar ordem, coerência, sentido, para conseguir seguir seu caminho, tal como descreve:

Uma manhã comprei um caderno quadriculado e comecei a escrever na terceira pessoa o que me acontecera naquela noite na praia ao pé de Barano. Depois, ainda na terceira pessoa, escrevi o que me acontecera em Ischia. Depois falei um bocado de Nápoles e do bairro. (...) Levei vinte dias a escrever aquela

história, um lapso de tempo durante o qual não vi ninguém, saía apenas para ir comer. No fim reli algumas páginas, não gostei e desisti. Mas entretanto achei-me mais calma, como se a vergonha tivesse passado de mim para o caderno. (Ferrante, 2015a, p. 342)

A relação de Lenù com a escrita é uma questão de existência. Desde a adolescência, escrever para ela era como existir. Ao enviar um texto para ser publicado numa revista, Lenù narra sua espera: “Estava intimamente convencida de que só existiria realmente a partir do momento em que o meu nome aparecesse impresso, Elena Greco, e ia vivendo na expectativa desse dia (...)” (Ferrante, 2014, p. 243). Ao saber da não publicação do texto na revista, Lenù como que perde as esperanças: “considerara a publicação daquelas linhas, e a minha assinatura impressa, o sinal de que eu tinha realmente um destino, que a cansa de estudar me elevava, sem dúvida, a algum lugar (...)” (Ferrante, 2014, p. 263). Lenù queria tecer um destino pela escrita; através da escrita ela entraria no discurso, existiria no mundo a seu modo.

O PROCESSO NARRATIVO PARA UMA NOVA FORMA DE ESTAR NO MUNDO

Ao acompanhar a narrativa da tetralogia e de como Lenù vai tecendo sua história de vida – sob o subterfúgio de não deixar Lila desaparecer sem deixar rastros –, é possível perceber como ela vai se construindo como sujeito, vai se retirando de alguns espaços discursivos, entrando em outros, tentando acomodar em sua trajetória o bairro, Lila e sua família.

Assim, a narradora dá ordem ao seu estado de *frantumaglia* através da escrita; transforma em linguagem o “território selvagem” (Showalter, 2002), procura encontrar um jeito singular de estar no mundo, e, ao fazer isso, inventa o seu destino. Torna-se sujeito da própria vida, mas não um sujeito da Modernidade – masculino, estável, uno, absoluto, racional –, tampouco um sujeito fragmentado, pulverizado e descentrado do pós-modernismo. Lenù constrói sua subjetividade e sua identidade tecida pela narrativa de vida de um sujeito situado. Desse modo, é possível pensar o processo de construção da subjetividade e da identidade de Lenù a partir de dois conceitos: identidade narrativa, de Paul Ricœur, e sujeito situado, de Seyla Benhabib.

Paul Ricœur, ao propor uma terceira via entre o sujeito da Modernidade e o sujeito pulverizado do pós-modernismo, conceptualiza uma forma de identidade que “só se pode estabelecer de modo narrativo”, uma vez que a identidade “não é estática, mas construída ao longo do tempo e num perpétuo diálogo com a alteridade” (Fernandes, 2008, p. 79). Para o pensador, uma identidade narrativa é “uma subjectividade capaz de construir continuamente histórias sobre si própria, esforçando-se, em especial, por enfrentar/conferir sentido ao inédito (e, por isso, surpreendente), enquadrando-o na sua história pessoal” (Fernandes, 2008, p. 81).

Na tetralogia napolitana, Lenù, ao tentar contar a história da amiga desaparecida, narra a própria vida, sempre em diálogo central com Lila, a alteridade principal, de quem Lenù aproxima-se, afasta-se, com quem se compara, a quem, por vezes, procura superar, e, por vezes, procura integrar em sua trajetória. Segundo Ricœur, “a identidade narrativa não é uma identidade estável e sem falhas”, é “oriunda da retificação sem fim de uma narrativa anterior por uma narrativa ulterior, e da cadeia de refigurações que daí resulta” (Ricœur, 1985, p. 427). Lenù, ao logo dos quatro volumes, vai refigurando a presença de Lila em sua vida.

Desse modo, o processo de construção da identidade narrativa é um processo de vida inteira. Esse movimento “é uma luta pela autenticidade da existência, pela construção de ideais/projectos de vida que tornem um percurso individual de existência digno de ser vivido pelo próprio, em que o mesmo se reveja” (Fernandes, 2008, p. 93) e, assim, ser possível criar novos modos de ser.

A filósofa feminista Seyla Benhabib também defende a ideia de uma narrativa de vida inteira para a construção da subjetividade, de um modelo narrativo de identidade: “esta é uma tarefa interminável, pois a narração é também um projeto de recordação e resgate. Só podemos mais ou menos resgatar, mais ou menos recontar aquelas memórias entranhadas no corpo” (Benhabib, 2017, p. 160).

A proposta de modelo narrativo de Benhabib é sustentada pela materialidade e pela corporeidade de um sujeito situado, capaz de agenciar a sua vida, autodeterminar-se e desafiar a sua situação para construir a própria identidade, inserindo-se numa rede de relações, nem sempre harmoniosas. O “sujeito situado” procura integrar os seus atos em uma biografia coerente. Ao contrário da lógica pós-moderna, que, ao propor um tipo de sujeito

descentrado e pulverizado, ignora as demandas por coerência e estabilidade próprias da subjetividade, Benhabib defende a legitimidade da procura por coerência e a tentativa de dar significado à trajetória de vida.

Teorias da subjetividade fragmentária e dispersa, que estiveram tão em voga no auge do pós-modernismo, ignoraram essas demandas por estabilidade e compreensão. Pensou-se que a dispersão do sujeito – sim, com efeito, a “morte” do sujeito – era algo bom. Porém, a busca por coerência em um mundo material e cultural cada vez mais fragmentário e a tentativa de gerar significado a partir das complexidades das histórias de vida não são erradas, nem injustas, nem sem significado. (Benhabib, 2017, p. 165)

Negar à mulher a possibilidade de se construir como sujeito, em favor de uma ideia de sujeito pulverizado e impessoal, próprio do pensamento pós-moderno, é como negar a história de opressão e invisibilidade vivida pelas mulheres ao longo do tempo. É como tirar das mulheres a possibilidade de se ter um sujeito político pelo qual reivindicar direitos para suplantar as opressões vividas e, ainda, é como se as mulheres estivessem a perder a chance de simbolizar a questão existencial durante tanto tempo apropriada livremente pelo sujeito masculino, universal e hegemônico, inclusive através dos tais grandes relatos.

Sobre isso, Nelly Richard (2002) aponta um detalhe importante sobre a pulverização do sujeito, que ocorre justamente quando as mulheres começam a tornar-se autônomas de maneira mais ampla na sociedade:

(...) é suspeita a coincidência que leva a pós-modernidade a certificar a dissolução da identidade e do sujeito, justo quando as conquistas teóricas e políticas do feminismo permitem garantir certas condições de autodefinição para as mulheres, o que as converte, por fim, em sujeitos, em atores de si mesmas. (Richard, 2002, p. 158)

Ainda assim, Richard (2002) acredita que a implosão do sujeito moderno impulsionou o feminismo a repensar o feminino a partir de uma perspectiva plural.

A implosão do sujeito e os descentramentos do eu, que a teoria contemporânea radicalizou em sua demanda anti-humanista da “morte do sujeito” (ao menos, da morte do ego transcendental da racionalidade metafísica), exigem do feminismo repensar a identidade sexual, já não mais como a auto-expressão coerente de um eu unificado (o “feminino” como modelo), mas como uma dinâmica tensional, cruzada por uma multiplicidade de forças heterogêneas que a mantêm em constantes desequilíbrios. (p. 138)

No sujeito situado de Benhabib não há linearidade e plena harmonia, o que há é a capacidade do sujeito de, a partir de sua capacidade de fazer escolhas, rememorar e reconfigurar a sua trajetória num processo de ressignificação permanente.

A construção da identidade de Lenù e sua formação como sujeito seguem essa perspectiva de pluralidade de formas de existir, revelando-se um movimento incessante, de rememorações, de reconfigurações, tal como colocam Ricœur e Benhabib. A possibilidade de construir a identidade e se formar como sujeito a partir da retomada da materialidade, da ação, da narrativa e das reconfigurações constantes parece ser uma via possível para o feminismo, ou para uma experiência de natureza feminista.

Lenù e Lila são a expressão dessas identidades plurais, que não são essencialistas mas que sofrem as opressões de uma sociedade sexista, machista e misógina. Elena Ferrante dá voz a essas subjetividades que traçam seus caminhos e tecem suas identidades, com instabilidades, por vezes, fragmentadas, mas que são elaboradas, simbolizadas e capazes de criar novas formas de estar no mundo.

CONSIDERAÇÕES

Comecei este estudo falando sobre a popularidade que a tetralogia de Elena Ferrante alcançou em pouco tempo de publicação. A autora, ao mostrar, de maneira muito honesta, como as duas amigas respondem, cada uma a seu modo, aos efeitos das opressões sociais sobre suas trajetórias marcadamente femininas, faz com que essas experiências sejam reconhecidas, especialmente pelas leitoras, do mesmo modo que Gigliola reconheceu, no livro de Lenù na trama, as experiências que só as mulheres vivem.

Judith Butler afirma:

Os impulsos feministas (...) emergem do reconhecimento de que a minha dor, o meu silêncio, a minha raiva ou a minha percepção não são mais apenas meus, e que isso me coloca em uma situação cultural compartilhada que acaba por me capacitar e empoderar de maneiras que eu não tinha previsto. (Butler, 2019, p. 218)

Há na fala de Butler esse reconhecimento de que partilhamos alguma experiência em comum, embora tenhamos formas diferentes de responder a essa condição social. Lenù parte da sua experiência individual também para pensar uma dimensão social maior de sua condição e da condição experimentada por outras mulheres. Ao descrever o que discutia nos lançamentos de seus livros, ela diz:

(...) espontaneamente, transformava pequenos eventos privados em reflexão pública. Todas as noites improvisei com sucesso, partindo da minha experiência. Falei do mundo de que provinha, da miséria e da degradação, das fúrias masculinas e também femininas (...). Conteí que observara na minha mãe e nas outras mulheres, desde miúda, os aspectos mais humilhantes da vida familiar, da maternidade, da sujeição aos homens. (...) Falei da relação difícil com os grupos feministas de Florença e de Milão, e ao fazê-lo uma experiência que subvalorizara tornou-se inesperadamente importante, descobri em público o que tinha aprendido por assistir àquele esforço doloroso de sondagem. (Ferrante, 2016, p. 45)

Lenù, ao falar de suas experiências pessoais, situa-se como sujeito que usa a sua narrativa para entrar no discurso e transformar seu estar no mundo. Ao escrever para que Lila não desaparecesse, Lenù conta a história de muitas mulheres. E, no final, a tetralogia, mesmo com sua autora ausente, fala por si, ou melhor, pela escrita, pela linguagem, esse espaço comum onde as mulheres parecem se reconhecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Benhabib, S. (2017). Diferença sexual e identidades coletivas: A nova constelação global [Sexual difference and collective identities: The new global constellation]. *CADERNOS de Filosofia Alemã*, 22 (4), 145-170. <http://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/141850/136948>
- Bojar, K. (2018). *In Search of Elena Ferrante*. McFarland & Company, Inc., Publishers.
- Bullaro, G. R., & Love, S. (Ed.). (2016). *The works of Elena Ferrante: Reconfiguring the margins*. Italian and Italian American Studies (Palgrave Macmillan).
- Butler, J. (2010). Atos performáticos e a formação dos gêneros: Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista [Performative acts and gender constitution: An essay in phenomenology and feminist theory]. In H. B. De Hollanda (Org.), *Pensamento feminista: Conceitos fundamentais* (pp. 213-230). Bazar do Tempo.
- Cixous, H. (1976). The laugh of Medusa. *Signs*, 1(4), 875-893. The University of Chicago Press. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/66416/mod_resource/content/1/cixous-the-laugh-of-the-medusa.pdf
- Durzi, G. (Director). (2017). *Ferrante fever* [film]. Greenwich Entertainment.
- Fernandes, S. M. de M. R. (2008). Identidade narrativa e identidade pessoal: Uma abordagem da filosofia de Paul Ricœur [Narrative identity and personal identity. An approach to Paul Ricoeur's Philosophy]. *Philosophica*, 33, 75-94. <https://repositorio.ul.pt/retrieve/69992/Philosophica%2033-4.pdf>
- Ferrante, E. (1992). *L'Amore molesto* [Troubling love]. Edizione e/o.
- Ferrante, E. (2014). *A amiga genial* [My brilliant friend: A novel]. Relógio D'Água.
- Ferrante, E. (2015 a). *História de quem vai e de quem fica* [Those who leave and those who stay]. Relógio D'Água.
- Ferrante, E. (2015b). *História do novo nome* [The story of a new name]. Relógio D'Água.
- Ferrante, E. (2016). *História da menina perdida* [The story of the lost child]. Relógio D'Água.
- Ferrante, E. (2017). *Frantumaglia: Os caminhos de uma escritora* [Frantumaglia: A writer's journey]. Intrínseca.
- Richard, N. (2002). *Intervenções críticas: Arte, cultura, gênero e política* [Critical interventions: Art, culture, gender and politics]. Editora UFMG.
- Ricœur, P. (1985). *Tempo e narrativa* [Time and narrative] (Tomo III) . Papirus.
- Rogatis, T. de (2018). *Elena Ferrante's keywords*. Europa Editions.

- Schuur, J., Mieli, L., Recchia, E., Laurentiis, G., Gianani, M., Sorrentino, P., & Procacci, D. (Executive Producers). (2018–2020). *My brilliant friend* [TV series]. Wildside, Fandango, Umedia, The Apartment, Mowe Productions; HBO.
- Showalter, E. (2002). A crítica feminista no deserto [Feminist criticism in the wilderness]. In A. G. Macedo (Ed.), *Gênero, identidade e desejo: Antologia crítica do feminismo contemporâneo* (pp. 37-74). Cotovia.
- Silva, E. R. S., & Brunello, Y. (2019). Sublugares políticos da desmarginação do feminino em história de quem foge e de quem fica, de Elena Ferrante [Political underplacement of the feminine dissolving margins in *The who leave and those who stay*, by Elena Ferrante]. *Olho d'água*, 11(1), 209-223. <http://www.olhodagua.ibilce.unesp.br/index.php/Olhodagua/article/viewFile/575/516>
- Tuzzi, A., & Cortelazzo, M. A. (Ed.) (2018). *Drawing Elena Ferrante's profile*. Padova University Press.

Data de submissão / Submission date: 04/01/2021

Data de aprovação / Approval date: 29/10/2021

El materialismo no esencialista de Luce Irigaray:

Una mirada renovada sobre la diferencia sexual

ARIEL MARTÍNEZ*

Resumen. El feminismo filosófico de Luce Irigaray gravita en torno a la compleja noción de diferencia sexual. Lamentablemente, la fuerte hegemonía del posestructuralismo de Judith Butler dentro del campo del feminismo, y la forma rotunda en que la categoría de género se incrusta en los debates actuales, ha colocado a Irigaray de forma espuria como representante del esencialismo. El propósito de este artículo es identificar el registro ontológico de sus ideas y construir un interés feminista teórica y políticamente renovado sobre la materialidad, el cuerpo, el sexo y la diferencia sin que esto implique esencialismo o determinismo biológico.

Palabras clave: Luce Irigaray; materia; esencialismo; diferencia sexual.

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/003i-4xtx>

* <https://orcid.org/0000-0002-9883-7911>

Universidad Nacional de La Plata, Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Género (CInIG), Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales (IdIHCS), Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET).

B1900 La Plata, Provincia de Buenos Aires, Argentina

amartinez@psico.unlp.edu.ar

O materialismo não essencialista de Luce Irigaray: Um olhar renovado sobre a diferença sexual. *O feminismo filosófico de Luce Irigaray gravita em torno da noção complexa de diferença sexual. Infelizmente, a forte hegemonia do pós-estruturalismo de Judith Butler dentro do campo do feminismo, e a maneira enfática como a categoria de gênero está embutida nos debates atuais, espuriamente posicionou Irigaray como uma representante do essencialismo. O objetivo deste artigo é identificar o registro ontológico de suas ideias e construir um renovado interesse teórico e politicamente feminista pela materialidade, o corpo, o sexo e a diferença, sem cair em essencialismo ou determinismo biológico.*

Palavras-chave: Luce Irigaray; matéria; essencialismo; diferença sexual.

Luce Irigaray's non-essentialist materialism: A renewed look at sexual difference. *Luce Irigaray's philosophical feminism gravitates around the complex notion of sexual difference. Unfortunately, the predominance of Judith Butler's poststructuralism within feminism and the decisive way in which the category of gender is embedded in current debates have spuriously held Irigaray as the representative of essentialism. The purpose of this article is to identify the ontological register of her ideas and build a renewed theoretical and political feminist interest in materiality, body, sex and difference entailing no essentialism or biological determinism*

Keywords: Luce Irigaray; matter; essentialism; sexual difference.



INTRODUCCIÓN

A inicios de los años ´90 del siglo pasado la contundente irrupción de Judith Butler en el ámbito académico significó la consolidación rotunda del posestructuralismo dentro del feminismo. El excesivo énfasis en el lenguaje, los discursos, la significación y el sentido cristalizó una reductiva y rígida grilla analítica de dos posibilidades: *construccionismo* y *esencialismo* (Alcoff, 1988). Los aportes teóricos del pensamiento feminista comenzaron a ser examinados bajo tales parámetros analíticos, por lo cual aquellas intelectuales preocupadas por el sexo, el cuerpo y la materialidad fueron rápidamente

ubicadas en las filas del esencialismo y, por tanto, sus ideas fueron identificadas como contraproducentes para la política feminista. Esta operación, poco explicitada, sobrevuela en *El género en disputa* – primer libro publicado por Judith Butler. Allí, la propuesta hiperconstruccionista de la autora extrae su fuerza a partir del ordenamiento cartográfico maniqueo de un amplio espectro de intelectuales feministas que la precedieron. Luce Irigaray es un ejemplo capital de esta operación espuria. A partir de Butler, las ideas de Irigaray suelen ser ordenadas retrospectivamente a partir de un monismo lingüístico que no hace justicia a los propósitos del proyecto teórico-político, ni al contexto filosófico, en que se sustenta el aporte irigarayano⁽¹⁾.

De forma provocativa Naomi Schor (1994) señala que, durante los años ‘90, el término *esencialismo* formó parte del léxico de cierto terrorismo intelectual, un instrumento privilegiado que detentó el poder de reducir al silencio, excomulgar y confinar al olvido ciertos posicionamientos no alineados con el posestructuralismo. De forma más cauta pero no menos aguda, Teresa de Lauretis (1990) ofrece observaciones sobre el contexto angloamericano donde circularon estas apreciaciones:

[El] punto de polémica en esta cuestión es que lo que se dice del ‘esencialismo’ imputado a la mayoría de las posiciones feministas [...] es demasiado o muy poco, de modo que el término sirve menos a los propósitos de una crítica efectiva en la continua elaboración de la teoría feminista que a aquellos de la conveniencia, simplificación conceptual o legitimación académica. (p. 79)

Esto nos deja en claro que de Lauretis toma distancia de la restrictiva cuadrícula norteamericana *esencialismo-construccionismo*. de Lauretis (1990) afirma que “el término *esencialismo* cubre un rango de significados metacríticos y usos estratégicos que avanza por la muy corta distancia que hay entre una oportuna etiqueta y una palabra-hueca” (de Lauretis, 1990, p. 77). Asimismo señala el modo en que progresivamente perdió su fuerza en tanto concepto crítico debido a su uso indebido y poco serio. En este contexto la autora enfatiza:

1 Es preciso señalar que, en otro segmento de su producción, Butler (2006) entabla un debate mucho más profundo, rico y sofisticado con las ideas de Irigaray que las consideraciones restrictivas de *El género en disputa* que, por motivos de impacto, difusión y diseminación académica, aquí consideramos.

Muchas que [...] han tenido que ver con la teoría feminista [...] han comenzado a impacientarse con esta palabra —esencialismo— una y otra vez repetida con su tonillo reductor, con su autosuficiente tono de superioridad, con su desprecio para ‘ellas’ —aquellas personas culpables de ella. Sin embargo, [...] la teoría feminista trata toda ella sobre una diferencia esencial, una diferencia irreductible, aunque no es una diferencia entre la mujer y el hombre, ni una diferencia inherente a la ‘naturaleza de la mujer’ (a la mujer como naturaleza), sino una diferencia en la concepción feminista de la mujer, las mujeres y el mundo. (de Lauretis, 1990, p. 77-78)

Estas observaciones señalan el corazón de la propuesta de Irigaray, pues abordan explícitamente el papel constitutivo que tuvo la diferencia sexual en el pensamiento feminista continental, así como la polémica recepción que tuvo esta noción en el contexto del potente posestructuralismo adoptado vehementemente por una parte considerable de la intelectualidad feminista norteamericana.

Es claro que, al leer a Irigaray, Butler detecta el peligro del *esencialismo* e identifica sus aportes en torno a la diferencia sexual con un reduccionismo biológico que refuerza un dimorfismo sexual naturalizado y sus binarios inscriptos por los juegos normativos de poder. En relación con la escritura de Irigaray, Butler (2007) señala que “el hecho de volver a la biología como la base de un significado o una sexualidad femenina específica parece derrocar la premisa feminista de que la biología no es destino” (p. 92). ¿Acaso Irigaray retorna, sin más, a la biología? ¿El feminismo de Irigaray alienta el *dictum* freudiano que hace de la biología un destino? Butler (2007) añade que:

Quizá la afirmación más polémica de Irigaray ha sido que la estructura de la vulva como ‘dos labios que se tocan’ conforma el placer no unitario y autoerótico de las mujeres antes de la ‘separación’ de esta duplicidad a través del acto de la penetración del pene que quita placer. (p. 297)

La raigambre meramente discursiva de la mirada butleriana no atiende la densidad filosófica de las consideraciones ontológicas de Irigaray. Lamentablemente, no abunda producción académica que atienda a los envases y revces de los argumentos y supuestos de partida de Irigaray, tampoco abordajes rigurosos abocados a desmontar esta consideración

mediante la inmersión en el espesor filosófico de su escritura. Como fuere, la particular y compleja escritura de Irigaray trae consigo toda una tradición filosófica continental que resulta intratable para los marcos interpretativos del contexto angloparlante. Butler lo reconoce: “la amplitud y el carácter especulativo de las declaraciones de Irigaray siempre me han puesto un poco nerviosa” (Butler, 2008, p. 67). Así, la adjudicación reductiva de esencialismo es prueba de que el feminismo posestructuralista norteamericano no hace justicia a la concepción irigarayana de diferencia sexual. En este contexto, nos proponemos un retorno necesario y acuciante hacia sus ideas, una operación política preocupada por contrarrestar el modo en que su pensamiento y, junto con él, un conjunto considerable de herramientas conceptuales nodales para la crítica feminista, ha sido injustamente degradado.

IRIGARAY, ¿ESENCIALISTA?

Alison Stone (2004) advierte la frecuente simplificación del pensamiento de Irigaray a partir de la adjudicación de esencialismo. Seguramente esto se debe al modo en que lo femenino aparece vinculado a lo Otro en sus escritos. Irigaray afirma la existencia de un orden simbólico falogocéntrico que exalta la erección del Logos hacia la luz de las ideas. El sujeto falogocentrado, pretendidamente desencarnado, borra el carácter generativo y productivo de la materia y produce un deslizamiento estratégico al otorgar exclusiva potencia creadora a las ideas. Así, sólo el Logos, Uno y masculino, se exalta a sí mismo al representar la alteridad radical de la materia como otredad degradada de Lo Mismo.

La diferencia irigarayana señala la preocupación ontológica por trazar alianzas con aquello imposible de ser subsumido bajo el lenguaje, fálicamente sexuado. En este esquema, la productividad de la materia, alegorizada de forma privilegiada por la potencia gestante de algunos cuerpos, constituye ese sexo que no es uno, lo femenino, lo otro, la alteridad. Irigaray (2007, 2009, 2010) aboga por un reconocimiento, cada vez mayor a lo largo de sus obras, de la materialidad del cuerpo y del mundo. Sin dudas, su concepción de diferencia sexual contiene el proyecto de la elaboración de una nueva ontología que contempla la actividad y expresividad de la materialidad.

La vertiente ontológica de su pensamiento de ninguna forma se reduce a la diferencia de caracteres esencialmente diferentes entre cuerpos masculinos y femeninos, caracteres biológicos y anatómicos diferentes que existen independientemente de cómo se representan los cuerpos (Femenías, 2000). En todo caso, Irigaray nos deja en claro que tal diferencia es de cuño simbólico, por lo tanto esa diferencia, representacionalmente labrada, no alude a una alteridad radical respecto con lo simbólico. El pensamiento de Irigaray no es esencialista, pues no afirma diferencias naturales entre los sexos. Lo masculino y lo femenino alude, más bien, a una distinción simbólica y, por lo tanto, fálica. Dentro del reino simbólico de Lo Mismo es imposible una legítima diferencia. Ese sexo que no es Uno refiere a la potencia subversiva de lo ajeno a los dominios del Falo: la oscuridad generativa de la materia y su devenir abierto, continuo e indeterminado.

En este contexto de adjudicaciones indeseadas, la apuesta de Irigaray por un orden simbólico y una subjetividad que no sacrifique la potencia material de los cuerpos es connotada como esencialista y, por lo tanto, como ingenua, tanto filosófica como políticamente. Así se suprime el hecho de que Irigaray (2010) ofrece una noción móvil de la fecundidad de la materia. En un orden simbólico que exalta la potencia de las ideas y teme a la potencia abierta, oscura e indeterminada que anida en la materia, lo femenino no es más que una pieza representacionalmente labrada como reflejo distorsionado de Lo Mismo, una mediación simbólica que pretende domeñar y ocultar el desenfreno de una alteridad extremadamente peligrosa para el Logos trascendente y autoengendrado. La peligrosidad reside en la circulación vibrante de una dinámica material que nunca regresa a la mismidad. La capacidad de gestar de algunos cuerpos intenta ser dominada mediante la asignación simbólica de lo femenino. El relato fálico del origen degrada la existencia concreta de las mujeres, inunda la existencia material con representaciones como un intento de diluir la generación creativa, continua y paciente del sustrato material sobre el que cabalga todo sujeto encarnado (Pérez-Gil, 2011).

Las consideraciones ontológicas en torno a la materialidad que subyacen a las reflexiones sobre la diferencia sexual permiten señalar que el cuerpo materno/gestante, al que Irigaray tanto alude, queda metonímicamente alineado con la potencia de la materia, cuyo devenir discurre al margen del lenguaje. Los anudamientos entre agencia de la materia

(la potencia de los cuerpos) y las mujeres se configuran como un proceso concomitante. El proyecto de un orden simbólico masculinista sin adherencias a la materialidad requiere, necesariamente, para su consecución, el despliegue de un representacionalismo implacable que encorseta simbólicamente la diferencia devenida necesariamente sexual en este orden político en el que Logos y Fallo confluyen constitutivamente (Jagger, 2015). La rúbrica ‘fallogocentrismo’ condensa particularmente estas vinculaciones, pues la trascendencia del Logos encuentra su condición de posibilidad en la represión de la materia –resistente a la totalización de la representación. Hanneke Canters y Grace Jantzen (2014) vinculan el imperativo de trascendencia propio del Logos con la tendencia racional —que se conduce por medio de la representación simbólica— a nombrar, contener y controlar lo múltiple mediante el cierre conceptual que reduce lo imprevisible e impone la unidad. Así, la diferencia que se gesta por fuera de aquellas exigencias es descartada, erradicada, en virtud de las formas en que lo simbólico representa, convenientemente, la diferencia. Por lo tanto, la potencia generativa de la materia es codificada simbólica y sexualmente como femenina y, paralelamente, aquella operación se instrumentaliza en la subalternización, dominación y explotación de las mujeres. La representación fallogocéntrica de la mujer delimita y totaliza el blanco de ataque debido a que la identidad Mujer es producida por la misma codificación simbólica que la inferioriza como lo Otro. Después de todo, el orden simbólico produce una identidad cuya posterior degradación permite contener y encausar aquello que resulta indomeñable para las ideas: la dinámica productiva de la alteridad material con la que cualquier orden discursivo tropieza.

¿Existe diferencia sexual esencial? La lectura propuesta no intenta postular un fundamento biológico o anatómico para la diferencia sexual, una ontologización de la identidad Mujer. Mercedes López Jorge (2010) realiza una lectura de la filosofía de Irigaray que va en esta dirección. Nos dice que la forma en que lo masculino alcanza la trascendencia requiere del ocultamiento de lo femenino, asociado por el orden simbólico masculinista con la inmanencia, el cuerpo y la materialidad. Negar el cuerpo y su materialidad, dentro de las equivalencias simbólicas del orden fallogocéntrico, supone negar el cuerpo femenino. López Jorge enfatiza que para Irigaray no se nace mujer, es decir que el cuerpo connotado políticamente como femenino no es ‘destino’, no es el que impide alcanzar la trascendencia (aunque a Irigaray

esta vía no le interesa). “Eso que conocemos como trascendencia responde a la sexualidad masculina, al falogocentrismo, que supone una ‘somatofobia” (p. 146). La autora nos enfrenta con una superposición compleja e intrincada entre un plano ontológico y otro político, pues enfatiza que Irigaray ha

descubierto que lo material está siempre debajo, se debe lograr visibilizar lo femenino, pues sólo así las mujeres podrán acceder a una existencia simbólica, condición *sine qua non* para alcanzar una trascendencia propia, que no reprimirá el cuerpo ni negará la especificidad del cuerpo femenino”. (López Jorge, 2010, p. 146)

Dentro de los alcances simbólicos del Falo, la dinámica de la materia se desenmascara peligrosamente en términos de fecundidad originaria de las mujeres. Pero, estrictamente, el carácter productivo de la materia no remite a una esencia femenina. Entonces, cuando Irigaray (2007) connota lo femenino como lo otro de lo Otro no señala necesariamente la existencia de mujeres esenciales, naturales. Irigaray no arrastra el constructo Mujer, con el que nos provee la economía lingüística que la autora critica, más allá del límite trazado por el orden simbólico falogocéntrico. Irigaray propone la existencia de una irreductibilidad irreductible llamada diferencia. Su noción de diferencia, en términos de alteridad radical, invoca la existencia de algo que el lenguaje, pese a sus pretensiones, no puede diluir. Pero es preciso señalar que el registro de la diferencia que interesa a Irigaray es cristalizado como diferencia sexual cuando las consideraciones ontológicas son abordadas, de forma inevitable, lingüísticamente. Pese a sus consideraciones ontológicas, Irigaray no duda en connotar como sexual su noción de diferencia, pues en el contexto del orden simbólico falogocéntrico la diferencia adquiere, inevitablemente, un matiz político.

El orden simbólico falogocéntrico se alza en contra de la materialidad irreductible a la lógica dicotómica oposicional propia de la representación. La distinción compleja que efectúa Irigaray distingue, entonces, un ámbito representacionalista, donde los significados de la economía simbólica invaden la materia, y otro ámbito que escapa a la economía de la significación. La economía simbólica falogocéntrica intenta continuamente arrastrar lo ininteligible hacia lo discursivamente inteligible para imprimir allí su dominio. Esta dinámica cuenta con una estrategia: significar lo inasible

como femenino. La filosofía misma, después de todo, ha nominado esta materialidad con términos tales como matriz y *χώρα* [*khōra*]. Aún más, Irigaray (1985) señala que el concepto falocrático de naturaleza genera jerarquías. La mala naturaleza se encuentra vinculada simbólicamente con la naturaleza femenina “caótica, temible, rebelde, inculta” (p. 19). El orden simbólico anuda, así, la potencia de la naturaleza, y la imposibilidad de su dominio, con la producción y posterior dominio de lo femenino. El punto de intersección que parece exponer el nudo refiere a la maternidad.

Es en este contexto Irigaray (1985) propone una noción de diferencia en tanto alteridad radical respecto a los sentidos de la cultura occidental. Así, los discursos falocéntricos sobre la maternidad y la feminidad son un intento de domeñar aquello que radicalmente resiste. Incluso esa alteridad aún se muestra como potencia virtual de la materia cuando Irigaray señala: “jamás seríamos cultivables del todo. Lo maternal siempre da miedo, suscita ambivalencia” (p. 19). Por ello Irigaray nos insta a “reencontrar la naturaleza por encima o más allá de nuestra tradición sociocultural. Volver a los elementos cósmicos: el fuego, el aire, el agua, la tierra [...] Elementos materiales, físicos, indispensables para la vida” (pp. 19-20). A Irigaray no le llama la atención que lo simbólico encuentre resonancias entre la potencia de la naturaleza y aquello que, bajo pretensión de dominio, instituye como lo maternal.

Si para lo simbólico lo femenino es lo Otro, la diferencia peligrosa, allí resuena lo imposible de ser dominado de forma absoluta. Lo femenino deviene “maternal incluso fuera de toda procreación, tal como ésta suele entenderse de forma bien limitadora” (Irigaray, 1985, p. 20). Así, a criterio de Irigaray (1985) “la explotación técnica de la naturaleza y la sobrevaloración de la reproducción de criaturas han convertido el mundo actual en lo que es” (p. 20), la vinculación entre ambos aspectos y su subalternización configuran la condición de articulación del orden simbólico. Por este motivo Irigaray afirma que utilizar la expresión “‘naturaleza femenina’ [...] es una torpeza [...] Lo que nos importa son la naturaleza y las mujeres explotadas por la sociedad y la cultura patriarcales” (p. 20).

Tanto naturaleza y mujeres encuentran como denominador común la explotación simbólica. Irigaray (1985) se levanta políticamente contra esta estrategia y señala la imposibilidad de vincular la diferencia ontológica con una esencia o identidad femenina. La naturaleza sólo tiene sexo en su versión falocrática. La diferencia ontológica, y la virtualidad de su flujo constante,

resuena aún en los constructos simbólicos cuando, indefectiblemente deviene “riesgo de abismo [...] ‘agujero’ en sus sistemas de representación en su lenguaje” (p. 23). Al menos en este contexto, parece claro que dentro del orden simbólico la diferencia refiere a lo femenino como otredad del modelo fálico. Pero más allá de lo simbólico, lejos de señalar el fundamento natural de lo femenino, “la diferencia sexual marca un límite” (p. 23) a la representación.

En suma, la economía simbólica con la que contamos se articula en términos falogocéntricos porque necesita, para su preservación, el sacrificio (Irigaray, 1993). El sacrificio de la materia libra un combate con ciertas corporalidades en las que la amenaza de la potencia material que no reconoce mediación simbólica resuena más hondamente. Los atributos fálicos del cuerpo que fundamentan la diferencia sexual son ordenados simbólicamente. Es decir, son efecto de un mecanismo simbólico que produce un cisma que no preexiste esencialmente. La racionalidad incorpórea y trascendente contrasta con la sensibilidad encarnada de una corporalidad caprichosa y desregulada. Así, la diferencia ontológica que demarca una alteridad irreductible e inexpugnable requiere ser absorbida y dominada a partir de mediaciones simbólicas que representan aquella diferencia ontológica en un juego de espejos. Las derivas de la diferencia ontológica –un simple y sencillo, aunque oscuro y subversivo, límite del sentido lingüístico falogocéntrico– se expanden y en esas prolongaciones simbólicamente mediadas es que la diferencia deviene sexual. Irigaray sexualiza como acto político aquella exterioridad ontológica de lo simbólico. Señala *ese sexo que no es uno*, ese sexo cuya alteridad radical irrepresentable es

heterogéneo a toda esa economía de la representación, pero que, por ese haber permanecido ‘fuera’, puede justamente interpretarla. Porque no postula ni el uno, ni lo mismo, ni la reproducción, ni siquiera la representación. Porque permanece, pues, en un lugar distinto de esa representación general en la que no es recuperado sino como *otro de lo mismo*. (Irigaray, 2009, p. 113)

El feminismo de Irigaray invoca necesariamente una atención política en torno a su concepción de diferencia. Esto implica la inevitabilidad de considerar a la diferencia como diferencia sexual, pues es una actitud cabalmente feminista señalar la injusticia que envuelve el desenlace contingente que toma por objeto al conjunto de las mujeres –que la misma operación

simbólica constituye— con la peligrosidad del carácter productivo de la materia. Por tanto, afirmar que Irigaray propone una diferencia sexual por fuera de lo simbólico, una materialidad ontológica y esencialmente femenina, implica no comprender su planteo ontológico en torno a la diferencia, pues cualquier adjetivación o asignación de atributos identitarios implica volver a capturar tal diferencia a partir de las mediaciones simbólicas falogocéntricas que la autora rechaza. Aun así, como contrapeso de estas consideraciones ontológicas, la preocupación política que alimenta el feminismo de Irigaray la conduce sexual (políticamente) la diferencia —no puede ser de otro modo, dado que esos seres corporizados simbólicamente inscriptos como mujeres devienen blanco de inferiorización como producto de la misma inscripción simbólica que las produce⁽²⁾. A esta altura queda claro que la escritura de Irigaray se ve animada por preocupaciones políticas en torno a las mujeres, también por preocupaciones ontológicas en torno a la materialidad. En parte es comprensible que lecturas poco informadas encasillen la compleja escritura de Irigaray como esencialista porque bajo las impregnaciones de la economía simbólica falogocéntrica la distinción entre lo político y lo ontológico colapsa y se hace indiscernible.

Claire Colebrook (1997) distingue claramente los registros político y ontológico antes señalados. Por un lado afirma que no es justo liquidar la potencia del pensamiento de Irigaray a partir de la acusación de esencialismo. Si el interés de Irigaray se centra en la diferencia ontológica como alteridad radical, esto aleja la posibilidad de que la diferencia sea reservorio para cualquier identidad unívoca, universal y factible de ser representada. Incluso cuando utilizamos la categoría de *esencia* para dar cuenta despectivamente de lo que esta fuera del poder de lo simbólico, tal postulación alimenta aquella mediación simbólica eficaz que silencia y torna inerte la actividad de la materia y, concomitantemente, inferioriza y excluye a las mujeres. Colebrook también advierte que la filosofía feminista de Irigaray deviene políticamente esencialista en el contexto del orden simbólico imperante. La diferencia involucra y alude a una identidad femenina empíricamente delimitable porque el orden simbólico produce y degrada tal identidad.

2 En esta línea, varias intelectuales han reinterpretado el esencialismo biológico o metafísico adjudicado a Irigaray bajo los términos de un esencialismo estratégico (Grosz, 1989; Spivak, 1993; Whitford, 1994). Estos abordajes apelan a la noción de mimesis (Xu, 1995) como una estrategia útil para la política feminista.

EL MATERIALISMO SIN ESENCIALISMO DE IRIGARAY

Sin dudas, para Irigaray, la economía simbólica masculinista oblitera los ritmos de la materia. La autora señala:

¿qué discriminación se perpetúa de este modo entre un lenguaje siempre sometido a los postulados de la idealidad y una dimensión empírica desposeída de toda simbolización? ¿Y cómo ignorar que, respecto a esa censura, a esa esquicia que asegura la pureza de lo lógico, el lenguaje no deja de ser necesariamente meta-‘algo’? No sólo en su articulación, pronunciación, aquí y ahora, por un sujeto, sino porque ese ‘sujeto’ repite ya, a causa de su estructura y sin saberlo, ‘juicios’ normativos sobre una naturaleza que se resiste a esa transcripción. (Irigaray, 2009, p. 80)

Nuestra pensadora se preocupa por “*una realidad física* que se resiste aún a una simbolización adecuada y/o que significa la impotencia de la lógica para recuperar en su escritura todos los caracteres de la naturaleza” (p. 79). El tiempo maquínico de la economía de la *tekhne* proyecta su linealidad en lo Otro para configurar y recurrir a los recursos materiales (Irigaray, 2010). Recordemos que la metafísica occidental encubre la materia bajo concepciones de naturaleza inerte y ontológicamente clausurada sobre sí misma (Stone, 2003). Justamente, al considerar la linealidad que lo simbólico imprime, la peligrosidad de la materia radica en su no coincidencia consigo misma en un único punto de origen. Irigaray enfatiza que:

“la naturaleza no carece desde luego de energía, pero no es capaz sin embargo de poseer ‘en sí misma’, de encerrar la fuerza motriz en una/su forma total [...] lo fluido siempre está en exceso o en falta respecto a la unidad. Se sustrae al ‘*Tú eres eso*’. (Irigaray, 2009, p. 87)

Lejos de la forma en que se representa la materia en nuestro orden simbólico, Irigaray entiende la materialidad como una serie abierta de bucles que se duplican sin conformar círculos cerrados. Una vez más, el movimiento rítmico de la materia autodiferenciante y, por lo tanto, no idéntica a sí misma, resuena en la regeneración y fecundidad de cuerpos que tienen la potencialidad de producir otros cuerpos.

El enfoque ontológico sobre la diferencia sexual que Irigaray propone impide la reificación de identidades en cualquier sustrato material o sustancial al que podamos adjudicar límites fijos y estáticos. Irigaray (1999) se aleja rotundamente de la metafísica occidental de la sustancia que construye y proyecta como sostén una corteza sólida, estática y poblada de esencias inmutables. Irigaray quiebra la identificación entre ontología y esencia puesto que concibe una actividad creadora producida por la negatividad que agita a la materia y cultiva la transformación y el devenir no teleológicos. Nada más alejado de la posibilidad de totalizar cualquier identidad que el trabajo de lo negativo sobre el que cabalga la diferencia sexual irigarayana (Irigaray, 1994). El orden simbólico con el que contamos intenta, en un vano esfuerzo por asir lo irreductiblemente Otro, apresar bajo la identidad mujer la diferencia ontológica a la que alude Irigaray.

La diferencia sexual que Irigaray alienta, que optamos por interpretar en términos de ajenidad radical respecto al ámbito de la representación, podría escenificarse en los términos con que Gilles Deleuze (2002) entiende la diferencia. A criterio de Deleuze, el lenguaje no puede funcionar como base material de la vida. El plano inmanente de Deleuze puede entenderse como un campo de diferencias puras, o positivas. Si la diferencia negativa es aquella diferencia entre cosas o términos ya identificables, la diferencia positiva implica un proceso de diferenciación constante y sin fundamento. La relación que una cosa tiene solo para sí misma, es decir, la relación que una cosa tiene consigo misma y con ninguna otra cosa, es efecto de diferencias positivas. Una diferencia negativa, entonces, es una diferencia con respecto a algo, una diferencia entre identidades que produce el orden simbólico falogocéntrico. La noción ontológica de diferencia sexual irigarayana se aproxima a esta noción de diferencia positiva inaprensible e imposible de ser cercada absolutamente por el eje fálico que articula toda significación lingüística, pues la diferencia positiva no es una cosa: es un proceso.

Luisa Posada Kubissa (1998) enfatiza la relevancia de la *trama corporal* en el pensamiento de Irigaray. En la propuesta feminista de Irigaray, es preciso que la mujer –en tanto sujeto político del feminismo (de la diferencia)– reivindique “la materialidad de la diferencia corporal” (Posada Kubissa, 1998, p. 86). Esta expresión condensa el plano político –la diferencia corporal femenina construida dentro del espectro representacional masculinista– con el plano ontológico –la diferencia corporal como materialidad

radical e irreductible a lo simbólico. Este anudamiento de planos es el que enciende apresuradamente la llama del esencialismo. La mirada de Irigaray centrada en la diferencia (ontológica) supone el despliegue de un proyecto feminista cuya política intenta traducir, en los términos simbólicos con los que contamos, la potencia de la diferencia. Obviamente, su mirada feminista no puede “romper todos sus lazos con los paradigmas y las categorías de la razón en su historia hasta el momento” (Posada Kubissa, 1998, p. 86). La política feminista de Irigaray la ha obligado a intentar “convertir tal diferencia empírica y material [ontológica] en referente de un discurso, lo que la hace entrar, al menos, en el ámbito simbólico [arena de lo político]” (Posada Kubissa, 1998, p. 86, los corchetes y su contenido me pertenecen).

Luisa Posada Kubissa afirma que, cuando configura una referencia simbólica, “la materialidad del cuerpo sexuado poco puede aportar, sin envoltorio dialógico, que permita pensarlo y hablar sobre él” (Posada Kubissa, 1998, p. 86). Los nuevos materialismos críticos feministas ofrecen claves especulativas que nos permiten pensar “la materialidad del cuerpo sexuado” sin el excesivo énfasis en el lenguaje (Alaimo & Heckman, 2008; Coole & Frost, 2010; Grosz, 2010; Kirby, 2002), lo cual nos permite renovar la mirada sobre la diferencia ontológica que circulan en la escritura de Irigaray.

REFLEXIONES FINALES

Los aportes de Irigaray que sugieren una negatividad no sacrificial impactan en la clásica división naturaleza/cultura, y en la división sexo/género. En los debates feministas norteamericanos de los años ‘80 y ‘90 este cisma se ha traducido en la tensión entre *esencialismo* y *construccionismo* que, sin dudas, ha configurado el marco a partir del cual se ha recepcionado la obra de Irigaray. En este contexto analíticamente restrictivo, Butler ha colocado a Irigaray como exterior constitutivo para su propia filosofía al adjudicar la existencia irigarayana de una ontológica de lo femenino como epicentro de la naturaleza. Butler busca la complicidad de Jacqueline Rose cuando se trata de forjar alianzas contra una aparente defensora del dimorfismo sexual natural. Butler nos dice: “Como una crítica indirecta a los intentos de Irigaray por crear un lugar para la escritura femenina fuera de la economía fálica, Rose añade: ‘y lo femenino no existe fuera del lenguaje’” (Butler, 2007, p. 133).

¿Tenemos que entender que la noción de diferencia sexual de Irigaray alienta la existencia de un sexo natural, o de una base natural, pasiva e inerte, un fundamento para una identidad? ¿O más bien su noción de diferencia sexual impugna cualquier noción de identidad, incluso natural, inmediata y clausurada? El segundo interrogante parece mucho más probable cuando se trata de conducirnos hacia la concepción de una actividad que transcurre fuera de la representación y que permanece mediada por un juego de la negatividad intrínseca a la materia. Aún más, Malabou y Ziarek (2012) no ven motivos para suponer que el planteo de Irigaray admita que la diferencia entre naturaleza y cultura configure una relación donde ambos términos cuentan como ontológicamente diferentes desde el inicio. Incluso Irigaray no concibe el pleno despliegue de aquella feminidad falocrática construida por las mediaciones simbólicas. Más bien alienta a que las que hoy conocemos como mujeres “se conviertan en co-creadoras de un mundo en el cual la diferencia sexual [claramente la potencia virtual de la materia irreductible a cualquier sistema representacional] sea fuente de engendramientos que no se limiten a la procreación de hijos/as” (p. 34). El valor del giro especulativo contemporáneo revitalice el proyecto irigarayano, pues también se propone interrumpir la circularidad representacionalista que nos entrapa en un esencialismo lingüístico. Butler nos ha demorado durante demasiado tiempo en este correlacionismo representacionalista (Barad, 2007; Bennett, 2010; Meillassoux, 2015).

No hay en el pensamiento de Irigaray un telón de fondo impregnado por un esencialismo ontológico. ¿Acaso Irigaray postula la recuperación de una esencia contenida en la materia capaz de instalar un orden sin sacrificio de la materialidad? Irigaray señala que el límite está inscripto en la propia naturaleza (Stone, 2003). Por lo tanto, la naturaleza como Uno no existe. “Ninguna naturaleza puede tener la pretensión de corresponder al todo de lo natural. No existe *la* naturaleza. En este sentido, una forma de negativo existe en lo natural” (Irigaray, 1994, p. 57). El sacrificio mismo de la naturaleza, la materia, el cuerpo sobre el que se sostiene el orden simbólico produce violencia contra quienes son marcadas proyectivamente como ‘la diferencia (sexual)’. La preocupación de Irigaray por rescatar la productividad de la materia nos propone el desafío de refigurar nuevas ontologías que nos aproximen al horizonte ético de no inferiorizar, dominar y exterminar aquello devenido otredad amenazante (Caldwell, 2002).

Los argumentos construccionistas que rechazan el pensamiento de Irigaray por esencialista apelan a la preocupación de regresar a la noción fija, determinista, naturalista de sexo. Así, la intelectualidad norteamericana afirma que la materialidad del cuerpo sexuado es pasiva, inerte y cerrada sobre sí misma y, como contrapartida y antídoto eficaz contra la peligrosidad política que anida en la preocupación por el sexo, nos ofrece la noción de género como un salvoconducto hacia la maleabilidad, la contingencia, la resignificación y la posibilidad de cambio (Rubin, 1986). Sin embargo, la noción de género nos envuelve con la fantasía de desmaterialización del Logos pretendidamente desencarnado y nos instala en el corazón mismo del orden simbólico falocéntrico. Pero, lejos de las representaciones fálicas, la materia se agita en un devenir constante, múltiple y generativo, e Irigaray allí nos espera.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alaimo, S., & Heckman, S. (Ed.). (2008). *Material feminisms*. Indiana University Press.
- Alcoff, L. (1988). Cultural feminism versus post-structuralism: The identity crisis in feminist theory. *Signs*, 13(3), 405-436.
- Barad, K. (2007). *Meeting the universe halfway*. Duke University Press.
- Bennett, J. (2010). *Vibrant matter*. Duke University Press.
- Butler, J. (2006). *Deshacer el género* [Undoing gender]. Paidós.
- Butler, J. (2007). *El género en disputa* [Gender trouble]. Paidós.
- Butler, J. (2008). *Cuerpos que importan* [Bodies that matter]. Paidós.
- Caldwell, A. (2002). Transforming sacrifice: Irigaray and the politics of sexual difference. *Hypatia*, 17(4), 16-39.
- Canter, H., & Jantzen, G. (2014). *Forever fluid*. Manchester University Press.
- Colebrook, C. (1997). Feminist philosophy and the philosophy of feminism: Irigaray and the history of western metaphysics. *Hypatia*, 12(1), 79-98.
- Coole, D., & Frost, S. (2010). *New materialisms*. Duke University Press.
- de Lauretis, T. (1990). La esencia del triángulo, o tomarse en serio el riesgo del esencialismo: Teoría feminista en Italia, los E.U.A. y Gran Bretaña [The essence of the triangle or, taking the risk of essentialism seriously: Feminist theory in Italy, the U.S., and Britain]. *Debate Feminista*, 1(2), 77-115.
- Deleuze, G. (2002). *Diferencia y repetición* [Difference and repetition]. Amorrortu.
- Deutscher, P. (2002). *A politics of impossible difference*. Cornell University Press.

- Femenías, M. L. (2000). *Sobre sujeto y género* [Subject and gender]. Catálogos.
- Grosz, E. (1989). *Elizabeth. Sexual subversions: Three French feminists*. Allen and Unwin.
- Grosz, E. (2010). Feminism, materialism, and freedom. En D. Coole, y S. Frost (Ed.). *New materialisms* (pp. 139-157). Duke University Press.
- Ince, K. (1996). Questions to Luce Irigaray. *Hypatia*, 11(2), 122-140.
- Irigaray, L. (1985). El otro género de la naturaleza [The other gender of nature]. *Cuadernos inacabados*, 5. La Sal.
- Irigaray, L. (1993). *Sexes and genealogies*. Columbia University Press.
- Irigaray, L. (1994). *Amo a ti: Bosquejo de una felicidad en la historia* [I love to you: Sketch of a possible felicity in history]. ICARIA.
- Irigaray, L. (1999). *The forgetting of air in Martin Heidegger*. University of Texas Press.
- Irigaray, L. (2007). *Espéculo de la otra mujer* [Speculum of the other woman]. Akal.
- Irigaray, L. (2009). *Ese sexo que no es uno* [This sex which is not one]. Akal.
- Irigaray, L. (2010). *Ética de la diferencia sexual* [Ethics of sexual difference]. Ellago.
- Jagger, G. (2015). The new materialism and sexual difference. *Signs*, 40(2), 321-342
- Kirby, V. (2002). When all that is solid melts into language: Judith Butler and the question of matter. *International Journal of Sexuality and Gender Studies*, 7(4), 265-280.
- López Jorge, M. (2010). Variaciones feministas en torno a la inmanencia y la trascendencia: Simone de Beauvoir, Luce Irigaray y la 'política de lo simbólico' [Feminist variations around immanence and transcendence: Simone de Beauvoir, Luce Irigaray and the 'politics of the symbolic']. *Feminismo/s*, 15, 137-164.
- Malabou, C., & Ziarek, E. (2012). Negativity, unhappiness, or felicity: On Irigaray's dialectical culture of sexual difference. *L'Esprit Créateur*, 52(3), 11-25.
- Meillassoux, Q. (2015). *Después de la finitud* [After finitude]. Caja Negra.
- Pérez-Gil, M. M. (2011). Mary and the carnal maternal genealogy: Towards a mariology of the body. *Literature & Theology*, 25(3), 297-311.
- Posada Kubissa, L. (1998). *Sexo y esencia* [Sex and essence]. Horas y horas.
- Rubin, G. (1986). El tráfico de mujeres: Notas sobre una economía política del sexo [The traffic in women: Notes on the 'political economy' of sex]. *Nueva Antropología*, VIII(30), 95-145.
- Schor, N. (1994). This essentialism which is not one: Coming to grips with Irigaray. In C. Burke, N. Schor, & M. Whitford (Eds.). *Engaging with Irigaray* (pp. 57-78). Columbia University.
- Spivak, G. (1993). *Outside in the teaching machine*. Routledge.
- Stone, A. (2003). The sex of nature: A reinterpretation of Irigaray's metaphysics and political. *Hypatia*, 18(3), 60-84.

- Stone, A. (2004). Essentialism and anti-essentialism in feminist philosophy. *Journal of Moral Philosophy*, 1(2), 135-153.
- Whitford, M. (1994). Reading Irigaray in the nineties. In C. Burke, N. Schor, & M. Whitford (Eds.). *Engaging with Irigaray: Feminist philosophy and modern European thought*. Columbia University Press.
- Xu, P. (1995). Irigaray's mimicry and the problem of essentialism. *Hypatia*, 10(4), 76-89.

Data de submissão/ Submission date: 14/04/2021

Data de aprovação/ Approval date: 25/05/2021

Mulheres contra o fascismo:

Diálogos possíveis
entre Maria Lacerda
de Moura,
Luce Fabbri e
Hannah Arendt

JAQUELINE MORAES DE ALMEIDA*

Resumo. *Fascismo: filho diletto da Igreja e do Capital*, de autoria da brasileira Maria Lacerda de Moura, foi publicado pela primeira vez em 1934. O presente trabalho tem como objetivo a análise integral da obra e suas possíveis conexões com problemáticas desenvolvidas por outras estudiosas que pensaram o fascismo e o totalitarismo, nomeadamente Luce Fabbri e Hannah Arendt. Interessará destacar as aproximações acerca da compreensão feminina (de intelectuais mulheres) sobre tais fenômenos, bem como suas propostas relacionadas à projeção de um mundo antifascista, plural e democrático.

Palavras-chave: Fascismo, Totalitarismo, Clericalismo, Capitalismo, Anarquismo.

DOI: <https://doi.org/10.34619/xrix-ixoe>

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS-20) – 3004-530, Coimbra, Portugal
jaquelinemoraesalmeida@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6284-0801>

Women against fascism: Possible dialogues between Maria Lacerda de Moura, Luce Fabbri and Hannah Arendt.

Fascismo: filho dileto da Igreja e do capital, authored by the Brazilian Maria Lacerda de Moura, it was first published in 1934. The present work aims at the integral analysis of the work and its possible connections with problems developed by other scholars who thought about fascism and totalitarianism, namely Luce Fabbri and Hannah Arendt. It will be interesting to highlight the approximations about the feminine understanding (of women intellectuals) about such phenomena as well as their proposals related to the projection of an antifascist, plural and democratic world.

Keywords: *Fascism, Totalitarianism, Clericalism, Capitalism, Anarchism.*



DA AUTORA DE FASCISMO: FILHO DILETO DA IGREJA E DO CAPITAL

Maria Lacerda nasceu em 16 de maio de 1887, em Manhuaçu, pequena cidade de Minas Gerais (MG), historicamente voltada à atividade agrícola. Dos 6 aos 10 anos, frequentou um Colégio de Irmãs de Caridade, onde conheceu as “diferenças de critério para ‘julgar’ e ‘castigar’ os atos inocentes das meninas ricas e pobres, das brancas e das de cor, tudo olhado com severidade do pecado e do inferno (...), a consideração especial em torno das alunas de famílias ricas e filhas de políticos, a exploração das meninas de cor, a serviço das outras” (Leite, 1982, p. 18). Da reflexão, crítica às instituições católicas, é possível apreender o cuidado da autora em considerar as possíveis desigualdades entre mulheres – percepção pouco notada em mulheres de seu tempo e classe social que se identificavam com o feminismo. Aos 17 anos, casou-se com Carlos de Moura e, ao longo da primeira década como “Senhora Lacerda de Moura”, levou a “vida que toda recém-casada leva”: bordou, coseu, pintou, tocou piano, passeou, conversou inutilmente, dormiu bem e comeu melhor, leu “romancezinhas”. Não engravidou. Também não engravidou depois de obter o diploma de normalista e de ter se tornado professora da Escola Normal de Barbacena (MG). Em um de seus mais importantes livros, *A mulher é uma degenerada*, de 1924, Maria Lacerda achou

por bem expor suas rotinas e sua esterilidade, a fim de provar que não foi a atividade intelectual que a tornou “degenerada” enquanto mulher, como alguns homens da época defendiam, como o médico Miguel Bombarda (Moura, 1932, p. 25).

Durante a década de 1910, dedicou-se ao ensino e à aprendizagem: publicou seu primeiro livro, *Em torno da educação* (1918), e integrou a Comissão Executiva do Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, onde conheceu algumas senhoras notáveis, como Stella de Carvalho Guerra Duval (1879-1971), então integrante do grupo feminino “Damas da Cruz Verde”. É provável que esse contato tenha acentuado o interesse de Maria Lacerda pelas questões femininas, especialmente no que diz respeito à possibilidade de emancipação do “sexo frágil” por meio de uma instrução que o preparasse para a autonomia integral. Morando em São Paulo, fez parte de associações feministas, aproximando-se da *leader* Bertha Lutz (1894-1976) e da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher – que antecedeu a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Mas, em dado momento, decepcionou-se: “Cheguei à conclusão de que o meio não é a associação, não é a união das mulheres para a defesa dos seus direitos, que elas confundem com velharias e cumplicidades reacionárias. Ao falar em direitos só lhes ocorre o voto, o qual deveria ter sido reivindicado há 100 anos atrás...” (Leite, 1982, p. 18). Assim, abdicou da identidade “feminista”, porque, tal como algumas de suas companheiras anarquistas e comunistas, enxergava o feminismo como bandeira que fora cooptada por mulheres de elite preocupadas exclusivamente com a obtenção do sufrágio.

Como colaboradora de *O Combate*, jornal anarquista e operário de São Paulo, Maria Lacerda de Moura escreveu diversos artigos e participou de algumas querelas importantes. Uma delas foi com Plínio Marques, então deputado do Paraná, que, em 1925, defendeu uma emenda constitucional que tornaria “facultativo” o ensino do catolicismo nas escolas públicas do Brasil. À proposta, a escritora respondeu da seguinte forma: “No Brasil, procuramos nos acorrentar ainda mais ao tradicionalismo, à reação contra todo o progresso e contra todos os ideais novos de ‘après la guerre’, e fazemos questão de defender o que já está esfarrapado pela ação do tempo, da evolução humana” (Moura, 1925, p. 1).

Em 1928, Maria Lacerda declarou para o Brasil e para a Itália o seu antifascismo e acabou por se tornar alvo da violência dos adeptos da

doutrina em ascensão. No dia 8 de agosto, o aviador italiano Carlo Del Prete (1897-1928) sofreu acidente no Rio de Janeiro, ao realizar manobras aéreas arriscadas. Gravemente ferido, foi a óbito no dia 17 daquele mesmo mês. Sua perda foi dramaticamente lamentada por *Il Piccolo*, periódico do Partido Fascista situado em São Paulo. Monsenhor Lari, sacerdote italiano, assim disse aos jornalistas do dito periódico: “Os sentimentos manifestados por esse grande aviador foram de uma extraordinária sublimidade. Era um homem completo, com três noções exatas e profundamente elevadas: a da religião, a da pátria e a da família” (Silveira, 1942, p. 5). Acontece que parte considerável da imprensa brasileira, aparentemente sem qualquer relação com o fascismo de Mussolini, começou a repetir as palavras de *Il Piccolo*, enaltecendo Del Prete, o “herói fascista” que, lamentavelmente, falecera em terras *tupiniquim*. Mas uma opinião destoante veio a público, a de uma mulher, Maria Lacerda de Moura, que escreveu:

É a caricatura do heroísmo. Não confundamos o delírio esportivo aviatório-militarista de um Del Prete, com o heroísmo, o humanismo e a ciência de um Amundsen, até hoje e talvez perdido para sempre, à mercê dos icebergs, atrás de um Nobile, outro grande herói no campeonato dos vãos célebres... Que qualificativos devemos dar a Amundsen, o pesquisador cientista, que, não sendo o “orgulho da raça”, lá se foi perder entre as montanhas flutuantes de gelo à procura de Nobile – o esportista patriota camisa-preta? (Moura, 1928, p. 1)

Segundo a análise do escritor e jornalista Joel Silveira para o periódico *Diretrizes*, realizada 14 anos depois da publicação do fragmento acima, “o artigo de *O Combate* não era artigo de uma feminista apenas” – o jornalista escreveu com base no conteúdo do livro *A mulher é uma degenerada* –, “era trabalho de uma combatente, de alguém que se levantava corajosamente contra o fascismo”. As respostas de *Il Piccolo* e de outras folhas fascistas à atitude corajosa de Maria Lacerda não tardaram:

Que dizer? O nojo supera a indignação. Talvez fosse melhor calar, fosse melhor deixar grunhir no seu lodaçal a pérfida autora do artigo, que deve possuir um útero gasto no lugar do coração. (...) Uma mulher? Qual! Uma fêmea digna das sarjetas de todas as cidades, sem distinção de “fronteiras”.

Ainda uma palavra sobre Maria Lacerda de Moura. Não é digna do nome de mulher a “indivídua” que enlameia o martírio coroado do sacrifício. Não é digna do nome de brasileira a “indivídua” que nega Deus, que nega a Pátria, que nega a Família. Quem é capaz de semelhante delito coloca-se fora da sociedade. É um anárquico digno apenas da vigilância da polícia. É um fanático merecedor de camisa de força.⁽¹⁾

Como é possível notar, os conteúdos são marcados por violência e misoginia; seus autores atacaram Maria Lacerda por ser antifascista e, mais, por ser uma mulher antifascista. Na altura, havendo alguma sanidade, estudantes de Direito do Largo São Francisco se organizaram e foram até a sede de *Il Piccolo*, no centro da paulicéia, determinados a empastelar o jornal, numa demonstração de apoio à Maria Lacerda de Moura e seus respectivos posicionamentos.

Entre 1928 e 1937, Maria Lacerda viveu em uma comunidade autogestionada em Guararema, interior de São Paulo, onde amadureceu suas idéias e fortaleceu seu engajamento na luta contra o fascismo, o imperialismo, o clericalismo. No mesmo período, publicou alguns outros livros, como *Civilização, tronco de escravos* (1931), *Amai e... não vos multipliqueis* (1932) e *Han Ryner e o amor plural* (1934). De acordo com Jussara de Miranda, “Maria Lacerda de Moura busca em Han Ryner os fundamentos para defender o amor plural (...). O ponto de partido do autor é o entendimento de que a grande revolução se daria através do amor guiado pela leveza, sem cobranças e possessividades. A verdadeira fidelidade, segundo o filósofo, era a fidelidade da alma” (Miranda, 2006, p. 87). Maria Lacerda representava e defendia tudo aquilo que era motivo de aversão e ojeriza para aqueles que flertavam, abertamente ou não, com o fascismo. Para o ideal fascista de mulher, era uma aberração da espécie: culta, sedenta pelo saber, dona de si, corajosa, a favor da emancipação integral dos indivíduos e, portanto, grande crítica das instituições opressoras.

1 Infelizmente, não pude ter acesso aos números de *Il Piccolo* que registram o embate com os textos de Maria Lacerda de Moura, publicados em *O Combate*. Os trechos acima foram reunidos pelo periódico *Diretrizes*, em edição referenciada.

O FASCISMO COMO “CONTRARREVOLUÇÃO”: DIÁLOGOS POSSÍVEIS COM LUCE FABBRI

É possível notar, portanto, que, mesmo antes da concretização de um Estado nazifascista na Alemanha, Maria Lacerda buscou alertar a população brasileira – que mal conhecera os valores de um Estado democrático, devido à tradição política do país – sobre os elevados riscos inerentes à doutrina despertada após a Primeira Grande Guerra e em ascensão desde então. George Orwell escreveu que “Uma dúzia de anos atrás, quem quer que previsse o alinhamento político de hoje (1939) teria sido considerado um lunático” (Orwell, 2017, p. 20); e é provável que Maria Lacerda, sobretudo devido à sua condição feminina, tenha sido apontada como louca, histérica e oportunista – *vide* o tratamento que recebera dos jornalistas de *Il Piccolo*. Apesar disso, ela não deixou a “pluma” e, em 1934 – ano em que Hitler se tornou “fuhrer” –, publicou *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital*⁽²⁾. Para compreendê-lo melhor, deve-se levar em conta a trajetória pessoal e profissional daquela que o escreveu: uma autora anarquista, profundamente anticlerical, devota à ciência, decepcionada com os rumos da Revolução Bolchevique – tal como Emma Goldman (1869-1940). A principal hipótese da referida obra se expressa nos seguintes termos:

No desespero de causa perdida, porque o século da consciência livre não mais aceita os dogmas, a Igreja, indiretamente, servindo-se dos desvarios e da degenerescência provocada pela última guerra, subvenciona, por intermédios do capitalismo, seu aliado de todos os tempos – polpudas somas aos aventureiros ousados – para fazer renascer os Autos da Fé e a Santa Inquisição – através do *braço secular* do Estado burguês cristianíssimo, em plena decomposição. (Moura, 2012, p. 33)

Assim como Luce Fabbri (1908-2000), anarquista ítalo-uruguaia, Maria Lacerda tendeu a acreditar que, diante de um mundo em transformação (catalisada pela Grande Guerra), a Igreja e o Capitalismo, instituições em

2 O livro em análise é uma espécie de continuação de *Clero e Fascismo: horda de embrutecedores!*, lançado em 1932.

ruínas, teriam se unido como num último suspiro com a finalidade de resistirem por mais algum tempo.

Falecida em março de 1945 – antes, portanto, do término oficial da Segunda Guerra –, Maria Lacerda conservou em vida e até certa altura uma visão positiva e progressista do século XX, denominado por ela como “o século da consciência livre”. Ao longo do livro expressou tal opinião: “O progresso contínuo das ciências naturais vai, das cidades aos campos, dispersando as trevas densas da Idade Média, e as multidões desertam das igrejas, onde, de gerações em gerações, arrastam-se para rezar a um deus monstruoso, produto da ignorância humana” (Moura, 2012, p. 94). Herdeira de uma das vertentes do Iluminismo, expressa pelo Socialismo, Maria Lacerda acreditava e divulgava que “a razão deveria emancipar a humanidade, que a sociedade civil deveria ser livre e atuar sobre uma sólida opinião pública que geraria tanto o dissenso como o consenso” (Silva & Silva, 2018, p. 299). Mesmo ciente das possíveis ameaças advindas da outra vertente iluminista, abraçada pela burguesia e focada especialmente no progresso material e na acumulação financeira, Maria Lacerda parece mesmo ter cultivado alguma esperança no projeto de emancipação dos indivíduos, dados os visíveis esforços despendidos pelas mulheres e pelos trabalhadores, por exemplo, desde a segunda metade do século XIX. E, como a Grande Guerra e, posteriormente, a Crise de 1929 se revelaram como evidências do desastre daquela vertente liberal-burguesa, ela e todos aqueles que sonhavam e fomentavam um novo rearranjo social tiveram algumas razões para crer no possível desenvolvimento de uma revolução que pudesse dissipar as velhas instituições responsáveis por séculos de escravidão, ignorância e fanatismo.

Mais do que o esforço de compreender o fascismo, o livro de Maria Lacerda pode ser lido como uma espécie de manifesto anticlerical, que buscou, a partir de referências a determinados fatos históricos e de uma bibliografia especializada, evidenciar os males promovidos pela Igreja Católica Romana, desde Paulo até Pio XI – o então papa. Ao se assumir como intelectual, a escritora criticou severamente a instituição eclesiástica, numa atitude bastante corajosa para a época e o lugar.

Logo no início do livro, expôs uma análise relacional importante: “Quando digo Cristianismo, eu me refiro à ordem social burguesa-capitalista (...). O Estado confundiu-se de novo com a Igreja, não no sentido divino como outrora, mas no domínio político-econômico” (Moura, 2012, p. 7). Ela observou

que, ainda que o Estado tivesse passado por transformações estruturais ao longo do tempo, sempre houve uma constante: o seu vínculo com a Igreja. Assim, afirmou que, quando o Império Romano do Ocidente deu lugar, em meados do século V, a outra configuração de poder, a Igreja – institucionalizada desde Constantino – manteve-se como a única instituição social, a única força organizada verdadeiramente e que pôde resistir ao vendaval. Durante a Idade Média e a Modernidade Ocidental, os papas, herdeiros dos prestígios dos Césares, tornaram-se símbolos dos poderes espiritual e temporal: “Constantino deu poder à Igreja. Clóvis lhe legou uma fortuna imensa e domínios fabulosos” (Moura, 2012, p. 27). A Revolução Francesa, marco de ruptura que inaugurou a Era Contemporânea, não conseguiu superar o tradicional vínculo: “A Igreja benzeu as armas da República Francesa do mesmo modo que as de Luís XIV e do mesmo modo que sagrou a Napoleão”. E continuou: “Depois da Revolução Francesa, os governos, os tronos, os príncipes, as repúblicas... todos se apoiaram na Igreja com receio de novas revoluções” (Moura, 2012, p. 35). Maria Lacerda construiu, portanto, uma narrativa de longa duração que pretendeu evidenciar a capacidade da Igreja de sobreviver em tempos de mudanças, uma vez que, historicamente, aqueles que conduziram as revoluções temiam, de forma um tanto ou quanto incoerente, transformações demasiadamente radicais. Restava saber se, diante da crise do Estado burguês, a Igreja continuaria a resistir e, se sim, como.

Luce Fabbri acreditou que o fascismo operou na lógica da “contrarrevolução preventiva”. Filha de Luigi Fabbri (1877-1935), importante nome do anarquismo italiano e autor do livro *La contro-rivoluzione preventiva* (1921), ela reforçou as teorias do pai, afirmando que o fenômeno fascista “foi essencialmente o produto de um medo feroz de todos os que usufruíam de alguma situação mais ou menos estável (...) diante de uma enigmática revolução que parecia inevitável” (Fabbri, 2019, p. 12). Ainda segundo a autora, ao contrário do que pregara o Partido Fascista, Mussolini não conduziu uma revolução, e sim assumiu um poder a ele mesmo conferido, para que pudesse defender os valores tradicionais, nomeadamente, a pátria, a propriedade privada, a ordem, a família e, claro, a religião.

(...) contra a ralé – que, aproveitando, às vezes, as oportunidades oferecidas por uma democracia ainda que tímida e o terror dos privilegiados em relação à Revolução Russa – caminhava (ou acreditava fazer isso) para uma conquista

de condições iguais de fato, não apenas legais, mas econômicas, sociais, culturais. Naquela época, todos pensávamos que a ênfase estava no econômico. Hoje, analisando, depois de quarenta anos, minhas memórias de infância, vejo nitidamente o quanto era importante, não só para seus protagonistas, mas também para os intranquilos observadores, o espetáculo dessas bibliotecas noturnas municipais, cheias de operários ávidos por discutir e estudar, que liam livros de história, de sociologia e, por vezes, de filosofia, com a intenção de se instruírem, para não abandonarem o trabalho braçal, mas para fazê-lo melhor e também para se expressarem e dialogarem com firmeza. Esse tipo de ascensão social dava medo e infundia ódio contra os operários: medo e ódio semelhantes ao propagado pelas minorias brancas sobre as majorias negras em certos Estados de origem colonial. A hostilidade racial, facilmente despertada, de maneira irracional, em indivíduos e grupos doentes que possuem um complexo de inferioridade, é, em suas manifestações de massa, um simples disfarce do medo da igualdade, medo de perder posições “de poder”. (Fabbri, 2019, pp. 25-26)

O acerto de contas com o passado, o distanciamento dos fatos e a maturidade intelectual permitiram que Luce Fabbri fizesse uma análise mais ampla e cuidadosa a respeito do fascismo, extrapolando a crítica à Igreja e ao Estado burguês, enxergando o problema para além do viés econômico. Entretanto, ela e Maria Lacerda – que, apesar de todos os interesses partilhados e das amizades em comum, nunca chegaram a se encontrar – parecem ter concordado que, de fato, o fascismo se revelou como força contrarrevolucionária, apresentando-se como a opção mais viável e covarde àqueles que, por distintas razões, sentiram-se fortemente ameaçados pela atmosfera das novidades do pós-Guerra.

CIVILIZAÇÃO X BARBÁRIE: DIÁLOGOS COM HANNAH ARENDT

Para Maria Lacerda, os limites entre o capitalismo imperialista e o fascismo eram praticamente imperceptíveis. Assim, a modernidade ocidental – que delegava a si mesma a autoria da destruição das estruturas feudais e a responsabilidade pelo incremento do uso da razão humana – expressou

nitidamente suas contradições no momento em que optou por um projeto permeado pela barbárie, como forma de atender às ambições das elites econômicas. O advérbio “nitidamente” importa, uma vez que as contradições do Estado burguês já estavam postas, por exemplo, nas práticas imperialistas desenvolvidas em África e Ásia. No entanto – e Hannah Arendt desenvolve isso em *As origens do totalitarismo* (1951) –, tal contradição deixa de ser omitida sobretudo a partir do momento em que a própria Europa Ocidental se torna palco de atrocidades; e, nesse sentido, o Holocausto é a grande evidência da barbárie.

Embora tenha analisado brevemente o tratamento conferido aos judeus pela Alemanha nazista, Maria Lacerda deixou evidente a sua compreensão acerca de tal política imperialista/racista: “Hitler é o responsável pelas vítimas sem conta, imoladas no altar do racismo, cuja ação social consiste em varrer da Alemanha todos os judeus e todos os partidos políticos que não sejam o nazista” (Moura, 2012, p. 11); “O clericalismo é o pai do fascismo. Mussolini e Hitler são os dois braços seculares da Igreja neste momento histórico. Representam o desespero do Cristianismo pretendendo reorganizar os Autos de Fé e acender outra vez as fogueiras da Inquisição” (Moura, 2012, p. 7). Na altura em que escreveu o livro, a autora não tinha condições de saber que o grande capital – que “no início dos anos 1930 não queria particularmente Hitler, e teria preferido um conservadorismo mais ortodoxo” – acabou por colaborar seriamente com o Partido Nazista quando este chegou ao poder, “a ponto de usar trabalho escravo de campos de extermínio para suas operações durante a Segunda Guerra Mundial” (Hobsbawm, 1995, p. 132). Ainda assim, ela parece ter reconhecido que a exploração do trabalho, vigente como (talvez a principal) estrutura do Estado burguês, seria levada ao extremo pelo nazifascismo no ambiente europeu – pois, se novamente considerarmos as práticas imperialistas, a exploração da força de trabalho era realidade mais do que (im)posta nas colônias e nos protetorados, pelo menos desde a segunda metade do século XIX.

Mantendo a relação entre o Cristianismo e o Capitalismo, Maria Lacerda recuperou o *Eclesiástico*: “O escravo trabalha quando o castigam, doutra sorte não cuida senão de descansar; afrouxa-lhe tu as mãos e verás como ele busca a liberdade” (citado em Moura, 2012, pp. 22-23); e François Guizot: “O trabalho é a garantia da eficácia contra a disposição revolucionárias das classes pobres. A necessidade incessante do trabalho é o lado

admirável de nossa sociedade. O trabalho é um freio” (citado em Moura, 2012, p. 23). No projeto de barbárie nazista, o mesmo trabalho libertaria (referência à frase presente na entrada de Auschwitz I) os judeus – ou seja, o “outro”, alvo do “nacionalismo racista” – de sua condição.

Como vimos, para Maria Lacerda e Luce Fabbri, a contrarrevolução foi embalada pelo fanatismo e pela violência. A escassez de pensamento crítico e, por conseguinte, da capacidade de fazer julgamentos tornou as massas desprovidas de humanidade, permitindo a “banalização do mal” – expressão utilizada por Arendt em suas análises acerca do funcionamento do III Reich, especialmente no que diz respeito ao antissemitismo. O “outro”, inimigo – fosse judeu, negro, cigano ou comunista –, foi barbaramente eliminado, já que um Estado total ou totalitário não permite a diferença, a heterogeneidade – elemento imprescindível à democracia e ao espaço público, local onde as diferenças se revelam. No livro em análise, Maria Lacerda usou com frequência a expressão “novas Cruzadas” como forma de se referir aos atos de violência comandados e efetivados pelo nazifascismo:

Como no tempo das Cruzadas, o Papa abençoa Mussolini e a Igreja denomina “o homem da providência” ao Duce – chefe dos bandidos que assassinaram covardemente a Matteotti, a Amendola, a Don Minzone... Mussolini, no momento atual, guardadas as proporções, representa admiravelmente Inácio de Loyola quando procurou reerguer a Igreja criando a Cia de Jesus, renovando-lhe as forças, cultivando-lhe novas raízes no fastígio e no terror. (Moura, 2012, p. 10)

Ora, para Luce Fabbri, a Itália se tornou um Estado totalitário, não na ocasião da “Marcha sobre Roma”, em 1922, mas sim no momento em que Mussolini assumiu, em discurso político (em 3 de janeiro de 1925), a responsabilidade pelo assassinato de Giacomo Matteotti (1885-1924), uma das grandes lideranças socialistas da Itália. A busca pela onipresença do Estado, a que nada escapa, visa também a eliminação de qualquer possibilidade de resistência, pois, ao ameaçar a existência física de um corpo, exclui totalmente a liberdade do indivíduo (Fabbri, 2019, p. 29).

O LEGADO DAS MULHERES ANTIFASCISTAS

Em entrevista concedida a Jeanne Bordeaux (um pseudônimo, possivelmente), e publicada em *O Combate* (1927), Mussolini expressou suas opiniões acerca da mulher (assim mesmo, no singular) e dos papéis sociais a serem representados por ela:

(...) representam um agradável parênteses da vida, e como tal, desempenham um importante papel na existência do homem. (...) toda a vez que tentam realizar qualquer coisa de grandiosa falharam vergonhosamente. Por exemplo: nenhuma das pinturas célebres que enriquecem as galerias das nações civilizadas foi executada por uma mulher. (...) são um agradável passatempo, um meio de ornar nossa vida com um pouco de fantasia, mas nunca devem ser tomadas a sério. (...) são, ainda, uns crédulos e confiantes animalzinhos. (p. 2)

Em *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital*, Maria Lacerda alertou seus leitores a respeito da tradicional “fobia” da Igreja em relação à mulher e, a fim de demonstrar seu apontamento, novamente resgatou o *Eclesiástico*, quando Salomão diz: “Aquele que agrada a Deus fugirá dela” (citado em Moura, 2012, p. 47). Este repúdio, segundo a autora, expressou-se de maneira muito significativa nas experiências nazifascistas, pois, se o fascismo é o filho do clericalismo e se corresponde a uma contrarrevolução, é perfeitamente cabível identificá-lo também como fenômeno antifeminista, ou seja, como uma resposta conservadora às transformações realizadas nas relações entre os gêneros.

Quando escreveu o livro em análise, ela não deixou de refletir a respeito do aproveitamento da Igreja e da ideologia fascista – ambas muito bem relacionadas com o fanatismo – da vulnerabilidade presente nas mulheres e nas crianças. Disse, por exemplo, que “Através da ignorância, da tenacidade incultural da mulher, da teimosia feminina doentia e passional, através da sentimentalidade sensitiva do sexo emotivo e através da inocência curiosa da criança – o clero estende os seus tentáculos de Briaréu, por todos os rincões do mundo” (Moura, 2012, p. 19). E, para embasar historicamente o seu ponto, recordou a importância de Clotilde – persuadida pelo bispo de Reims – no processo de conversão de Clóvis, seu marido; e da influência da mãe de Inácio de Loyola, que substituiu suas leituras de cavalaria pelas hagiografias.

Herdeiro da tradição cristã, o capitalismo também demonstrou sua ojeriza às mulheres: às mais abastadas, restringiu as possibilidades de atuação, limitando-as ao casamento heterossexual e monogâmico, e à maternidade; às pobres, escravizou, munindo-se dos discursos médicos acerca das limitações físicas e mentais do corpo feminino; e às colonizadas, bestializou e hipersexualizou, tornando-as exemplos vivos de subalternidade⁽³⁾. Apesar disso (ou justamente por isso), e a despeito da frequente invisibilidade das mulheres na tradição historiográfica – sobretudo das mais pobres –, muitas delas se posicionaram contra as estruturas que as limitavam e as inferiorizavam. As mais abastadas tenderam a se agarrar à causa sufragista; as mais pobres fortaleceram os movimentos obreiros, dinamizando suas pautas; as colonizadas, mais afetadas pelo poder total imperialista, resistiram como puderam. Contra o fascismo, atuaram de maneira mais direta, como as *Mujeres Libres* (1936-1939), em Espanha⁽⁴⁾; ou por meio da atividade intelectual, tal como fizeram Maria Lacerda, Luce Fabbri, Hannah Arendt e outras.

Maria Lacerda faleceu no dia 10 de março de 1945. Não viu o término oficial da Segunda Guerra, mas, com alguma certeza, ficaria ainda mais desesperançosa ao presenciar o desenvolvimento das tensões entre Estados Unidos e seus apoiadores/dependentes e URSS e seus apoiadores/dependentes. Estadunidenses e russos, aqueles que, na linguagem bélica e odiada pela anarquista brasileira⁽⁵⁾, receberam as honras por terem livrado o mundo do nazifascismo, e que, após 1945, colocariam o mesmo mundo em constante medo, dada a ameaça iminente de uma guerra nuclear.

Maria Lacerda era crítica das instituições de poder e não acreditava, pelo menos na altura em que escreveu *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital*, na capacidade de transformação oferecida por qualquer forma de Estado. Dizia que “O gênero humano não sabe viver sem o rebento do capataz, sem os donos e os senhores, sem o chicote do feitor, a quem prestar

3 Cabe a reflexão de Spivak: “Se, no contexto da produção intelectual, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (Spivak, 2010, p. 67).

4 A organização teve origem em abril de 1936, às vésperas da Guerra Civil, e apresentou como fundadoras as militantes anarquistas: Lucía Sanchez Saornil, jornalista e poetisa; Mercedes Comaposada, advogada; e Amparo Poch y Gascón, médica pediatra (Rago & Biajoli, 2007, p. 10).

5 “Porque a violência é a vitória do instinto da espécie animal sobre a razão. E, para pregar a violência, para pregar a revolução social, os apóstolos de todos os partidos falam às paixões e não procuram despertar as consciências” (Moura, 2012, p. 120).

homenagem máxima da sua eterna imbecilidade servil” (Moura, 2012, p. 115). No entanto, por enxergar as obscuridades de seu tempo e sociedade, e por evidenciar os possíveis motivos que deram forma ao seu ambiente social, é possível notar em suas obras e em seu exemplo pessoal uma vontade imensa de despertar os indivíduos, sobretudo as mulheres, para a racionalidade, a solidariedade, a liberdade e o “amor engajado”; para que, um dia, pudessem todos viver sem amarras, guiados exclusivamente pela consciência.

A covardia mental é a mais poderosa das forças reacionárias. Respeitar, repetir, louvar – palavras de ordem social. Discos de gramofone... Aprender a pensar e ter o heroísmo de pensar em voz alta não é privilégio do sexo forte. (...) É mais fácil e mais cômodo vender-se à glória de um dia, à glória de picadeiro e arquibancadas patrióticas e religiosas, à sedução dos aplausos inconscientes das multidões, aos uniformes das academias, às condecorações e títulos honoríficos, ao prestígio social. (Moura, 1929, p. 2)

O apostolado do artista – também dos homens e mulheres que tiverem alma de artista – é a atitude do esteta da humanidade nova, a suprema resistência à reação e à ferocidade bestial do troglodita, despertada pelos aventureiros do poder no banditismo do dominismo absolutista dos imperialismos nacionalistas, é o aproveitamento das energias inquietas, buscando unir todos os povos dos continentes, todos os povos do mundo inteiro, unindo todas as raças, saltando por sobre todas as fronteiras, num anseio eloquente de liberdade, num gesto apolíneo de beleza – para a solidariedade de todas as mãos, em busca do pão para todas as bocas e um raio de lua para cada consciência. (Moura, 2012, p. 124)

O primeiro fragmento acima, retirado do jornal carioca *A Manhã*, pode ser comparado, de certa forma, ao conceito arendtiano de “banalidade do mal”. O segundo é o parágrafo final de *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital*, que tem conteúdo muito similar à mensagem final do livro de Luce Fabbri, *Fascismo: definição e história*⁽⁶⁾. As três autoras em evidência

6 “Mas não sabemos neste momento, de qual lugar pode nos ameaçar o perigo fascista que transformaria essas manifestações isoladas em avalanches de ‘terror e pânico à liberdade’, precipitando-nos ao abismo de mais uma guerra. As únicas defesas reais contra esse múltiplo e complexo perigo estão em cada um, na racionalidade e na espontaneidade de cada um, nessa responsabilidade ativa de cada ser humano em relação aos outros, que é ao mesmo tempo um afirmar-se como indivíduo e um entregar-se ao coletivo” (Fabbri, 2019, p. 34).

fizeram, cada qual à sua maneira, o apelo à racionalidade, esta que, para a historiadora ítalo-uruguaia, representaria a oposição da patologia provocada pelo fascismo, sobretudo em sua fase totalitária.

Das três autoras, Hannah Arendt é, com certeza, aquela que mais se dedicou ao estudo do totalitarismo, compreendido por ela como um fenômeno particular do III Reich e da URSS pós-1930. Muitos(as) estudiosos(as) se debruçaram (e assim continuam a fazer) sobre a vasta e densa produção da filósofa. Portanto, não foi a intenção deste trabalho fazer qualquer análise mais aprofundada a respeito das percepções de Arendt acerca do fascismo e do totalitarismo, mas relacionar algumas destas, quando pertinentes, aos discursos de Fabbri e, especialmente, aos de Maria Lacerda. Luce e Hannah tiveram certo privilégio que a escritora mineira não compartilhou: ambas se desenvolveram em ambientes propícios à fermentação de debates intelectuais. Maria Lacerda passou parte significativa de sua vida a pensar sozinha. Por outro lado, sua integridade física foi menos ameaçada, quando comparada às da anarquista italiana e da alemã judia – apesar dos acontecimentos, já mencionados, envolvendo os fascistas de *Il Piccolo*, em São Paulo. O jurista Celso Lafer, estudioso de Arendt, comentou: “entendo que o particularismo de sua experiência de judia alemã diante do nazismo traduziu-se na mensagem universal de liberdade” (Lafer in Arendt, 2007, p. 342).

O Adolf Eichmann apresentado por Arendt, em *Eichmann em Jerusalém*, parece ser um exemplar do “ressentido cooptado”, do “gigante despertado” descrito por Luce Fabbri em *Fascismo: definição e história*: “De uma vida rotineira, sem significado ou consequência, o vento tinha soprado para a História, pelo que ele entendia, ou seja, para dentro de um Movimento sempre em marcha e no qual alguém como ele – já fracassado aos olhos de sua classe social, de sua família e, portanto, aos seus próprios olhos também – podia começar de novo e ainda construir uma carreira” (Arendt, 1999, p. 45). Na altura de sua primeira publicação, o livro de Arendt chocou parte importante da opinião pública, da comunidade judaica e dos acadêmicos. Muitos esperavam dela a confirmação do caráter diabólico daquele que foi um dos grandes responsáveis pela “Solução Final”. Não aconteceu. Ao invés disso, Arendt o apresentou como um homem comum, que, quanto mais falava, mais revelava a sua incapacidade de articulação e, conseqüentemente, a sua incapacidade de pensar do ponto de vista de outra pessoa. Em outras palavras, a filósofa evidenciou que o grande crime cometido por Eichmann

e por tantos outros “burocratas” do Estado totalitário alemão foi o de ter perdido a capacidade de pensar, de distinguir entre o verdadeiro e o falso, o bem e o mal, de fazer julgamentos – um novo tipo de crime, já que o réu em questão estava sendo acusado, direta ou indiretamente, pela morte de milhões de judeus e também pela injúria provocada àqueles que sobreviveram e aguardavam alguma justiça. A Segunda Guerra, com todos os seus horrores, acabou sendo responsável pela consolidação do chamado “crime contra a humanidade”, um tipo de crime que já era realidade frequente em diversas regiões periféricas do globo, embora tenha preservado até meados dos anos 1930 parte significativa da população branca do Hemisfério Norte.

Despersonalizado, Eichmann tornou-se um mero cumpridor de ordens, contribuindo para a concretização de uma sociedade uniformizada e, portanto, avessa a qualquer traço democrático. No capítulo V de *A condição humana*, Arendt afirma que a vida sem discurso (responsável pela revelação) e sem ação (equivalente à realização, ao início) está morta para o mundo; “deixa de ser uma vida humana”. A ação precisa do discurso para se revelar, e ambos necessitam de um ambiente em que as pessoas estejam umas com as outras. Em outras palavras, a revelação só se dá no espaço público, plural (Arendt, 2007, pp. 192-193). É por isso também que a autora considera que a Alemanha nazista operou na perspectiva totalitária, uma vez que teria “atomizado” a sociedade, destruindo as diferenças, tornando os sujeitos meros feixes de funções orgânicas. O totalitarismo é a negação da natalidade. Hannah Arendt nos ensina que um homem bom não corresponde ao patriota, ao “pai de família”, ao “provedor”, aquele que janta na presença da esposa e dos filhos e que frequenta as missas dominicais – tal como um Del Prete, e sim aquele que pensa criticamente, que tem a coragem de fazê-lo em voz alta, que aceita a pluralidade, que coloca o bem coletivo acima de qualquer recompensa individual.

Mas como nós podemos viver em um mundo onde alguma coisa como o Holocausto é possível? Na busca por tentar compreender a noção de *amor mundi* proposta por Arendt, Samantha Rose Hill, outra estudiosa da teórica alemã, escreveu o texto “What does it mean love to the world?”, publicado no *OpenDemocracy*, no contexto da ascensão das chamadas “novas direitas”⁽⁷⁾.

7 Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/transformation/what-does-it-mean-to-love-world-hannah-arendt-and-amor-mundi>

O texto é curto, complexo, mas sintético; e, logo de cara, busca separar o *amor mundi* (engajado e político) do *amor* na forma como tradicionalmente é pensado. Complementando a sua idéia a respeito do mal banalizado, Arendt nos diz que amar o mundo exige acertar as contas com este mesmo mundo, o que significa assumir um compromisso de distanciamento crítico do que acontece em nosso entorno. “To be thinkers not just joiners.” Amar o mundo equivale à promessa de continuar existindo, de não renunciar ao mundo, mesmo que ele se revele demasiado insuportável para se viver. Aprender a amar o mundo significa aprender a pensar, a ser cidadão(ã) engajado(a). E que ironia... logo uma mulher – um “ornamento”, um “serzinho crédulo”, um “animalzinho”, segundo Mussolini – chamaria a atenção para isto: para amar o mundo, é preciso controlar os impulsos do sentimento e do afeto (forças antipolíticas) e seguir em direção ao pensamento crítico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arendt, H. (1999). *Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal* [Eichmann in Jerusalem: A report on the banality of evil]. Companhia das Letras.
- Arendt, H. (2007). *A condição humana* [The human condition]. Forense Universitária.
- Arendt, H. (2012). *Origens do totalitarismo: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo* [The origins of totalitarianism]. Companhia das Letras.
- Fabbri, L. (2019). *Fascismo: Definição e história* [Fascism: Definition and history]. Tenda de Livros e Publication Studio São Paulo.
- Hill, S. R. (2017, março 16). What does it mean to love the world? Hannah Arendt and Amor mundi. *Open Democracy*. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/transformation/what-does-it-mean-to-love-world-hannah-arendt-and-amor-mundi/>
- Hobsbawm, E. (1995). *A era dos extremos: O breve século XX* [The age of extremes: 1914-1991]. Companhia das Letras.
- Leite, M. L. M. (1982, março-abril). Eu, Maria Lacerda de Moura [Me, Maria Lacerda de Moura]. *Mulherio*, p. 18.
- Miranda, J. V. de (2006). “Recuso-me”! *Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura* [“I refuse”! Speeches and writings by Maria Lacerda de Moura]. [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Federal de Uberlândia.

- Moura, M. L. de (1925, agosto 27). A constituição e o ensino religioso [The constitution and religious education]. *O Combate*, pp. 1-2.
- Moura, M. L. de (1928, agosto 23). De Amundsen a Del Prete [From Amundsen to Del Prete]. *O Combate*, p. 2.
- Moura, M. L. de (1929, fevereiro 17). A inteligência tem sexo? Carta aberta a José Felix [Does intelligence have sex? Open letter to José Felix]. *A Manhã*, p. 2.
- Moura, M. L. de (1932). *A mulher é uma degenerada?* [Is woman a degenerate?]. Civilização Brasileira.
- Moura, M. L. de (2012). *Fascismo: Filho dileto da Igreja e do capital* [Fascism: Favorite son of church and capital]. Barricada Libertária.
- O Duce tem suas idéias sobre a mulher [The duce has some ideas about woman]. (1927, abril 8). *O Combate*, p. 2.
- Orwell, G. (2017). *O que é fascismo? E outros ensaios* [What is fascism? And others essays]. Companhia das Letras.
- Rago, M., & Biajoli, M. C. P. (2007). *Mujeres libres da Espanha: Documentos da revolução espanhola* (Mujeres Libres of Spain: Spanish Revolution's Documents) Achiamé.
- Silva, K. V., & Silva, M. H. (2018). *Dicionário de conceitos históricos* [Dictionary of historical concepts]. Contexto.
- Silveira, J. (1942, abril 9). Em 1928, a primeira reação contra o fascismo no Brasil [In 1928, the first reaction against fascism in Brazil]. *Diretrizes*, pp. 4-5; 26; 28.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* [Can the subaltern speak?]. Editora da UFMG.

Data de submissão/ Submission date: 06/07/2021

Data de aprovação/ Approval date: 13/10/2021

I know why the caged Nightingale does not sing:

Para uma leitura de
Cassandra (1852), de
Florence Nightingale
(1820-1910)

MIGUEL ALARCÃO*

Resumo. O inesperado surto pandémico, à escala global, da covid-19 veio colocar no topo das agendas políticas mundiais questões de saúde pública. Tendo este facto em atenção, o presente texto aborda o ensaio *Cassandra*, escrito em 1852 por Florence Nightingale (1820-1910), enquadrando-o na longa era vitoriana e relacionando-o com a “questão feminina” e *The Subjection of Women* (1869), de John Stuart Mill (1806-1873).

Palavras-chave: Florence Nightingale; *Cassandra*; Feminismo vitoriano; John Stuart Mill; *The Subjection of Women*.

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/mn5t-brlp>

* Professor Associado. Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies. 1069-061 Lisboa, Portugal
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-0831-1941>;
CIÊNCIA ID: 3913-2142-7A5F;
RESEARCHER ID: M-1052-2016;
miguel.alarcao@fcsh.unl.pt

I know why the caged Nightingale does not sing: Reading *Cassandra* (1852), by Florence Nightingale (1820-1910). *The unexpected outbreak, at global level, of the Covid-19 pandemic placed issues concerning public health at the top of the world's political agendas. Bearing this fact in mind, this article presents *Cassandra*, an essay written in 1852 by Florence Nightingale (1820-1910), setting it in the context of the long Victorian age and relating it to the "female question" and *The Subjection of Women* (1869), by John Stuart Mill (1806-1873).*

Keywords: *Florence Nightingale; Cassandra; Victorian Feminism; John Stuart Mill; The Subjection of Women.*



"The next Christ will perhaps be a female Christ." (Nightingale, 1979, p. 53)

Às Prof.^{as} Doutoras Teresa Almeida e Iolanda Ramos (NOVA FCSH)

O inesperado surto pandémico, à escala global, da covid-19 (2020) veio colocar no topo das agendas políticas mundiais questões de saúde pública, envolvendo e mobilizando cientistas e investigadores, médicos, farmacêuticos, enfermeiros e auxiliares, as respectivas ordens, governos, ministérios, direcções gerais e administrações regionais, a OMS, a EMA, etc., bem como a implementação de normas e medidas legislativas e processuais e a (re)criação de infraestruturas administrativas, assistenciais e sanitárias. Tendo este facto em atenção, o presente texto procurará abordar um ensaio de Florence Nightingale: *Cassandra*, redigido em 1852, pouco antes do envolvimento na Guerra da Crimeia (1854-1856), que viria, como se sabe, a fixar a imagem histórica de *The Lady with the Lamp*⁽¹⁾.

1 Poderemos talvez considerá-la, de algum modo, a equivalente hospitalar de *The Angel in the House*, tomando de empréstimo o título do célebre poema de Coventry Patmore (1823-1896), dividido em quatro partes: *The Betrothal* (1854), *The Espousals* (1856), *Faithful for Ever* (1860) e *The Victories of Love* (1863).

O título do ensaio em apreço justifica algumas breves palavras sobre a figura de Cassandra na mitologia e literatura clássicas. Assim, Robert Graves apresenta-a como uma profetisa, filha de Príamo e Hécuba, amante de Agamémnon, e, tal como ele, morta pela respectiva esposa, Clitemnestra (Graves, 1988, pp. 149-150), enquanto *The Oxford Companion to Classical Literature* acrescenta um dado importante: a maldição de Cassandra por Apolo, na sequência da qual “the god rendered useless the gift of prophecy that he had bestowed on her, by causing her prophecies never to be believed” (Harvey, 1983, p. 92)⁽²⁾. Por analogia com a Cassandra clássica, poder-se-á, pois, pensar que a visão implicitamente proposta por Florence Nightingale – a ‘Cassandra vitoriana’ – estará condenada a não passar de uma irrealizável utopia... O final do ensaio, marcado por uma saudação e celebração elegíacas da morte como uma ansiada libertação ou via para a liberdade, corrobora esta leitura:

The dying woman to her mourners: – ‘Oh! if you knew how gladly I leave this life, how much more courage I feel to take the chance of another, [...] you would put on your wedding-clothes instead of mourning for me!’

‘But,’ they say, ‘so much talent! so many gifts! such good which you might have done!’

‘The world will be put back some little time by my death,’ she says; [...] but it is by the death which has taken place some years ago [...], not by the death which is about to take place now.’ And so is the world put back by the death of everyone who has to sacrifice the development of his or her peculiar gifts [...] to conventionality.

‘My people were like children playing on the shore of the eighteenth century. I was their hobby-horse, their plaything; and they drove me to and fro, [...] till I, who had grown to woman’s estate and to the ideas of the nineteenth century, lay down exhausted, my mind closed to hope, my heart to strength. ‘Free – free – oh! divine freedom, art thou come at last? Welcome, beautiful death!’ (Nightingale, 1979, pp. 54-55)

A excelente introdução de Myra Stark enquadra Nightingale na sociedade vitoriana, relacionando-a com alguns autores e publicações coevos

2 Cf. Stark, in Nightingale, 1979, pp. 22-23, n. 35.

sobre a condição feminina (Stark, in Nightingale, 1979, pp. 14-15), envolvendo não apenas mulheres, mas também John Stuart Mill (1806-1873), esposo da destacada feminista Harriet Taylor (1807-1858) e autor de *The Subjection of Women*, ‘manifesto’ liberal escrito em 1861 e publicado apenas em 1869, dois anos após a promulgação da segunda Lei da Reforma eleitoral (*Reform Act*). Como escreve Mill, logo na abertura:

[...] the principle which regulates the existing social relations between the two sexes – the legal subordination of one [...] to the other – is wrong in itself, and [...] one of the chief hindrances to human improvement; and [...] it ought to be replaced by a principle of perfect equality, admitting no power or privilege on the one side, nor disability on the other. (Mill, 2019, p. 1)

Apesar das profundas e evidentes diferenças nos planos retórico, argumentativo e estilístico, seria interessante confrontar mais de perto as questões e posições ideológicas plasmadas em ambos os ensaios, tanto mais que Mill admirava Nightingale, referindo-se-lhe (e a *Cassandra*) em *The Subjection of Women*, se bem que de forma elíptica³. Segundo Stark, o feminismo de Florence Nightingale manifestar-se-ia, porém, mais no campo da reivindicação de qualificações e oportunidades educacionais e profissionais para as mulheres do que em manifestações e campanhas em prol dos direitos cívicos, conforme ressalta do seguinte passo de uma carta a Stuart Mill:

That women should have the suffrage [...] no one can be more deeply convinced than I. It is so important for a woman to be a ‘person’, as you say... But it will be years before you obtain the suffrage for women. And in the meantime there are evils which press much more hardly on women than the want of suffrage [...]. (Stark, as cited in Nightingale, 1979, p. 18)

Não obstante esta ligeira divergência no que toca à ordenação de prioridades, Anderson e Zinsser recordam: “In 1866, 1,499 eminent women, including Florence Nightingale, Harriet Martineau and Mary Sommerville

3 “A celebrated woman, in a work which I hope will some day be published, remarks truly that everything a woman does is done at odd times” (Mill, 2019, p. 74).

[...] signed a petition for the vote which was presented to the House of Commons, where eighty members voted in favor of women's suffrage" (Anderson & Zinsser, 1990, p. 361).

Além de enfermeira, patrocinadora e fundadora de escolas de enfermagem e obstetrícia⁽⁴⁾, Florence Nightingale foi, ainda que a título oficioso, uma 'Directora-Geral de Saúde' profundamente empenhada, conhecedora e rigorosa, tendo sido distinguida por Edward VII (1901-1910) com a Ordem do Mérito (1907) e louvada por Lytton Strachey (1880-1932) em *Eminent Victorians* (1918)⁽⁵⁾; é, de resto, a única figura feminina homenageada pelo ensaísta, que, reportando-se ao conflito da Crimeia, a evoca nos seguintes termos:

At first some of the surgeons would have nothing to say to her, and, though she was welcomed by others, the majority was hostile and suspicious. But gradually she gained ground. Her good will could not be denied, and her capacity could not be disregarded. With consummate tact, with all the gentleness of supreme strength, she managed at last to impose her personality upon the susceptible, overwrought, discouraged, and helpless group of men in authority who surrounded her. She stood firm; she was a rock in the angry ocean; with her alone was safety, comfort, life. (Strachey, 1986, p. 122)

Não obstante estes encômios e reconhecimentos, poder-se-ia dizer, aproveitando e adaptando para o efeito um título de Maya Angelou (1928-2014)⁽⁶⁾: *I know why the caged Nightingale does not sing...* As razões subjacentes a este 'não-canto' (e mesmo desencanto, conforme veremos) da 'Rouxinol' inglesa distribuem-se por algumas áreas organicamente

4 Nightingale School and Home for Nurses, integrada no St. Thomas Hospital, e Training School for Midwives, King's College Hospital, ambas em Londres e financiadas por um fundo criado em 1855 (*The Nightingale Fund*).

5 "Her *Notes on Hospitals* (1859) revolutionized the theory of hospital construction and hospital management. She was immediately recognized as the leading expert upon all the questions involved; her advice flowed unceasingly and in all directions, so that there is no great hospital today which does not bear upon it the impress of her mind. Nor was this all. With the opening of the Nightingale Training School for Nurses at St. Thomas's Hospital (1860), she became the founder of modern nursing" (Strachey, 1986, p. 147) e "Her training school [...], with all that it involved in initiative, control, responsibility, and combat, would have been enough in itself to have absorbed the whole efforts of at least two lives of ordinary vigour" (Strachey, 1986, p. 151).

6 *I Know Why the Caged Bird Sings* (1969).

inter-relacionadas(áveis), todas elas focadas na extensa bibliografia existente sobre a sociedade, a vida profissional e doméstica e a mentalidade vitorianas⁽⁷⁾. Entre essas áreas, avulta a chamada “questão feminina” (*the woman question*), cuja relevância procuraremos documentar através de excertos de *Cassandra*, obra já descrita como “an impassioned indictment of the confinement of privileged women” (Anderson & Zinsser, 1990, p. 167).

Tomemos como ponto de partida a seguinte passagem:

Why have women passion, intellect, moral activity [...] and a place in society where no one of the three can be exercised? [...] In the conventional society, which men have made for women [...] they *must* have none, they *must* act the farce of hypocrisy, the lie that they are without passion – and therefore what else can they say to their daughters, without giving the lie to themselves? [...] Passion, intellect, moral activity – these three have never been satisfied in woman. In this cold and oppressive conventional atmosphere, they cannot be satisfied. To say more on this subject would be to enter into the whole history of society, of the present state of civilization. (Nightingale, 1979, pp. 25-29)

Estas palavras denunciam, de forma surpreendentemente directa e mesmo incisiva, a falta de reconhecimento e o subaproveitamento vitorianos das capacidades das mulheres, nos quais assenta e dos quais emana a reivindicação de oportunidades de educação⁽⁸⁾, formação e emprego, também mencionada por Stuart Mill:

The claim of women to be educated as solidly, and in the same branches of knowledge as men, is urged with growing intensity, and with a great prospect of success, while the demand for their admission into professions and occupations hitherto closed against them, becomes every year more urgent. (Mill, 2019, p. 13)

7 Cf., por exemplo, Altick, 1973, pp. 50-59, Houghton, 1985, cap. 13, pp. 341-393, e Anderson & Zinsser, 1990, pp. 129-196.

8 “[...] in 1880 women were for the first time **allowed** to take degrees at the University of London. Women’s colleges were established at Cambridge and Oxford in 1869 and 1879 respectively, but women could not take degrees at either university until 1920-21” (Altick, 1973, p. 55; negrito nosso).

Paralelamente, e antecipando ideias e posições avançadas por Virginia Woolf (1888-1941) em *A Room of One's Own* (1929), Nightingale aponta, com igual veemência, a desvalorização, mais do que 'mera' subvalorização, social do tempo feminino:

Women are never supposed to have any occupation of sufficient importance not to be interrupted, [...] and women themselves have accepted this, have written books to support it, and have trained themselves so as to consider whatever they do as *not* of such value to the world or to others, but that they can throw it up at the first 'claim of social life.' They have accustomed themselves to consider intellectual occupation as a merely selfish amusement, which it is their 'duty' to give up... (Nightingale, 1979, p. 32)

E ainda

Women never have half an hour in all their lives [...] that they can call their own, without fear of offending or of hurting some one. [...] they have 'no time in the day to themselves.' [...] Yet time is the most valuable of all things. [...] But it is laid down, that our time is of no value. [...] women have no right, because it is 'only their time.' (Nightingale, 1979, pp. 34-35)

A denúncia da ociosidade forçada das mulheres⁽⁹⁾, limitada a ocupações relacionadas com tarefas e papéis familiares e domésticos, de benevolência⁽¹⁰⁾ e/ou cortesias e etiquetas sociais, leva-as, como possíveis vias

9 Na capa da edição utilizada, pode ler-se: "Angry outcry against the forced idleness of Victorian women". Esta edição surge enriquecida pela inclusão, como epílogo, de um poema de Cynthia Macdonald, "Florence Nightingale's Parts" (citado em Nightingale, 1979, pp. 56-58), que integra os seguintes versos: "I am spared for my work./ For richer, for poorer;/ For better, for worse;/ Till death do us part" (Macdonald, as cited in Nightingale, 1979, p. 58).

10 "By adhering in the main to traditional values, increasing numbers of privileged women were able to venture into areas untraditional for women of their class: the prisons, the schools, the hospitals, the homes of the poor, the streets of the new cities. To women expected to confine their activities to domesticity, the easiest way to a life outside of the parlor lay not in overt rebellion, but in the virtuous path of charity work" (Anderson & Zinsser, 1990, p. 177).

de escape, a estados de devaneio⁽¹¹⁾, alheamento/alienação⁽¹²⁾, frustração e mesmo à loucura⁽¹³⁾, sobre a qual permanecem referenciais, ainda que privilegiando (con)textos literários, os estudos de Sandra M. Gilbert e Susan Kamholtz Gubar (1979) e Elaine Showalter (1987). Transcrevemos aqui, por particularmente pungentes, as palavras de Nightingale sobre os sonhos, situados algures entre a evasão e o desejo:

Women dream till they have no longer the strength to dream; those dreams against which they so struggle, so honestly, vigorously, and conscientiously, and so in vain, yet which are their life, without which they could not have lived; those dreams go at last. All their plans and visions seem vanished, and they know not where; gone and they cannot recall them. They do not even remember them. And they are left without the food either of reality or of hope. (Nightingale, 1979, p. 49)

Para esta metafórica ‘morte dos sonhos’, ela própria parte da ‘morte em vida’ simbolicamente aludida na transcrição inaugural, muito contribui a subordinação a normas, princípios, códigos, convenções e expectativas de conduta por parte da família⁽¹⁴⁾ e de toda uma sociedade hegemónica e estruturalmente patriarcal⁽¹⁵⁾:

Women have no means [...] whereby they can resist the ‘claims of social life.’ They are taught from their infancy onwards that it is wrong, ill-tempered, and a misunderstanding of ‘a woman’s mission’ (with a great M.) if they do not allow themselves willingly to be interrupted at all hours. (Nightingale, 1979, p. 35)

11 “Dreaming always – never accomplishing; thus Women live – too much ashamed of their dreams, which they think ‘romantic’” (Nightingale, 1979, p. 39).

12 “Mothers, who cradle yourselves in visions about the domestic hearth, how many of your sons and daughters are *there* [...], while sitting round under your complacent maternal eye? Were you there yourself during your own (now forgotten) girlhood?” (Nightingale, 1979, p. 27).

13 “The accumulation of nervous energy, which has had nothing to do during the day, makes them feel every night, when they go to bed, as if they were going mad” (Nightingale, 1979, p. 43).

14 Recorremos de novo, como termo de comparação, a Stuart Mill: “The family, justly constituted, would be the real school of the virtues of freedom. [...] What is needed is, that it should be a school of sympathy in equality, of living together in love, without power on one side or obedience on the other” (Mill, 2019, p. 44).

15 Nas palavras de Altick, “*Pater familias*, when he came back from the office after a hard day competing in the business jungle, reigned as lord and master at table and fireside” (Altick, 1973, pp. 52-53).

Uma outra passagem deixa clara a menorização, senão mesmo a negação efectiva, da actividade intelectual da mulher face aos horizontes de expectativa familiares e sociais a que acabámos de aludir:

[...] a woman cannot live in the light of intellect. Society forbids it. Those conventional frivolities, which are called her 'duties', forbid it. Her 'domestic duties', high-sounding words, which, for the most part, are but bad habits (which she has not the courage to enfranchise herself from, the strength to break through) forbid it. What are these duties (or bad habits)? – Answering a multitude of letters which lead to nothing, from her so-called friends – keeping herself up to the level of the world that she may furnish her quota of amusement at the breakfast-table; driving out her company in the carriage. And all these things are exacted from her by her family [...]. (Nightingale, 1979, p. 37)

Algumas páginas após afirmar “Marriage is the only chance (and it is but a chance) offered to women for escape from this death; and how eagerly and how ignorantly it is embraced!” (Nightingale, 1979, p. 38), a autora desconstrói e questiona as motivações, os valores, os códigos, os rituais e as práticas subjacentes ao namoro e ao casamento (Nightingale, 1979, pp. 44-49), social, legislativa e patrimonialmente protegidos pelo patriarcalismo dominante. A própria sacralidade(zação) da lareira (*hearth*), sinodoquicamente representativa do “ninho doméstico”, do “lar, doce lar”⁽¹⁶⁾, do qual a mulher idealizada seria a “fada”, ou da casa, da qual seria a (subalternizada...) “dona”⁽¹⁷⁾ – ideias e estereótipos correntes até sensivelmente à década de 1960 –, é desmontada e desmi(s)tificada com uma ironia repassada de amargura:

Sacred it is indeed. Sacred from the touch of their sons almost as soon as they are out of childhood – from its dullness and its tyrannous trifling these recoil. Sacred from the grasp of their daughters' affections, upon which it has so light a hold that they seize the first opportunity of marriage, their only chance of

16 Houghton aponta “the conception of the home as a source of virtues and emotions which were nowhere else to be found, least of all in business and society” (Houghton, 1985, p. 343), acrescentando: “whether a sacred [...] or a secular temple, the home as a storehouse of moral and spiritual values was as much an answer to increasing commercialism as to declining religion” (Houghton, 1985, p. 348).

17 Stuart Mill di-lo-á de forma contundente: “Marriage is the only actual bondage known to our law. There remain no legal slaves, except the mistress of every house” (Mill, 2019, p. 79).

emancipation. The ‘sacred hearth’; sacred to their husband’s sleep, their sons’ absence in the body and their daughters’ in mind.

Oh! mothers, who talk about this hearth, how much do you know of your sons’ real life, how much of your daughters’ imaginary one? Awake, ye women, all ye that sleep, awake! If this domestic life were so very good, would your young men wander away from it, your maidens think of something else?

The time is come when women must do something more than the ‘domestic hearth,’ which means nursing the infants, keeping a pretty house, having a good dinner and an entertaining party. (Nightingale, 1979, p. 52)

Segundo Iolanda Freitas Ramos, “ao passo que nos anos 60 e 70 [do século XX] se procurava denunciar a submissão feminina a pressões patriarcais [...], as décadas de 80 e 90 assistiram ao desenvolvimento de estudos sobre construções sociais e culturais de autonomia das mulheres face ao domínio masculino” (Ramos, 2014, p. 277) Ao falecer em 1910, Florence Nightingale não pôde já testemunhar o envolvimento maciço das mulheres britânicas no mercado de trabalho ditado por uma volátil economia de guerra, incluindo o da produção fabril de munições e explosivos, nem muito menos a conquista feminina (que não concessão masculina!) do direito de voto, viabilizada a dois tempos pelos diplomas cívico-eleitorais (*Representation of the People Act*) de 1918⁽¹⁸⁾ e 1928. Contudo, independentemente de latitudes e longitudes – não apenas geográfico-espaciais, mas também culturais e mentais –, a consagração e a implementação, à escala global, de uma efectiva equidade de género(s) e igualdade de condição(ões), oportunidades, direitos e deveres continuam, cem anos volvidos, a ser sonhos, utopias ou profecias cassândricas por cumprir. Do mesmo modo, a constatação de que “the generality of the male sex cannot yet tolerate the idea of living with an equal” (Mill, 2019, p. 49) permanece actual, mais de século e meio sobre o seu registo.

Um estudo aprofundado da(s) representação(ões) e sublimação(ões) artística(s) dos ‘confinamentos’ e das solidões e clausuras das mulheres durante a longa era vitoriano-eduardina (que corresponde, afinal e na prática, ao período de vida adulta de Florence Nightingale) implicaria uma atenção particular à pintura (nomeadamente a produzida pelo movimento

18 “Only in 1918, after many years of militancy [...], did women win participation in national elections, as a reward for their contribution to the war effort; even then, the franchise was limited to those over thirty” (Altick, 1973, pp. 57-58).

pré-rafaelita, emergente em 1848) e, dentro desta, a espaços e objectos, físicos e simbólicos, como quartos, janelas, espelhos, gaiolas, cordas, correntes ou amarras e às próprias posturas corporais e gestuais das figurações femininas. Numa variação deste quadro, Richard Altick faz notar: “The woman of the well-off middle class lived, in effect, under one of those spacious glass domes which protected parlor bric-a-brac – stuffed birds, ornate shell, papier-mâché constructions, wax fruit and flowers – from dust” (Altick, 1973, p. 53) Tal investigação, pela sua riqueza e complexidade pluridisciplinares, não se compadece, porém, com os propósitos e limites deste ensaio, razão pela qual concluiremos simplesmente com uma reflexão de Geoffrey Chaucer (c. 1342-1400), em “The Manciple’s Tale”, que ainda hoje dará que pensar:

Take any bird and put it in a cage
And let your heart’s intention then engage
To foster it tenderly with food and drink,
With every dainty mess that thought can think,
And keep it clean as nearly as you may,
Caged in a cage of gold however gay,
That bird would rather twenty thousand fold
Be in a forest which is rough and cold,
Feeding on worms and other wretched trash.
It’s on the watch, and ready in a flash
To escape out of the cage and to be gone.
Freedom is what it sets its heart upon. (Chaucer, 1982, p. 497)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Altick, R. D. (1973). *Victorian people and ideas*. W. W. Norton and Co.
- Anderson, B. S. & Zinsser, J. P. (1990). *A history of their own: Women in Europe from prehistory to the present*. Penguin Books Ltd. (Harper and Row, Publishers, Inc., 1988).
- Chaucer, G. (1982). *The Canterbury tales*. (N. Coghill. Trans. modern English). Penguin Books, “Penguin Classics” (original work published 15th century)
- Gilbert, S. M. e Gubar, S. K. (2011). *The madwoman in the attic: The woman writer and the nineteenth century literary imagination*. Yale University Press (1979).

- Graves, R. (1988). *Greek myths*. Book Club Associates (Penguin Books, 1955, 2 vols.).
- Harvey, P. (Ed.). (1986). *The Oxford companion to classical literature*. Oxford University Press (1937).
- Houghton, W. E. (1985). *The victorian frame of mind, 1830-1870*. Yale University Press (1957).
- Mill, J. S. (2019). *The subjection of women*. Dover Thrift Editions (Longmans, Green and Co., 1869).
- Nightingale, F. (1979). *Cassandra: An essay by –*. The Feminist Press at the City University of New York.
- Ramos, I. F. (2014). *Matrizes culturais: Notas para um estudo da era vitoriana* [Cultural matrixes: Notes towards a study of the victorian age]. Edições Colibri.
- Showalter, E. (1987). *The female malady: Women, madness and english culture, 1830-1980*. Little and Brown Book Group.
- Strachey, L. (1986). Florence Nightingale. In L. Strachey, *Eminent victorians* (pp. 111-161). Penguin Books (Original work published 1918).

Data de submissão/ Submission date: 05/04/2021

Data de aprovação/ Approval date: 23/09/2021

Estado da Questão

Associação Feministas Em Movimento



ELISABETE BRASIL*

A violência contra as mulheres, doméstica e de gênero, domina os nossos quotidianos, marcando milhares de vidas, em particular de mulheres e crianças.

Falar de violência contra as mulheres é falar de violência de gênero, de quotidianos marcados pela discriminação, faces visíveis de desigualdades arraigadas, de subalternidades culturalmente acomodadas, de ciclos de transgeracionalidade violenta que teimosa e (in)conscientemente não se quebram; de violências que não ficam e nas quais as mulheres são alvo misógino.

Sabemo-la uma violência estrutural; porém, o conhecimento cientificamente balizado das suas causas tem permitido uma melhor adequação de estratégias de ação, políticas públicas, atuações mais articuladas, bem como a melhoria de respostas e legislação. Ou seja, potenciar menor revitimização, maior prevenção, com um objetivo a concretizar: eliminar a violência de gênero e contra as mulheres, alcançar a igualdade de gênero.

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/iivv-sj09>

*
Doutoranda em Estudos de Gênero. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Sócia fundadora e dirigente da associação Feministas Em Movimento.
elisabete.brasil@fem.org.pt

Ora, foi no pensar possível e na imperiosa necessidade de agir, de dar um contributo para a operacionalização da igualdade de género que a FEM – Feministas Em Movimento – Associação surgiu, ensaiada por um conjunto de doutorandas do primeiro Curso de Doutoramento em Estudos de Género em Portugal, muitas delas também ativistas, a cujas vontades se aliaram outras tantas mulheres com percursos, lutas, academias e ativismos diversos ou mesmo comuns. O objetivo foi o de cruzar academia e ativismos, articulando investigação-ação, intervenção que pudesse acrescer, um pouco mais, à luta que há muito se trava rumo à igualdade.

O ano de 2019 marcou, assim, o surgimento da FEM – Feministas Em Movimento, uma associação de motivações e pertenças plúrimas, diversas e interseccionadas, na qual as suas sócias fundadoras, ativistas e/ou académicas, pugnam por Direitos Humanos. Comprometem-se a equacionar e aportar diferença ou soma na luta contra as desigualdades, as discriminações de género e a violência contra as mulheres, bem como em participar no longo caminho ainda a percorrer pelos feminismos, pelas questões de género – feminismos que se posicionam como atuantes, em movimento, participantes, reivindicando soluções concretas para problemas sociais complexos vivenciados pelas mulheres (e, desta forma, por toda a sociedade) e pretendendo estar e fazer parte do ora e em diante, em igualdade; feminismos que não negam as subjetividades, que buscam na ação e pensamento crítico e científico o sedimento da mudança ainda a operar em matéria de género, de direitos das mulheres, de igualdade materializada, alicerçando-se na igualdade entre mulheres e homens, na igualdade de género, na não violência e não discriminação, seja qual for a sua forma ou manifestação, e de forma interseccional, buscando um mundo melhor⁽¹⁾.

Na diversidade humana em que a FEM surgiu, uma das suas mais-valias residiu exatamente nesse entrecruzar de pensamento e ação, de origens, experiências, quotidianos, sentires e percursos pessoais e coletivos, de vivências e subjetividades múltiplas e pensamento crítico, para cujo aprofundamento entendem poder contribuir, afirmando-se como Feministas Em Movimento.

De então para cá, alguns fios teceram ação, sendo um deles uma resposta no apoio a pessoas vítimas de violência doméstica e de género, mais

1 Adaptado dos Estatutos da FEM – Feministas Em Movimento, Associação.

concretamente, uma estrutura de atendimento integrada na Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica sob gestão técnica da FEM, com a identidade nominal *Lisboa + Igualdade: atendimento e prevenção da violência doméstica e de género*⁽²⁾.

Surgida em 2020 como resposta municipal, face ao recrudescimento esperado e constatado da violência contra as mulheres no espaço das intimidades durante o isolamento e estado de emergência decretado na decorrência da pandemia sanitária por SARS CoV-2, a *Lisboa + Igualdade* pretendeu ser um espaço de apoio e alternativa, uma valência que, conjugando esforços entre o município de Lisboa, a Universidade Nova de Lisboa e a FEM, respondesse a necessidades diagnosticadas em sede de reforço no atendimento e apoio direto a situações de violência doméstica e, concomitantemente, aprofundasse conhecimento científico sobre o impacto da covid-19 na violência nas relações de intimidade.

Não se pretendeu atender a novos problemas sociais, uma vez que se tratava de velhos problemas, ainda que envoltos em novas e diferentes roupagens, e que, como tudo indicava, aumentavam o risco e perigo para quem os vivenciava. Assim, num momento em que, na área da violência doméstica e de género, se acentuaram fragilidades, a *Lisboa + Igualdade* abriu portas, oferecendo atendimento presencial e apoio em situações de emergência decorrentes de violência doméstica. Por outro lado, era imperioso conhecer cientificamente os possíveis impactos que o confinamento social estava a ter na violência doméstica.

De facto, no contexto europeu e mundial, várias organizações não governamentais e estruturas oficiais com responsabilidade nesta matéria chamavam a atenção para o risco e mesmo a confirmação do aumento da violência doméstica contra as mulheres, assim como para a necessidade de se implementarem, complementarem e adequarem estratégias de informação, proteção e apoio às vítimas e sobreviventes de violência doméstica, uma exigência em Direitos Humanos.

Quanto a Portugal, à data em que a Estrutura de Atendimento *Lisboa + Igualdade* começou a operar, os estudos científicos nacionais sobre o

2 Contactos: lisboamaisigualdade@fem.org.pt 800 98 245 / 218 170 671 / 910 646 040.

impacto da pandemia nas relações de intimidade e sobre a violência que nestas ocorria em tempo de confinamento e isolamento social profilático eram inexistentes. Não obstante, fatores situacionais e contextuais, acrescidos ao conhecimento empírico e científico anterior sobre as dinâmicas das relações abusivas e prevalência da violência de género particularmente contra as mulheres, conduziam à tese de que o confinamento habitacional e o isolamento social poderiam influir nas relações entre as pessoas, potenciando o desencadear e/ou aumento da violência. Assim sendo, questionava-se se, nos casos de existência prévia de violência doméstica, a coabitação constante e permanente entre vítimas e agressores havia facilitado as estratégias de poder e controlo por parte destes, ou mesmo contribuído para o exponenciar da severidade dos atos violentos. Questionava-se também se esse confinamento e o estar permanente haviam contribuído para o desencadear de violências em relações que até então não eram por ela pautadas.

As hipóteses e interrogações conduziram à necessidade de aprofundar o conhecimento validado e de adequar soluções para problemas sociais identificados, tendo em conta o contexto específico vivenciado, nomeadamente por via da concretização de uma resposta social de investigação/ação financiada pela Câmara Municipal de Lisboa, a *Lisboa + Igualdade*. Era, pois, tempo de agir, garantindo atendimento telefónico e presencial personalizado a vítimas de violência doméstica, aumentando a resposta direta e presencial, prestando apoio nas saídas em situação de emergência, e ainda aliando conhecimento científico⁽³⁾ que confirmasse ou infirmasse dados administrativos existentes a nível internacional que descreviam um aumento das situações de violência doméstica contra as mulheres durante o período pandémico, informação que o conhecimento empírico das ONG portuguesas denunciava.

Dos fios a que acima aludimos e com os quais a FEM urdiu a sua ação, evidenciamos:

- o inquérito sobre as *Consequências da Crise Pandémica na Vida das Mulheres Professoras* (FEM, 2020), estudo que pretendeu contribuir para a identificação das consequências da covid-19 na vida das mulheres professoras (a trabalhar em Portugal) e, ao mesmo tempo, sensibilizar as

3 Para mais informações, consultar <http://onvg.fcsh.unl.pt/projectos-do-onvg-fcsh-unl/>

autoridades competentes e a sociedade em geral para as necessidades específicas destas mulheres, com vista à mitigação de aspetos negativos decorrentes das desigualdades de género;

- a participação na elaboração do *Guia de Requisitos Mínimos para Programas e Projetos de Prevenção Primária da Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica* (CIG, 2020);
- o projeto *Feminismos antes do 25 de Abril de 1974*, desenvolvido e financiado no âmbito da subvenção pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género às ONG de Mulheres. Neste projeto a FEM definiu como objetivos: afirmar a memória histórica da luta pelos direitos das mulheres; alargar o conhecimento sobre feministas e feminismos, em particular, antes do 25 de Abril; potenciar a conscientização em matérias de direitos de mulheres e igualdade; e homenagear feministas que nos antecederam na luta pelos direitos das mulheres (FEM 2021).
- a parceria no projeto de investigação *IM Lab (Intersectionality Media Lab) – The Joacine Katar Moreira Case Study*, do Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias;
- a participação e dinamização em/de debates, seminários, conferências (2019, 2020, 2021).

Na cronografia da FEM, ainda que recente, sai realçada a importância da integração em parcerias, redes e trabalho em articulação e cooperação, designadamente:

- Secção das ONG do Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (Observadora);
- Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica;
- Redes Sociais de Lisboa e Almada;
- Grupo de Coordenação do II Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres, Doméstica e de Género da cidade de Lisboa;
- Rede Especializada para a Intervenção em Situações de Violência Doméstica e de Género de Lisboa;
- Conselho Municipal para a Igualdade do município de Lisboa;
- Rede de Apoio a Pessoas Idosas Vítimas de Violência Doméstica e Maus Tratos – RADAR, concelho de Almada;

- e ainda a coorganização da Marcha do 25 de novembro em Lisboa, dia internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, e a participação nos “16 dias de ativismo feminista” (2019, 2020, 2021).

É um curto tempo, marcado por um contexto pandémico que acarreta vulnerabilidades a diversos níveis. Na área da igualdade, a realidade mostra que hoje a crise económica e social decorrente da crise pandémica tem implicações duríssimas nas vidas das mulheres, acentuando desigualdades. Não seremos, pois, demasiadas/os, para a transformação, ainda a elaborar, prosseguindo até que o amanhã se faça sem discriminações, desigualdades e violências.

A FEM agradece a todas as que a idealizaram e quantas/os diariamente a tornam possível, associadas/os, dirigentes, amigas/os da FEM, a todas/os quantas/os diariamente nela confiam e a apoiam na concretização de mais igualdade. Bem hajam.

REFERÊNCIAS

- Barbosa, J., Lima, R., Martins, G., Lanna, S., & Andrade, M.A. (s.d.). *Interseccionalidade e outros olhares sobre a violência contra as mulheres em tempos de pandemia pela COVID-19*. file:///C:/Users/elisa/Downloads/jeaninepacheco,+Interseccionalidade_violenciaContraMulher_Covid_preprint+Scielo_completo.pdf
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2020). *Guia de Requisitos Mínimos para Programas e Projetos de Prevenção Primária da Violência Contra as Mulheres e Violência Doméstica*. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/07/172-20_GUIA_REQUISITOS_MINIMOS.pdf
- FEM – Feministas Em Movimento (2020). *Consequências da Crise Pandémica na Vida das Mulheres Professoras*. <https://fem.org.pt/2020/09/20/relatorio-fem-estudo-sobre-as-consequencias-da-crise-pandemica-na-vida-das-mulheres-professoras-em-portugal/>
- Fundo da População das Nações Unidas [UNFPA] (2020). *COVID-19: um olhar para o gênero*. <https://www.unfpa.org/resources/covid-19-gender-lens>
- Lisboa, M., Barroso, Z., Patrício, J., & Leandro, A. (2009). *Violência e gênero – Inquérito nacional sobre a violência exercida contra mulheres e homens*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

- United Nations (2020). *Policy Brief: The Impact of COVID-19 on Women*. <https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2020/Policy-brief-The-impact-of-COVID-19-on-women-en.pdf>
- World Economic Forum (2021). *Global Gender Gap Report 2021*. https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf

Aceite para publicação / Accepted for publication: 12/11/2021

Diálogos

Computação é Coisa de Menina, Sim!

ALETEIA ARAUJO* | MARISTELA HOLANDA**

Há mais de 200 anos nasceu Augusta Ada Byron – conhecida como Ada Lovelace, a primeira programadora de computadores da história. Mais do que ser a primeira mulher a programar, ela foi a primeira pessoa a desenvolver tal feito. Assim, se hoje conseguimos executar as mais diversas tarefas a partir de um computador, foi graças a essa extraordinária mulher que no passado não se limitou a atuar nas atividades cotidianas da época. Ela foi muito além do seu tempo, e por isso é hoje conhecida como “a mãe da computação”.

Contudo, infelizmente, as mulheres têm uma baixa representatividade na área de computação, e muitas ações para reverter esse cenário são necessárias. Neste contexto, o projeto Meninas.comp, desde 2010, tem sido

DOI: <https://doi.org/10.34619/9qzx-bspa>

* Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Exatas, Departamento de Ciência da Computação
70910-900 – Brasília, Brasil
aleteia@unb.br
ORCID 0000-0003-4645-6700

** Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Exatas, Departamento de Ciência da Computação
70910-900 – Brasília, Brasil
mholanda@unb.br
ORCID 0000-0002-0883-2579

resistente na luta de reprogramar a sociedade, mostrando que não existe um estereótipo para trabalhar com computação e afirmando que computação é coisa de menina, sim!

No passado, conforme pode ser comprovado por fotos, filmes e fatos históricos, a computação era vista como uma área de mulheres. O que aconteceu? Por que as mulheres deixaram de se interessar por essa área?

Aleteia: No passado, antes de nomes como Alan Turing, Steve Jobs e Bill Gates, a computação era uma área ocupada por mulheres, sendo elas as responsáveis pela criação de muitos feitos na computação. Para exemplificar esse fato, cito os primeiros algoritmos processados por máquina (Ada Lovelace), o primeiro computador digital (Betty Snyder, Marlyn Wescoff, Fran Bilas, Kay McNulty, Ruth Lichterman e Adele Goldstine), a popularização do termo “bug” para indicar problemas em software e a co-criação da linguagem COBOL (Grace Hopper), e a criação do protocolo STP, Spanning Tree Protocol, (Radia Perlman). Além dessas pioneiras, não posso esquecer de citar as “Mulheres do ENIAC” – Kathleen McNulty, Mauchly Antonelli, Jean Jennings Bartik, Frances Snyder Holber, Marlyn Wescoff Meltzer, Frances Bilas Spence e Ruth Lichterman Teitelbaum, que foram as selecionadas para a difícil missão de programar o primeiro computador totalmente eletrônico e digital, conhecido como ENIAC. Nessa época, como não havia linguagem de programação, software e sistema operacional, elas tiveram que descobrir como interagir com o computador para realizar as equações matemáticas necessárias. Tudo era feito de forma manual por meio de mais de três mil interruptores e botões que comandavam o hardware, que pesava mais de 80 toneladas e tinha quilômetros de fios. E essas meninas conseguiram mais do que o pedido inicial, pois, além de colocarem a máquina para funcionar, elas foram responsáveis por muitos protocolos utilizados até hoje, pelo sistema informatizado para a realização do censo americano, pela invenção do teclado numérico, entre diversas outras descobertas. Esses fatos foram descritos para citar apenas algumas mulheres da história da computação, mas sem qualquer pretensão de esgotar a lista que cresce diariamente.

Assim, entre as décadas de 70 e 80, quando o computador era uma grande máquina voltada exclusivamente para realizar cálculos e processamento de dados, essas atividades eram associadas à função de secretária — eis

aí um motivo para não despertar o interesse masculino. Todavia, a partir de 1980, quando os computadores invadem as casas, com a criação dos Personal Computers (PC), os meninos começam a ser privilegiados com os jogos, os computadores e os brinquedos eletrônicos. Desde então, inicia-se um apagão na história construída pelas mulheres na computação e ocorre uma grande inversão nos gêneros na área de tecnologia em todo o mundo. Nesse momento, cria-se um estereótipo de que o profissional de TI (Tecnologia da Informação) é um homem *nerd* que programa desde os cinco anos, gênio que fundará uma grande empresa aos 16 anos.

Conforme publicado em Cvencek *et al.* (2017), a sociedade tem fecundado pensamentos que fazem com que as meninas criem ideias falaciosas sobre si mesmas em relação às suas capacidades. Isso cria um ambiente hostil para as mulheres dentro da área, resultando no apagamento de as meninas considerarem a carreira de TI dentre as suas opções profissionais.

Maristela: Muitas mulheres tiveram um papel fundamental no início da computação. Spertus e Gürer (2003) destacam o papel das mulheres desde meados do século XIX, como a Condessa de Lovelace e várias outras mulheres que definiram os conceitos de programação de computadores utilizados até os dias atuais. No mesmo estudo os autores destacam o papel de Ethel Marden, que escreveu o primeiro programa em um SEAC (Standards Electronic Automatic Computer), em 1950, no National Bureau of Standards (atual NIST – National Institute of Standards and Technology), e de Ida Rhodes, que escreveu programas na UNIVAC, o qual foi usado na Administração de Segurança Social dos Estados Unidos. Complementando a informação da presença feminina em computação, segundo o artigo de William Vogel (2017), na indústria de computadores americana entre os anos de 1960 até o início dos anos 1980, a percentagem da força de trabalho feminina em computação quase triplicou.

Todavia, no início dos anos 1990, esse cenário infelizmente mudou: as mulheres passaram a ser pouco representadas na computação, o que é realidade até hoje em vários países e no Brasil. Os fatores que levaram a essa diminuição de mulheres envolvem, segundo Gürer e Camp (2002), desde a imagem da computação como uma área apenas para meninos *nerd* até à própria família que diferencia o ensino para os filhos com “coisas de meninos” e “coisas de meninas”; também a mídia tem uma forte influência

nas impressões das meninas sobre a ciência da computação, como a ideia de que apenas os meninos devem ter acesso aos computadores. Teague (2002) defende em seu artigo que esses estereótipos de carreira e percepções errôneas sobre a natureza da computação são razões substantivas para a sub-representação das mulheres nas carreiras profissionais de computação. Por fim, até no ambiente escolar, como apresentado em Klawe e Leveson (1995), professores desencorajam, às vezes, as alunas a seguirem áreas de exatas (neste estudo foi analisado o comportamento dos professores nas escolas, nos primeiros anos de ensino).

Diria que o ensino de programação desde os primeiros anos nas escolas pode diminuir essa falta de diversidade de gênero na computação?

Aleteia: Acredito que todos somos responsáveis pelo arquétipo criado de que a mulher é vulnerável, cuidadora e tem mais facilidade com a área de humanas do que com a de exatas. Não podemos aceitar que a sociedade diga que as meninas nascem naturalmente propensas a brincar de casinha e boneca, e o menino a gostar de carrinho, robôs e jogo eletrônico. Não é aceitável, nos dias atuais, que o computador fique, prioritariamente, no quarto dos meninos e que as atividades domésticas se voltem exclusivamente para as meninas, com a alegação de que isso ou aquilo é tarefa de um ou do outro. Isso não tem comprovação científica, é fruto de uma construção social, a qual advém de valores patriarcais que precisam ser derrubados.

A empresa de tecnologia Microsoft (Microsoft, 2017) fez uma pesquisa com mais de onze mil meninas e constatou que os três principais motivos para as mulheres não optarem pela área de tecnologia são: ausência de modelos femininos na área, falta de confiança na equidade entre homens e mulheres para exatas e ausência de contato com cálculo e programação antes da faculdade. Esses pontos estão fortemente relacionados a imagem passada de que a área de TI não é coisa de menina. E nesse caso, os homens profissionais, a maioria na área, acabam criando um ambiente hostil para as poucas mulheres que atuam na TI. É o que a pesquisadora Simone Strumpf, da Universidade de Londres, chama de cultura *brogrammer*, um neologismo entre “brother” e “programmer”, que oscila entre confraria masculina e clube do Bolinha.

Todavia, o patriarcado não vai cair sozinho, nós temos que derrubá-lo. Nesse contexto, a escola, que é uma esfera social por onde transitam

conceitos, valores e crenças, deve ser um ponto de transformação. Construir a igualdade de gênero na escola, desde os primeiros anos escolares, é evitar que processos de discriminação ocorram e que a cultura *brogrammer* se propague. Assim, acredito que ensinar programação nas escolas, independente de gênero, é criar uma cultura de que não existe estereótipo para a atuação na área de TI. É ter a possibilidade de mostrar para elas que computação também é coisa de menina e dizer para os meninos que eles devem desconstruir o preconceito que existe sobre a atuação feminina na área de tecnologia. Por sermos conscientes de que a escola contribui significativamente para a manutenção dos valores e padrões estabelecidos na sociedade, sabemos que o caminho para construirmos uma sociedade mais igualitária é trabalhando diretamente nesses espaços. Ao criarmos um ambiente natural, menos hostil, para a atuação da mulher na área de TI, acreditamos que essa opção profissional voltará a habitar o leque de possibilidades das meninas e, assim, voltaremos a ter um equilíbrio de diversidade na área de computação.

Maristela: Colaborando com o que já foi respondido, eu acredito que inserir o ensino de computação desde os primeiros anos pode contribuir para a inclusão de mais mulheres na área. Em pesquisas realizadas no Distrito Federal, capital do Brasil, o interesse das meninas pela computação diminui com o passar do tempo na escola, e essa queda de interesse é maior no último ano do ensino médio (Holanda *et al.* 2019; Holanda *et al.* 2020). O Meninas. comp tem feito ações com alunas desde o ensino fundamental para tentar diminuir essa queda de interesse. No Brasil, o Meninas Digitais, da Sociedade Brasileira de Computação, tem projeto com várias ações específicas para meninas nos primeiros anos escolares, o que envolve a divulgação da área da computação, atividades desplugadas, desenvolvimento de jogos, em diferentes estados no Brasil (Bim *et al.*, 2019).

Porém, a forma de ensino deve ser realizada de maneira que a menina se sinta incluída nessa área; não deve ser apenas o ensino da computação pela computação, mas sim valorizar o papel feminino na área. Apenas adicionar mais uma disciplina e manter toda a questão cultural descrita pela pesquisadora Aleteia Araujo vai diminuir o interesse das meninas pela área de computação. Desta forma, devem existir ações específicas para valorização de gênero nas escolas do ensino fundamental até o último ano do ensino médio, para que aconteça essa equidade de gênero na computação.

O Meninas.comp completou 10 anos trabalhando com o tema de inclusão de meninas em cursos de graduação de Computação. Quais foram os principais desafios? O que motiva vocês a continuarem com o projeto?

Aleteia: O Meninas.comp – Computação Também é Coisa de Menina é um projeto de extensão da Universidade de Brasília – UnB, fundado em 2010, por professoras do Departamento de Ciência da Computação, incluindo a minha parceira neste artigo, Prof.^a Maristela Holanda. O objetivo inicial era divulgar a área de Computação para as meninas dos últimos anos escolares, e assim incentivá-las a atuarem na área. Contudo, após quatro anos de projeto, notámos que essas meninas já estavam moldadas pelos equivocados estereótipos definidos pela sociedade e, assim, muitas não se permitiam experimentar outras áreas, pois já as definiam como sendo do gênero masculino. Nesse momento, entendemos que deveríamos falar sobre a área de computação mais cedo; ou seja, era necessário iniciar nos anos escolares anteriores, quando as meninas ainda não estavam impregnadas com os arquétipos profissionais.

Contudo, nesses 11 anos, sem dúvida, o nosso maior desafio sempre foi lutar contra o histórico social e cultural que impede as mulheres, desde crianças, de acreditarem que elas podem atuar na área de tecnologia. Assim, o projeto Meninas.comp, para superar esse desafio, tem atuado nas escolas, de maneira lúdica, para mostrar a atuação de uma profissional na área de TI. O foco é trabalhar o empoderamento dessas meninas para que elas possam se fortalecer diante dos obstáculos impostos pela sociedade que dificultam a atuação na área. A atuação do projeto Meninas.comp, atualmente em 20 escolas, está em total sintonia com os Princípios de Empoderamento das Mulheres, desenvolvidos pela ONU Mulheres, e o Pacto Global (ONU Mulheres, 2021), que têm por objetivo a implementação de práticas e ações que resultem na igualdade de gênero, principalmente, no ambiente de trabalho.

Embora os desafios sejam grandes, a minha motivação é perceber a necessidade de reprogramar a tecnologia. A área precisa receber novos olhares e percepções, que evitem distorções que são injetadas quando os produtos e processos são desenvolvidos com a visão de uma equipe homogênea. Infelizmente, existem diversos exemplos reais que materializam isso; por exemplo, o desenvolvimento do aplicativo de saúde da Apple (chamado

Health), que na sua primeira versão não contemplava o ciclo menstrual. As mulheres precisam assumir o papel de protagonistas no desenvolvimento da tecnologia que consomem. Isso porque não basta dizer que o produto oferecido é ideal para uma mulher; é preciso comprovar sua utilidade e capacidade de satisfazer necessidades específicas. Assim, para que esse histórico de desenvolver produtos que não levem em conta as especificidades femininas torne-se coisa do passado, é preciso ter mais mulheres atuando na área. Além disso, há pesquisas que indicam que as empresas que apresentam equipes mais diversas em gênero têm maior produtividade e lucro. Nessa linha, Araujo *et al.* (2021) indicam sete motivos pelos quais as instituições devem investir em equipes profissionais com maior diversidade de gênero, os chamados 7P – Produtividade, Pioneirismo, Pertencimento, Parceria, Praticidade, Pluralidade e Persistência.

O projeto Meninas.comp acredita que somente com atuação direta nas escolas será possível desconstruir naturalizações do que é entendido hoje como sendo “coisa de menino” ou “coisa de menina”, e deixar cada vez mais natural a possibilidade de carreira na área de TI para as mulheres. O projeto Meninas.comp atua com as meninas do presente para que elas sejam as mulheres profissionais de TI do futuro. E são essas mulheres que vão revolucionar a sociedade, mostrando que tecnologia nunca foi somente coisa de menino, e que computação também é coisa de menina, sim. É necessário colocar em prática esses princípios para gerar a equidade de gênero no universo da computação. Assim, os desafios enfrentados pelas mulheres, todos os dias, irão diminuir gradativamente.

Maristela: O projeto Meninas.comp foi criado em 2010, por professoras do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília – eu sou uma dessas co-fundadoras –, com o objetivo de divulgar a área de computação para as alunas nas escolas da nossa região, desmistificando e apresentando a importância dessa profissão para a sociedade. Nosso lema é “Computação também é coisa de menina!”. O projeto hoje está presente em 20 escolas públicas da região do Distrito Federal, com uma integração entre os professores e estudantes das escolas e da Universidade de Brasília. Além dos aspectos apresentados pela pesquisadora Aleteia Araujo, destaco outros desafios que encontramos ao longo desses anos: a falta de infraestrutura em algumas escolas, onde não há laboratório de computadores para que as

alunas façam as atividades previstas; a falta de recursos para trazermos as alunas das escolas para conhecer a universidade, por não ser uma política pública de estado ainda; o fato de as professoras trabalharem de maneira voluntária no projeto, porém mantendo todas as atividades acadêmicas na UnB, o que dificulta o acompanhamento mais próximo das escolas de educação básica. Em relação ao que me motiva a continuar no projeto Meninas. comp 11 anos depois, eu considero dois pontos principais: 1) permitir que as meninas façam as suas escolhas profissionais de forma consciente, conhecendo a área de computação; e, 2) o mais importante, acreditar que só teremos uma sociedade melhor quando homens e mulheres trabalharem juntos para encontrar soluções para os grandes problemas que temos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Araujo, A., Capelli, C., Nakamura, F., Frigo, L.B., Salgado, L., Moro, M.M., Braga, R., & Viegas, R. (2021). 7 motivos para você promover a diversidade de gênero na TI [7 reasons you can promote gender diversity in IT]. *Computação Brasil*, 44, 41-45.
- Bim, S.A., Freitas, R., Maciel, C., Lobo, M.M., Pessoa, L.S., Pires, F.G.S., Rangel, J., Bernardo, J.R.S., & Pereira, K.S.S. (2019). A vida de Ada Lovelace em um circuito de atividades desplugadas [Ada Lovelace's life on a circuit of unplugged activities]. *XIII Women in Information Technology*, 189-193. <https://doi.org/10.5753/wit.2019.6735>
- Cvencek, D., Meltzoff, A.N., & Greenwald, A. G. (2011). Math-gender stereotypes in elementary school children. *Child Development*, 82(3), 766-779.
- Gürer, D., & Camp, T. (2002). An ACM-W literature review on women in computing. *ACM SIGCSE Bulletin*, 34(2), 121-127. <https://doi.org/10.1145/543812.543844>
- Holanda, M., Mourao, R., Ramos, G., Araujo, A., Walter, M. E., Borges, V., & von Borries, G. (2019). The brazilian school girls' perspectives on a computer science major. association rules. *CLEI Electronic Journal*, 22(2), 1-12. <https://doi.org/10.19153/cleiej.22.2.2>
- Holanda, M., Mourao, R.N., von Borries, G., Ramos, G.N., Araujo, A., & Walter, M. E. (2020). What do female students in middle and high schools think about computer science majors in Brasília, Brazil?: A Survey in 2011 and 2019. *2020 IEEE Frontiers in Education Conference (FIE)*, 1-7. <https://doi.org/10.1109/FIE44824.2020.9274257>
- Klawe, M., & Leveson, N. (1995). Women in computing: Where are we now?. *Communications of the ACM*, 38(1), 29-35. <https://doi.org/10.1145/204865.204874>

- Microsoft (2017). Why don't european girls like science or technology?. <https://news.microsoft.com/europe/features/dont-european-girls-like-science-technology/>
- Spertus, E., & Gürer, D. (2003). Women and computing. In *Encyclopedia of Computer Science* (pp. 1857-1860).
- ONU Mulheres (2021). Princípios de empoderamento das mulheres. [Women's empowerment principles]. <http://www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-empoderamento-das-mulheres/>
- Teague, J. (2002). Women in computing: What brings them to it, what keeps them in it?. *ACM SIGCSE Bulletin*, 34(2), 147-158. <https://doi.org/10.1145/543812.543849>
- Vogel, W.F. (2017). The spitting image of a woman programmer: Changing portrayals of women in the american computing industry (1958-1985). *IEEE Annals of the History of Computing*, 39(2), pp. 49-64. <https://doi.org/10.1109/MAHC.2017.14>

Aceite para publicação/Accepted for publication: 08/11/2021

Entrevistas

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/vqed-hole>

* Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher, 1069-061 Lisboa, Portugal
zassis@fcsh.unl.pt



Luisa Ribeiro Lopes

ZAMIRA DE ASSIS*

Ela acredita que inclusão digital é também inclusão social. Uma mulher determinada que, como a sua maior referência pessoal, a avó paterna, defende que nunca devemos deixar que alguém nos diga o que é que devemos fazer se estivermos muito focadas em determinado objetivo; afinal, uma mulher pode fazer o que quiser, desde que o faça de forma competente.

Na edição de *Faces de Eva* cuja estampa homenageia a escritora e matemática Ada Lovelace, reconhecida por ter escrito o primeiro algoritmo para ser processado pela máquina analítica de Charles Babbage, conversei com Luisa Ribeiro Lopes, Presidente do Conselho Diretivo do .PT,

entidade responsável pela gestão do domínio de topo nacional de Portugal, e Coordenadora-Geral do INCoDe.2030, uma iniciativa governamental para desenvolver as competências digitais no país.

Luisa Ribeiro Lopes licenciou-se em Direito e desde cedo o seu percurso profissional a levou a ter muito contacto com o mundo digital quando este ainda estava no seu início, o que lhe permitiu aliar a formação jurídica às questões do digital. E foi a sua formação jurídica que a levou para o .PT, justamente quando as regras digitais deixam de ser predominantemente técnicas.

O momento desta entrevista é marcado pelo gradual levantamento das restrições provocadas pela pandemia do coronavírus, dentre as quais a exigência de distanciamento físico; no entanto, optámos por realizá-la via teleconferência, não por acaso a ferramenta de tecnologia comunicacional que alterou significativamente a forma como interagimos uns com os outros, ao mesmo tempo que impôs novos desafios para a associação presidida pela entrevistada.

Que memórias mais marcantes guarda da sua trajetória profissional, e como descreve a sua experiência à frente do .PT e do INCoDe.2030?

Tive um percurso profissional muito diverso, coisas que me marcaram bastante e que me levaram a optar por essa área do digital. Em 1997 estava eu a trabalhar na empresa de eletricidade dos Açores, e desenvolvemos um projeto de escritório eletrónico, que juntou a área das TIC com a área do Direito; e eu fui a pessoa que fez a parte da regulamentação e a parte normativa. Foi muito marcante e foi dos projetos mais interessantes que me fizeram depois caminhar nesse sentido. Também ainda antes do ano 2000, em 1998, tive o prazer de trabalhar com o Governo Regional dos Açores e fizemos um projeto que era Açores Região Digital, que fez uma diferença muito grande no que é hoje a Região Autónoma dos Açores e o que era antes disso. Esses foram os dois projetos que mais me marcaram.

Depois, obviamente o mais marcante terá sido a constituição da entidade que gere os domínios de Portugal na internet, o .PT. Ter estado na criação e hoje ser presidente do .PT é para mim a maior concretização em termos profissionais. E há uma passagem que me marcou bastante, que foi a atribuição pelo .PT do primeiro prémio à “Jovem Aluna .pt”. Todos os anos atribuímos um prémio à rapariga que desenvolver a melhor app no âmbito

do projeto “apps for good”. E a primeira de todas foi uma emoção, ainda hoje acompanho a aluna, ela já é finalista do Instituto Superior Técnico e provavelmente escolheu as áreas TIC por causa disso. Esse foi um momento muito marcante em termos profissionais.

Quando constituímos o .PT, a associação que hoje gere o domínio de topo, havia cerca de 400 000 domínios .pt e hoje há mais de 1 500 000, o que significa que mais do que triplicámos o valor. Nos últimos anos temos estado no top3 dos domínios europeus que mais crescem, somos uma referência hoje em Portugal; por isso acho que os números e o reconhecimento falam por si. Em termos do INCoDe.2030, fazer com que as competências das cidadãs e dos cidadãos de Portugal fiquem ao nível dos maiores países da Europa é um desafio enorme.

O que realmente significa falar em “transição digital” e “inclusão digital”?

Esse é o nome da Secretaria de Estado que nós temos, a Secretaria de Estado para a Transição Digital, que foi criada no âmbito deste governo, mas gostamos mais de falar em transformação digital do que propriamente em transição digital. Fazer uma transformação digital é tornarmos todas e todos, profissões que sejam digitais e profissões não digitais, mais digitais, para conseguirmos ter uma capacidade e uma resiliência que a sociedade ainda não tem, mas que estaremos perto de atingir se formos mais digitais. Aliás, no âmbito da pandemia, um estudo publicado em 2020 pelas Nações Unidas dizia que as sociedades mais digitais foram aquelas que tiveram maior capacidade de resistência aos efeitos nefastos da pandemia na economia, porque as pessoas tinham maior possibilidade de continuar a produzir e a trabalhar porque tinham competências digitais; e isso em várias áreas, como a educação, a formação, a inclusão, a requalificação, as empresas e a administração pública. Ao fazermos essa transformação digital, essa transição digital, estamos a potenciar o crescimento económico – é isso basicamente o que significa transição digital.

Inclusão digital significa trazer para dentro do digital aqueles que estão excluídos.

Efetivamente em Portugal temos ainda um problema grave de capital humano com poucas competências digitais; esse é um problema que temos de enfrentar, por isso existe o INCoDe.2030. O eixo ‘um’ da transição digital

do programa do governo é dedicado às pessoas, porque nós estamos, em termos de capital humano, mal posicionados se comparados com outros países desenvolvidos. Temos um número ainda muito elevado de excluídos digitais e precisamos acelerar essa capacitação. E neste momento, em uma sociedade tão digital, os excluídos digitais são também excluídos sociais, pois começam a ter graves problemas de exclusão social, em termos de emprego, e mesmo em termos de socialização, o que é gerador de pobreza. E quando existe pobreza existe menor educação, menor inclusão e graves problemas sociais; portanto, temos de incluir rapidamente aqueles que são excluídos do digital.

Qual o ponto da situação de Portugal no que se refere a competências digitais, comparativamente a outros países da UE?

Existe um índice chamado DESI (Digital Economy and Society Index, 2016-2021) que apura indicadores sobre o desempenho digital da Europa e acompanha o progresso dos países da UE com base em cinco dimensões da digitalização da sociedade e da economia: conectividade, capital humano, utilização de serviços de internet, integração das tecnologias digitais e serviços públicos digitais. Em termos de conectividade e utilização da internet – o número de acessos –, Portugal está muito bem posicionado. Também quanto aos serviços públicos digitais, Portugal está até muito acima da média da União Europeia. Temos serviços públicos digitais muito bons, e a própria economia e as empresas também não estão mal a esse nível.

Mas depois existe uma dimensão que se chama capital humano, e aí estamos com números preocupantes, que têm de ser rapidamente alterados. Em pouco tempo saberemos os números relativamente ao último ano, e provavelmente já teremos valores mais convergentes, mas ainda assim há um trabalho muito grande a fazer. Cerca de 18% da nossa população nunca tinham utilizado a internet, o que é preocupante, e mesmo entre aqueles que a utilizam, só 40% têm uma utilização mais sofisticada; o resto são competências muito básicas. Deste número de excluídos digitais mais de 60% são mulheres; elas utilizam menos a internet porque o fazem quando não têm de trabalhar, e como têm menos tempo livre do que os homens – é a sociedade do cuidado – não fazem a mesma utilização que eles. A pandemia agudizou ainda mais esta situação, portanto, a capacitação digital tem de voltar os olhos para as questões de género.

De que forma o INCoDe.2030 e o .PT contribuíram para a gestão da pandemia da covid-19, e quais são os próximos desafios nessa dimensão?

Relativamente ao .PT, tivemos um processo muito interessante, um crescimento exponencial do registo de domínios porque os pequenos negócios que não tinham domínio na internet ficaram de repente sem acesso físico aos seus clientes e digitalizaram-se. Damos apoio a muitas organizações sem fins lucrativos, a muitos projetos governamentais que estavam focados precisamente em garantir que as pessoas tinham informação suficiente. Logo no início da pandemia, fomos chamados a dar apoio a imensos projetos de organizações não governamentais, como o Banco Alimentar e a Associação Entrajuda.

Relativamente ao INCoDe.2030, nós temos o projeto Escola Digital, em que é necessário que todos os alunos tenham computadores para poderem aceder às aulas digitais, e doámos imensos equipamentos aos alunos que não os tinham. O que nós queremos fazer, e vamos fazer, é dotar as cidadãs e os cidadãos com mais competências digitais para os tornar mais resilientes a situações como estas. Não é por acaso que o plano se chama Recuperação e Resiliência, no fundo as sociedades têm de ser resilientes a estas situações, que vão acontecer no futuro muito mais vezes do que aconteceram no passado.

Sem dúvida, a pandemia tornou mais evidente a nossa dependência do digital. Também é verdade que tirou o véu das desigualdades sociais, de género e de oportunidades. Ficou muito mais evidente, por exemplo, que as mulheres trabalham muito mais horas do que os homens, que o cuidado com os filhos em casa é muito maior para as mulheres do que para os homens, e que a própria digitalização foi feita de forma diferente em termos de género, em termos sociais e em termos de oportunidades; mas também nos deu uma chance única de mudar esse estado de coisas.

Que dificuldades já superou e que dificuldades ainda encontra na promoção da Inclusão Digital?

As maiores dificuldades que temos é chegar a todas e a todos que são excluídos digitais. A exclusão digital é uma exclusão social também, porque são as pessoas mais carenciadas, com menos educação, aquelas que residem distantes

dos grandes centros, as mulheres e os mais velhos que estão excluídos do digital. O INCoDe.2030 tem um projeto emblemático que se chama “Eu sou digital”, que tenta trazer um milhão de portugueses para a internet, em parceria com os institutos de emprego e formação profissional, o Instituto Português de Desporto e Juventude, a RUTIS (Rede de Universidade de Seniores), as juntas de freguesia, centros da DECO, Santas Casas, Casas do Povo. Estamos a tentar chegar onde essas pessoas estão, juntamente com os nossos parceiros e utilizando 30 000 voluntários, a que chamamos mentores. Portanto qualquer um de nós pode ser voluntário, receber formação e “adotar” alguém para trazer para o digital. É um projeto de três anos e visa trazer um milhão de portuguesas e portugueses para o digital. Esperamos trazer mais mulheres do que homens como forma de equilibrar a situação atual.

Uma das preocupações associadas ao uso de tecnologias digitais diz respeito à exponencial propagação de falsas notícias, a realidade paralela das redes sociais, entre outros perigos. Como a entidade que representa avalia essa questão?

Relativamente ao INCoDe.2030, nós acompanhamos de perto a Estratégia Nacional de Cibersegurança, que é liderada pelo Centro Nacional de Cibersegurança em Portugal, e que está muito preocupado com estas questões. Eu costumo dizer que, quanto maior a capacitação digital e quanto mais competências avançadas tivermos, melhor lidamos com os perigos da internet. Isto porque, como em tudo, antes de haver digital havia situações de perigo e as pessoas com maior educação, com mais informação, eram aquelas menos sujeitas aos perigos. A mesma coisa se passa no mundo digital: as pessoas com maiores competências, aquelas que têm maior educação digital, são aquelas que depois lidam melhor com todas essas situações que refere, que são situações não só de segurança, mas também de confiança nas transações digitais que se fazem hoje com recursos à internet. Saberemos distinguir a informação que nos chega se tivermos maior literacia, e não só digital. Uma vez, numa conferência para jovens do 12.º ano, perguntaram-me o que é que haviam de fazer para garantir que sabiam distinguir [o que era *fake news* do que não era]. Eu respondi: leiam livros, não usem só a internet, leiam livros, quem lê tem maior capacidade de distinguir o que é verdade do que não é. A educação está na base de tudo.

Como e quando surgiu o seu interesse pelas questões de género?

Eu diria que esse interesse sempre existiu. Não me lembro de não ter essa preocupação, e quando comecei a desempenhar funções na área das TIC fiquei muito inquieta pelo facto de só ter homens, e de olhar para as grandes empresas tecnológicas, na altura, há mais de vinte anos, e não haver líderes femininos nestas empresas. Hoje já existem alguns casos, e ainda bem que existem, mas são muito raros. Nós continuamos a ir a fóruns digitais e tecnológicos em que a maioria dos participantes são homens, e isto tem-me inquietado muito. Por isso comecei a trabalhar nessa área, e por isso estou a fazer um doutoramento em estudos de género, precisamente para, numa primeira fase, tentar encontrar uma explicação em termos científicos e, num segundo momento, estar apta a influenciar as políticas públicas. Foi, portanto, desde sempre que me interessei pelas questões de género, e sobretudo quando comecei a trabalhar na área do digital.

Nas suas relações profissionais, encontrou dificuldades especiais por ser mulher?

Claro, a primeira mulher que me diga que não [encontrou dificuldades], acho que não refletiu bem, pois todas nós encontramos esses obstáculos. E num mundo altamente masculinizado como é o mundo tecnológico e digital eu diria que tive de me esforçar três ou quatro vezes mais do que os meus colegas para chegar onde cheguei.

Diria que os homens e as mulheres participam do mesmo modo no mundo digital?

Inicialmente diria que durante muitos anos a comunidade científica acreditou que diferenças [biológicas] nos cérebros das mulheres e dos homens faziam com que escolhessem diferentes áreas de estudos e depois de profissão. Hoje em dia isto está a ser desconstruído, porque sabe-se cientificamente que essas diferenças não existem, ou não existem de maneira significativa e muito menos determinista. Gina Rippon (2016), uma neurobiologista e feminista britânica, explica que os nossos cérebros têm uma

grande plasticidade e se adaptam ao longo da vida conforme a nossa exposição a tipos específicos de experiências de aprendizagem.

Assim, não é a anatomia do cérebro que determina que o gênero feminino tem competência em uma área do conhecimento e o gênero masculino em outra, ou que homens e mulheres sejam mais ou menos competentes.

A professora Anália Torres (2006) faz referência às descobertas científicas da Gina Rippon (2016) e a essa plasticidade do cérebro para explicar como as nossas escolhas são influenciadas por fatores sociais de ordens variadas.

No que diz respeito às profissões TIC, em termos europeus, só 18% do emprego TIC são desempenhados pelas mulheres, e em Portugal só 14%, portanto uma diferença muito acentuada. O mesmo se passa depois, no ensino superior, em que nas áreas puramente tecnológicas, naquelas áreas mais TIC, a desproporção entre homens e mulheres continua a ser gritante, o que se irá refletir no mercado de trabalho.

Há ainda um outro fenómeno: mesmo nas profissões que não são TIC, mas onde se utiliza o digital, as mulheres utilizam-no da mesma forma que os homens enquanto estão a trabalhar. Mas, como disse antes, fora do ambiente de trabalho, a utilização que é feita pelas mulheres é menor porque elas têm menos tempo livre.

De que modo as tecnologias digitais podem contribuir para promover a igualdade de género? O que tem sido feito nesse sentido, e o que falta fazer?

Tem-se consciência da desigualdade existente em termos de profissões TIC, e em termos do número de profissionais TIC, relativamente a homens e mulheres, tanto em Portugal quanto na Europa, e não se pode desperdiçar metade do talento, o que significa que temos de trazer mais mulheres para a tecnologia. Essa consciência existe e existem políticas públicas. Por exemplo, na bússola digital europeia o primeiro ponto cardeal diz respeito à questão da necessidade de trazer mais mulheres para a tecnologia. Todas as políticas públicas em Portugal que estão neste momento a ser traçadas na área do digital têm a questão de género em termos transversais.

É importante referir que Ursula Von der Leyen, que é Presidente da Comissão Europeia e é feminista, é uma mulher que tem consciência da importância de trazer mais mulheres para esta área. E diria ainda que

em Portugal o *mindset* da governação neste momento é muito favorável a fazermos coisas neste âmbito. Nós temos uma ministra como Mariana Vieira da Silva, ou a Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, Rosa Monteiro, que estão muito focadas na questão do digital e em trazer mais mulheres para o digital. Temos uma deputada europeia como a Maria Manuel Leitão Marques que tem feito um trabalho muito grande nessa área, e temos homens também muito aliados, como o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, ou o Secretário de Estado da Transição Digital, André de Aragão Azevedo, que sabem que este é um ponto fulcral. Há muita coisa que já foi feita e ainda muita coisa por fazer; enquanto tivermos esses números, temos tudo ainda por fazer.

Teria um especial conselho para as/os jovens que se preparam para ingressar nessa área de atuação?

Eu não gosto muito de dar conselhos, acho que todas e todos os jovens devem ingressar nas áreas que mais os entusiasmem, certos de que vão ter de aprender ao longo de toda a vida. Aquilo que nós fazemos hoje vai ser completamente diferente daqui a dez anos; portanto vão ter de aprender e nunca parar de aprender, nunca devem deixar de estar entusiasmados por aquilo que fazem, porque a única forma de fazermos bem feito o que fazemos é fazermos aquilo de que gostamos e em que acreditamos.

Já foi entrevistada muitas vezes. Há alguma questão que nunca lhe foi apresentada e que gostaria de colocar?

É verdade, já me fizeram imensas perguntas. O que eu gostava daqui a dez anos mais ou menos, em 2030, é voltar a ser entrevistada e perguntarem-me se valeu a pena este percurso e eu pudesse dizer que sim, e tivesse números para demonstrar que conseguimos fazer um caminho de trazer muitas mulheres para as áreas TIC e nessa altura já não termos um problema de exclusão digital em Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Rippon, G. (2016). The trouble with girls? *The Psychologist*, 29(12), 918-922.

European Union. (2016-2021). *Shaping Europe's digital future: Digital economy and society index (DESI) Portugal*. <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/desi-portugal>

Vala, J., & Torres, A. (Orgs.). (2006). *Contextos e atitudes sociais na Europa* [Social contexts and attitudes in Europe]. Imprensa de Ciências Sociais.

Aceite para publicação/Accepted for publication: 29/10/2021



Entrevista a Rosalia Vargas, presidente da Ciência Viva

SOFIA NUNES*

Rosalia Vargas é licenciada em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tendo depois frequentado uma pós-graduação em Comunicação Educacional Multimédia na Escola Superior de Educação

.....
DOI: <https://doi.org/10.34619/mkff-s00n>

* Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher. 1069-061 Lisboa, Portugal
sofiabnunes_@hotmail.com

de Santarém. Realizou posteriormente o mestrado em Comunicação Educacional Multimédia na Universidade Aberta de Lisboa. É presidente da Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica e diretora do Pavilhão do Conhecimento – Ciência Viva, sendo também a responsável pela coordenação e criação da Rede Nacional de Centros Ciência Viva em Portugal. Entre 2013 e 2015 foi presidente do ECSITE – European Network of Science Centres and Museums, do qual já tinha sido membro do *Board* entre 2001 e 2007. Desempenhou também o cargo de vereadora da Educação, Juventude e Cultura da Câmara Municipal de Lisboa (2007-2009).

A experiência e a posição de liderança de Rosalia Vargas, reforçadas pelo seu esforço e contributo para envolver as mulheres e raparigas na área das ciências, tornam as suas palavras particularmente relevantes.

Gostaria que contasse um pouco sobre o seu percurso até chegar à posição de liderança que ocupa, a de presidente da Ciência Viva e de diretora do Pavilhão do Conhecimento – Ciência Viva.

Estou na liderança da Ciência Viva há 25 anos, que assinala este ano o 25.º aniversário, o que me enche de alegria. Manter um programa vivo faz jus ao nome Ciência Viva, programa que se mantém vivo pelas parcerias que tem e pela atenção à comunidade científica e à sociedade, porque é para a sociedade que trabalhamos. É um programa que, 25 anos depois, está bem enraizado na sociedade portuguesa. E como é que tudo começou? Como qualquer boa história, com um “Era uma vez...”. Era uma vez, tinha eu a minha formação de base em Filosofia e resolvi fazer o mestrado em comunicação educacional multimédia, escolhendo para tema da minha tese *os discursos de divulgação científica*. Nesse sentido, fui ter com a pessoa que eu achava – e bem – que era a mais indicada no país para me acompanhar no desenvolvimento dessa ideia e desse projeto: o professor Mariano Gago. Na altura não era ministro, mas já tinha escrito sobre as políticas científicas, no sentido da necessidade de melhoria do ensino experimental das ciências nas escolas, da necessidade de colocar a ciência na sociedade, a cultura científica no sentido lato. E quando foi ministro, o que aconteceu cerca de um ano depois de eu ter feito a minha tese, convidou-me para fundar a Ciência Viva. Não tínhamos ainda o nome “Ciência Viva”, mas o professor Mariano Gago sabia muito bem

para onde queria ir. Foi assim que comecei a trabalhar com este grande mestre, meu grande mentor, e chegámos até ao desenvolvimento que o programa tem hoje.

Qual o papel que a Ciência Viva e o Pavilhão do Conhecimento – Ciência Viva desempenham na sociedade?

Quando começámos chamavam ao programa o Ciência Viva e as pessoas que estão connosco desde o princípio, ou que têm essa memória do começo, dizem o Ciência Viva e não a Ciência Viva. Há muito carinho nessa designação. Era um programa apenas, mas cresceu tanto que depois nos transformámos na Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica.

A Ciência Viva é uma rede que vai crescendo ao mesmo tempo que se vai consolidando, porque trabalhar em rede significa trabalhar na diversidade, trabalhar com os outros. Há uma coisa que aprendemos desde o início que é “Ninguém sabe o suficiente para fazer tudo sozinho”, de resto uma frase que Mariano Gago dizia muitas vezes. Portanto, parcerias e interações são a nossa grande chave para fazermos as coisas de forma diferente e melhor e continuar sempre, porque o ponto do qual partimos já está lá longe e nós temos de continuar a renovar. Quando, há 25 anos, começámos este trabalho de uma forma sistemática, já noutros países isso era feito há muito, portanto levavam-nos um grande avanço. Mas soubemos bem recuperar esse atraso de onde vínhamos e hoje temos cooperações nacionais e também internacionais muito valiosas e com resultados que nos colocam ao nível dos melhores.

Fomos fazendo um trabalho muito diversificado. A Ciência Viva atua em várias dimensões. Uma é a melhoria do ensino experimental das ciências nas escolas, que representa todo um trabalho em todos os níveis de ensino e alimentando as escolas de projetos. Levamos os estudantes, desde os mais novos aos mais velhos, e todo o corpo docente a envolverem-se naquilo que é aprender, de uma forma exigente, mas criativa, muito “mãos na massa” e muito fazendo perguntas. É o espírito científico no seu nível mais evidente, que é fazer perguntas e fazer as perguntas muito bem, porque se fizermos bem as perguntas a possibilidade de chegarmos a uma boa resposta é bem maior. Ao longo de todos estes anos, o nosso trabalho com escolas tem sido feito em várias frentes, de várias formas, levando a que o modelo a

adotar seja o *Inquiry-Based Science Education*, um modelo internacional que consiste em aprender fazendo, aprendendo pela pergunta e pela pesquisa. E fazemo-lo de muitas maneiras: quer pondo os jovens em contacto com a comunidade científica sempre, quer com os laboratórios no verão. A Ciência Viva no Laboratório é um programa que temos repetido todos os anos, no verão, e nele o contacto dos jovens do ensino secundário com os investigadores é intenso e verdadeiro. Eles mergulham em ambiente real de investigação, e mantemos isto vivo desde há 25 anos. São centenas de instituições científicas no país que recebem estes jovens e de facto já podemos dizer que tocámos uma geração ou duas neste contacto direto com a ciência.

Mas temos também os projetos com os mais pequeninos: a ciência nos pátios das escolas, uma vez que se aprende em todos os lugares, e os espaços de conhecimento que são os Centros Ciência Viva. Temos uma rede magnífica de 20 centros em todo o país e neste momento continuamos a trabalhar no alargamento da rede.

Podemos dizer que a nossa prova de vida é a comunidade científica em todas as áreas e dimensões e valorizamos muito isso.

De facto, a comunidade científica reconhece o nosso trabalho e isso tem sido uma mais-valia. Paralelamente, fomos alargando e diversificando as nossas linhas de atuação. Hoje temos uma equipa muito jovem e muito qualificada. E estamos em várias frentes, nas escolas, mas também na sociedade em geral, através de conferências, da Semana da Ciência e da Tecnologia, e do Dia Nacional dos Cientistas. Portugal deve orgulhar-se de ter esta data – 16 de maio –, pois significa o valor que o país dá à comunidade científica. Esta celebração é em honra do dia do nascimento de José Mariano Gago e foi aprovada por unanimidade na Assembleia da República por proposta do deputado Alexandre Quintanilha, aquando do falecimento do professor Mariano Gago. Portugal tem também o Dia Nacional da Cultura Científica, que se assinala a 24 de novembro, e que foi criado ainda em vida da pessoa que Mariano Gago, então ministro, quis homenagear, e que foi Rómulo de Carvalho, nascido nessa data.

Estes são elementos que também mostram a importância deste trabalho contínuo e renovado que a educação e a cultura científica têm feito no nosso país.

Continua a haver uma sub-representação das mulheres em lugares de topo relativamente aos homens nas mais diversas áreas, desde as maiores empresas cotadas em bolsa (mulheres em posições de executivo representam 15,7% e homens 84,3%) à Assembleia da República (mulheres – 39,5%; homens – 60,5%) e a organizações de financiamento da investigação (presidentes mulheres – 33,3%; homens – 66,7%) (European Institute for Gender Equality, 2020). Considera que teve determinados obstáculos ou foi sujeita a certos estereótipos na progressão da sua carreira para chegar à sua atual posição?

Nunca senti, e a verdade é que deve ter sido por ter tido um apoio de alto nível dado por uma pessoa extraordinária no nosso país, o professor Mariano Gago, que era respeitado e respeitava todos os homens e todas as mulheres. Quando começámos o programa Ciência Viva – e a verdade é que, enquanto ministro, falava muito da Ciência Viva –, apresentava-nos muito nas universidades, nas ações nos politécnicos, nos laboratórios de investigação, nas unidades de investigação. Ele apresentava-nos e dizia: “Colaborem”.

Há uma história interessante, logo no início da Ciência Viva, quando recebemos a visita de um técnico, pertencente a uma instituição ou a um departamento do governo, que tinha o objetivo de promover a igualdade de género, garantindo que de facto havia condições de acesso a cargos, a lugares de topo, para homens ou mulheres. Onde há um défice de mulheres nos lugares onde elas devem estar por direito, tem de existir essa preocupação. Quando esse técnico chegou à Ciência Viva e disse que gostaria de falar com o diretor – já levava o preconceito, assumindo que seria um homem. Eu não estava lá, estava em serviço fora, e disseram-lhe que era “uma diretora”. O técnico explicou que tinha ido fazer o levantamento e sensibilização para o número de mulheres nas instituições, mas olhando à volta só viu mulheres. Então disse: “Mas parece que já tenho a resposta que queria”. Isto já foi há vinte e muitos anos, e não quer dizer que fôssemos só mulheres, mas estávamos em maioria e assim continuamos! Hoje temos a equipa mais equilibrada entre homens e mulheres, um bocadinho mais mulheres do que homens, mas temos muita atenção a essa realidade.

Existe também uma grande disparidade no número de mulheres nas áreas STEM (Science, Technology, Engineering and Mathematics) em relação aos homens ao nível de educação, o que depois se traduz no mundo laboral.

De acordo com a Comissão Europeia, em 2019 as mulheres representavam apenas 17% dos especialistas em TIC e 34% dos licenciados em STEM, na União Europeia (European Schoolnet, 2020). Tem notado em Portugal uma crescente aposta das mulheres nas áreas STEM ao longo do tempo?

Efetivamente, o facto de as raparigas hoje em dia ainda não estarem a escolher áreas como as engenharias ou a tecnologia (IT) coloca-as em patamares mais baixos de competitividade, o que implica também vencimentos mais baixos e um desenvolvimento profissional menos favorável. Portanto, temos de criar condições para que acedam a escolhas diversificadas e de qualidade, que lhes permitam experimentar antes para perceberem se é isso que querem e não deixarem de seguir diferentes caminhos por desconhecimento.

Mas não falaria em grandes disparidades em termos da área da ciência. Temos um número de mulheres na ciência em Portugal acima da média europeia e esse número tem vindo a crescer. Há ainda uma dificuldade no acesso às lideranças, embora haja cada vez mais mulheres nesse patamar, e temos exemplos de grandes instituições científicas em Portugal onde isso acontece, como por exemplo, o Instituto de Medicina Molecular (IMM) e o Instituto Gulbenkian de Ciência, onde estão a Maria Mota e a Mónica Bettencourt-Dias, respetivamente. São grandes mulheres na ciência a liderar grandes grupos de investigação. É também o caso de Elvira Fortunato, no CENIMAT. Muitas mais têm liderado projetos e equipas de investigação, e o número é cada vez maior. Todo o caminho que fizemos é bom, mas sem dúvida que há sempre muito ainda para fazer.

Na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – Portugal + Igual (ENIND), Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018 de 21 de maio, está previsto que a Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica – Ciência Viva promova iniciativas que envolvam mais as raparigas nesta área. Pode falar um pouco sobre o que está a ser realizado ou planeado neste âmbito?

Temos um projeto a que chamamos ‘Mulheres na Ciência’. Trata-se de um livro com retratos de centenas de investigadoras portuguesas captadas por fotógrafos muito conhecidos. São mulheres de várias áreas científicas, mais

juniores ou mais seniores na ciência. Todas escrevem um pequeno texto, dois curtos parágrafos, no qual dizem porque é que seguiram determinada área, o que é que fazem e porquê, de modo a inspirarem os jovens e servirem como *role models*. Existem já três edições e, além disso, temos um módulo na área expositiva do Pavilhão do Conhecimento onde estão todas as mulheres fotografadas até hoje. Este projeto é feito em colaboração com a AMONET (Associação Portuguesa de Mulheres Cientistas) e cada nova edição é lançada simbolicamente a 8 de março, Dia Internacional da Mulher. A primeira edição é de 2016 e a última de 2021. E vamos continuar. Dizemos sempre que este é um trabalho em progresso. No módulo que temos na área expositiva, acessível a todo o público, existe um grande monitor que tem a fotografia das mulheres cientistas. Pode escolher-se a área, pesquisar pelo nome ou simplesmente ir lendo os seus testemunhos. “Eu sou matemática” e a cientista diz porquê, porque é que se encantou com a matemática. “Eu sou bióloga molecular”, “Eu sou arquiteta”, “Eu sou demógrafa”... Neste momento estamos a preparar uma outra abordagem, que são as raparigas na ciência. Queremos que este livro seja lançado no Dia Internacional das Raparigas na Ciência, mas o que interessa é fazer o projeto. Desde as mais pequeninas, que frequentam o 1.º Ciclo, até ao ensino secundário e aos primeiros anos da universidade. Algumas podem não saber naquela altura, do 7.º ao 12.º ano, o que querem. Não quer dizer que irão seguir uma carreira na área das ciências, mas tiveram a possibilidade de fazer um percurso em que puderam ter essa escolha. Independentemente de irem para literatura ou artes, por exemplo, elas experienciaram um caminho e uma realidade. Participaram em projetos de robótica na escola, nas olimpíadas da matemática, da geologia ou da biologia. Portanto, estamos a olhar para as jovens que sabemos que estão em projetos magníficos ao longo do seu percurso escolar e vamos fazer um livro. Serve para quê? Para inspirar, estimular e contar as histórias que as pessoas gostam de saber, e que poderão motivar outras raparigas.

Outra área importante é a linguagem em termos da igualdade e do acesso para todos. A linguagem, e a linguagem inclusiva, é muito importante, e como tal estamos a trabalhar num documento que iremos adotar, inspirado noutros que já existem, mas muito adaptado à nossa realidade. Por exemplo, em tudo aquilo que estamos a escrever na Internet, nas nossas páginas *web*, que são muitas, termos sempre cuidado com a linguagem que usamos.

Adotar uma linguagem inclusiva não só relativamente ao género, mas a muitos outros campos de comunicação na sociedade. Termos cuidado com as legendas que usamos nas exposições é muito importante também. Uma pessoa que está a ler deve sentir-se incluída naquilo que estamos a dizer, e não sentir que tem de interpretar um texto que a exclui, que exclui minorias ou franjas da sociedade. Estamos com muita atenção e determinação a fazer este trabalho. A nossa língua é muito difícil, não é como as línguas saxónicas, e, portanto, a certa altura cansamos o projeto ou cansamos as pessoas se dizemos ‘Estamos determinados e determinadas’, ou seja, usar o masculino e feminino, ‘todos e todas’. Queremos que a linguagem flua, mas que ao mesmo tempo seja inclusiva. Isto exige um treino muito grande, mas não há impossibilidades. Tem sido muito engraçado fazer essa descoberta com as equipas. Este é um caminho que consideramos claro: abertos ao público, a públicos tão diferentes, fazer com que todos se sintam integrados e que sejam parte deste *slogan* que queremos viver verdadeiramente: a ciência é para todos, a ciência é para toda a gente. Como é que vamos dizer isto? Temos de arranjar uma maneira.

Finalmente, que mensagem deixaria para as mulheres e raparigas no sentido de estas terem a ambição de desenvolver todo o seu potencial nos mais diferentes domínios da sociedade?

Para começar, terem confiança em si próprias, mas sabemos que a confiança se constrói e que às vezes não basta a própria dizer ‘Eu tenho confiança’. É preciso que a realidade envolvente no percurso que fazem lhes dê essa confiança e que não seja coerciva no seu crescimento e nas suas ambições. Portanto cada uma tem de dizer ‘Eu tenho confiança em mim mesma, eu gosto disto e vou atingi-lo’. É um grande começo ter essa confiança, é ser persistente no caminho que se quer seguir. Vivemos num lugar privilegiado do planeta e privilegiado dentro da Europa. Mesmo em Portugal podemos viver num lugar que não dá condições às mulheres. Há realidades diferentes dentro do nosso país e temos tendência a achar que aquilo que vivemos é igual em todos os outros lugares, e não é assim. Os nossos olhos veem a realidade que temos, a mais próxima de nós, e por vezes tendemos a esquecer outras realidades, onde as mulheres não conseguem chegar àquilo que gostariam de ser. E deve-lhes ser dado esse caminho e essa escolha.

Portanto, primeiro ter confiança, depois fazer um caminho e pedir ajuda, porque não devemos ter problema com isso – pedir ajuda para fazer-mos melhor o nosso trabalho, para tomarmos opções mais conscientes e com maior probabilidade de termos um lugar melhor na sociedade. Estamos nesse caminho sabendo que ainda há muitas desigualdades e que estas vêm da aplicação deficiente de políticas públicas. A sociedade ainda está politicamente muito masculina e tem muitos estereótipos, embora possamos dizer que nas listas eleitorais, por exemplo, existe a “preocupação” – que eu ponho entre aspas – de se criarem listas paritárias. Muitas vezes é para responderem a um primeiro nível e não vão a outros níveis mais exigentes, em que se abrem lugares de chefia que tradicionalmente são mais masculinos. As mulheres ainda têm de conquistar esses lugares com um esforço maior do que os homens. Acredito que estamos no bom caminho para mudar claramente essa tendência, porque há um maior equilíbrio e há formas de gestão e de decisão que têm ganhos significativos se as coisas forem mais equilibradas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- European Institute for Gender Equality. (2020). *Gender statistics database: Women and men in decision-making*. <https://eige.europa.eu/gender-statistics/dgs/browse/wmidm>
- European Schoolnet. (2020, February 10). *Working towards gender equality in STEM education*. <http://www.eun.org/pt/news/detail?articleId=4810467>
- Resolução n.º 61/2018 do Conselho de Ministros(2018). Diário da República, I série n.º 97. <https://dre.pt/home/-/dre/115360036/details/maximized>

Pioneira

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/6yjjg-bdmt>

- * O NCGP (*NATO Committee on Gender Perspectives*), reconhecido pela NATO em 19 de julho de 1976, é responsável por promover a integração da perspectiva de género como uma estratégia para alcançar a igualdade de género. É o órgão consultivo do Comité Militar (CM) da NATO sobre políticas relacionadas com o género para as Forças Armadas da Aliança.
- ** Coordenadora do Gabinete da Igualdade do Ministério da Defesa Nacional
Presidente do *NATO Committee on Gender Perspectives* (NCGP)
Doutoranda em Estudos de Género do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP),
Universidade de Lisboa
- *** Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher
rosario.barardo@gmail.com



Maria Alice Pereira

A Tenente-Coronel da
Força Aérea

Pioneira na
representação das Forças
Armadas de Portugal
no NATO Committee
on Gender Perspectives
(NCGP)*

DIANA MORAIS** | MARIA DO ROSÁRIO BARARDO***

*Gender Equality is perhaps the world's greatest human rights challenge.
Women's equal leadership and representation is the game changer we need.*

António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas,
30 de janeiro de 2021

Maria Alice dos Santos Dias Pereira, incorporada voluntariamente na Força Aérea em fevereiro de 1974, foi uma verdadeira pioneira na carreira militar em Portugal – como oficial superior das Forças Armadas Portuguesas, a ser graduada no posto de Tenente-Coronel em 1991 e como primeira mulher a ser nomeada como representante de Portugal no Committee of Women in NATO Forces (CWINF), em 1992, em Londres e, em 1993, em Bruxelas, no que é atualmente o NATO Committee on Gender Perspectives (NCGP).

A Tenente-Coronel, já aposentada desde 1994, privilegiou-nos com uma agradável e informal conversa de memórias. É uma mulher que soube reivindicar, com uma força ímpar, o reconhecimento pelos cargos exercidos enquanto mulher e militar das Forças Armadas, mas foi apenas em 2020 que houve um reconhecimento público pelo Ministro da Defesa Nacional, com a concessão da Medalha da Defesa Nacional⁽¹⁾. Nesta cerimónia foram proferidas palavras de elogio à oficial superior das Forças Armadas Portuguesas e verdadeira pioneira enquanto representante de Portugal no Committee of Women in NATO Forces. Também a forma como cumpriu o seu dever, a modernidade que demonstrou e a forma voluntariosa como quebrou barreiras, cumprindo a sua missão de igual para igual, foram enaltecidos e considerados como um exemplo para as Forças Armadas e para a sociedade portuguesa

A nossa conversa com Maria Alice Pereira fluiu e resultou num retrato concreto, particular, das mulheres no panorama militar do Portugal da época.

1 Portaria n.º 650/2020 – Diário da República n.º 212/2020, Série II de 2020-10-30, Defesa Nacional – Gabinete do Ministro, pp. 46-47 – Sumário: Concessão de Medalha da Defesa Nacional a várias militares.

UM TRAJETO DE SONHO E DE TENACIDADE

Oriunda da região de Coimbra, onde iniciou os seus estudos, revelou-nos que se sentiu atraída, desde muito jovem, pelas fardas e que desejou usá-las, talvez pela gratificante convivência com um seu tio-avô militar, que muito admirava. Estávamos numa época (anos 50), em que as Forças Armadas eram uma instituição exclusivamente masculina e tradicionalmente considerada como a mais masculina de todas as instituições sociais!

A nossa entrevistada acabou por “esquecer” as fardas e seguiu os seus estudos em Farmácia, primeiro em Coimbra e depois em Lisboa, obtendo o grau de licenciatura nesta área e especializando-se, posteriormente, em Análises Clínicas (Químico-biológicas).

Em 1963, a farmacêutica Maria Alice Pereira foi convidada a desempenhar funções de Diretora Técnica na farmácia da Capitania do Porto do Funchal, para onde se deslocou.

Entretanto casara-se na Madeira, onde nasceriam as suas duas filhas. O cônjuge, que exercia funções na Caixa Geral de Depósitos do Funchal, foi convidado para a sede daquela instituição bancária, em Lisboa, o que fez com que regressasse a Lisboa com o seu núcleo familiar.

Perante esta nova situação, Maria Alice Pereira que, por natureza, demonstra ser uma mulher dinâmica, com uma energia inesgotável e habilitada para lidar com o imprevisto, não cruzou os braços e, tendo tido conhecimento da abertura de um concurso, na Força Aérea, de duas vagas de pessoal feminino voluntário para o desempenho de funções de médica e farmacêutica, concorreu com cerca de 40 colegas, ao abrigo da Portaria 439/72 de 8 de agosto⁽²⁾. E foi assim, que, em fevereiro de 1974, a farmacêutica Maria Alice Pereira iniciou a carreira militar na Força Aérea Portuguesa como aspirante a oficial, 13 anos depois da entrada, em 1961, também na Força Aérea, das primeiras mulheres paraquedistas⁽³⁾. Apenas 27 anos depois da

2 Diário do Governo, I Série n.º 184, de 8 de agosto de 1972 – Portaria 439/72, de 8 de agosto, que permite a admissão de pessoal feminino voluntário para o desempenho de funções de médicas e farmacêuticas em qualquer dos ramos das Forças Armadas.

3 As Enfermeiras Paraquedistas, que não eram oficiais superiores, foram um grupo composto por 46 mulheres portuguesas que, entre 1961 e 1974, durante o confronto entre as Forças Armadas Portuguesas e as forças organizadas pelos movimentos de libertação das antigas províncias ultramarinas Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, participaram da Guerra do Ultramar no tratamento de feridos e doentes, assim como no auxílio a civis.

entrada destas paraquedistas – altura em que se verificou um ténue início do que viria a ser a evolução notável de um reduto tradicionalmente masculino que refletia uma mudança de atitude em relação às forças militares e à sua razão de ser – foram admitidas mulheres para o curso de Piloto Aviador, conforme é referido na *Revista Militar* de maio de 2013⁽⁴⁾.

A CARREIRA MILITAR E A REPRESENTAÇÃO NA NATO UM ORGULHO ADMITIDO

E o sonho de menina veio a concretizar-se! As tão desejadas fardas estavam finalmente ao alcance de Maria Alice Pereira, com o ingresso na Força Aérea, no posto de Aspirante a Oficial. Provavelmente este desejo consolidou-se também pela sua personalidade de exigência e disciplina, que, segundo nos diz, é uma herança dos pais, ambos professores. Nesse mesmo ano (1972), foi colocada no Laboratório de Análises Clínicas do Hospital da Força Aérea, onde cumpriu os seus primeiros anos de carreira militar.

Maria Alice Pereira foi então promovida ao posto de Alferes, depois ao de Tenente, Capitão, Major e finalmente ao de Tenente-Coronel (1991), um percurso com carácter de exceção, porque não havia memória de ter sido atribuída tal graduação às mulheres portuguesas na carreira militar superior.

Em 1992 foi nomeada para representar Portugal, que, pela primeira vez, estaria presente no Committee of Women in NATO Forces, a realizar em Londres. Portugal integra o grupo dos 12 membros fundadores da Aliança Atlântica (1949), e esta primeira representação do país no CWINF sucedeu muitos anos depois da primeira Conferência *ad hoc* das Oficiais Seniores (1961), em Copenhaga; este era um grupo formado por mulheres, pioneiras e visionárias, empenhadas, que deram voz a todas as mulheres, encorajando a integração da dimensão de género nas Forças Armadas. A NATO reconheceu formalmente este grupo de oficiais seniores como um subcomité do Comité Militar da NATO em 1996, mas só em março de 1997 o mesmo comité aprovaria a criação de um Gabinete permanente de apoio ao CWINF no Estado-Maior Internacional (EMI) da NATO.

4 <https://www.revistamilitar.pt/artigo/825>

Diz-nos Maria Alice Pereira que, para além de ter sido uma surpresa total a sua nomeação para esta representação, sentiu enorme responsabilidade pela honra que lhe foi atribuída por tão importante missão internacional. Com uma total honestidade, confessa que foi, de imediato, valorizar o seu inglês para que desempenhasse esta missão com a maior dignidade possível.

Conforme nos relata, a reunião do Comité culminou com uma cerimónia oficial e jantar no Palácio de Buckingham.

Maria Alice Pereira era uma profissional exemplar, cumpridora dos seus deveres, com várias menções honrosas que lhe foram atribuídas pelos excelentes desempenhos nas funções exercidas, características que lhe proporcionaram uma auspiciosa carreira militar.

OS INÍCIOS DE UMA PROFUNDA MUDANÇA

Na realidade era uma situação inédita, porque apenas no final da década de 80 a integração de mulheres nas Forças Armadas Portuguesas sofreu alterações de forma substancial, relativamente àquela que havia sido a participação histórica das mulheres em atividades militares em Portugal.

Maria Alice Pereira, ainda a propósito desta sua representação no Comité da NATO, diz-nos: “Foi um orgulho e uma enorme responsabilidade ter sido nomeada pelo General Lemos Ferreira^[5], nessa data Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA). Fiquei de tal forma imbuída pelo espírito de cumprir e honrar esta representação, que, no final, ao elaborar o relatório, em que se discutiram vários temas, entre eles quais os deveres e direitos das mulheres militares na NATO, obtive um elogioso louvor pelo trabalho desempenhado.”

Prosseguindo a sua carreira na Força Aérea, sempre na área da saúde no respetivo hospital, enquanto Tenente-Coronel, Maria Alice Pereira confidenciou-nos que muitos homens militares, com postos inferiores ao seu, manifestavam certas reservas, ou até inibição, em prestar-lhe as devidas continências militares. Podemos mesmo afirmar que foi um passo significativo para a integração das mulheres nas Forças Armadas.

5 José Lemos Ferreira (1929-2020) foi um general piloto-aviador português, Chefe do Estado-Maior da Força Aérea Portuguesa e, mais tarde, Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (GEMGFA).

Uma nova nomeação trouxe-lhe nova missão internacional, também em representação de Portugal no CWINF, desta vez em Bruxelas, como já referimos. Foi mais uma vez a única representante de Portugal porque apenas era permitido uma presença por país. Foram 14 os países representados: Alemanha, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Grécia, França, Holanda, Noruega, Portugal, Reino Unido, Turquia e Itália (observadora). Nos objetivos destas representações, entre outros assuntos, destacava-se a criação de um quadro legal que fundamentasse a representação militar feminina nas Forças Armadas, tendo sido estendido para apoiar a integração da perspetiva de género nas operações militares da NATO.

Mais uma responsabilidade superada com êxito, refere a Tenente-Coronel e acrescenta: “Sempre me considereei uma mulher dinâmica e pronta a concretizar os meus objetivos, dos quais muito me orgulho e de que jamais me arrependerei. Como farmacêutica analista, continuei sempre a desempenhar funções na área da saúde. Também neste âmbito cumpri vários dos propósitos previstos nas reuniões de Mulheres na NATO.”

Maria Alice Pereira manifesta, de novo e expressivamente, o seu orgulho por ter cumprido com dignidade as missões de que fora incumbida e também por ter contribuído para alterar, por um lado, as perspetivas da integração feminina nas Forças Armadas Portuguesas e, por outro, e de forma substancial, aquela que havia sido a participação histórica das mulheres em representações militares.

Maria Alice sublinha ainda: “Andar fardada era uma atitude inédita e uma referência. Foi muito o orgulho em ter vestido uma farda, pois era uma forma de estar ao serviço da minha Pátria, inclusive quando era convidada para representar a Força Aérea, quer em atos civis, quer em celebrações religiosas.” E recorda com emoção, dada a pertença a uma genealogia telúrica, familiar e católica praticante, o quanto era digna a sua participação nas Procissões da Senhora da Saúde como representante das Forças Armadas.

A sua carreira militar, para além das atividades de representação oficial, quer a nível nacional, quer a nível internacional, baseou-se na prestação de serviços, enquanto farmacêutica militar, sempre na vertente da saúde, primeiro no Laboratório de Análises e posteriormente na Direção Técnica da Farmácia do Hospital da Força Aérea.

Mais tarde, durante alguns anos, também lecionou na Escola do Serviço de Saúde Militar, em Lisboa.

O NÚCLEO FAMILIAR

Aliada a estas inesquecíveis vivências militares, Maria Alice Pereira fala-nos da família, nas suas duas filhas, quatro netos e uma bisneta. E conta-nos mais uma das suas interessantes memórias: foi uma das suas filhas, agora arquiteta, a autora do desenho do boné das mulheres militares da Força Aérea, modelo ainda hoje em vigor: “O General Lemos Ferreira (CEMFA) propôs-me um novo modelo, mais feminino, porque o único existente correspondia ao boné utilizado pelos homens, e apenas a eles adequado.”

Quando em 1994 se aposentou da Força Aérea, Maria Alice Pereira continuou, durante 16 anos, a prestar serviços, sempre na sua área de formação académica. E, mesmo já aposentada definitivamente e afastada da carreira profissional, a sua saudável inquietação fá-la prosseguir sempre em rodopiantes atividades culturais, nomeadamente na Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra, onde participa com o seu marido no coro – a Maria Alice como cantora e o Alberto Pereira como pianista.

Terminámos a nossa agradável conversa, mas Maria Alice Pereira fez questão de lembrar que o ponto mais alto da sua carreira militar foi a grata experiência de representar Portugal, primeiro em Londres, depois em Bruxelas, no Comité das Mulheres Militares dos Países da NATO. Deixou ainda uma mensagem às jovens mulheres que queiram enveredar pela carreira militar: “Devem assumir sempre com orgulho a sua farda de qualquer ramo das Forças Armadas, porque há sempre um sentimento e uma experiência únicos para toda a sua vida – a oportunidade de servir a Pátria.”

Retrato

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/nyv7-6fdf> Draft

* ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9388-093X>

CIÊNCIA ID: 2913-3F73-32D5

Investigadora

Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher, CHAM - Centro de Humanidades (NOVA FCSH), 1069-061 Lisboa, Portugal

mcborrecho@gmail.com



Laura Bassi:

Uma carreira científica no século das Luzes

MARIA DO CÉU BORRÊCHO*

Most Honoured Lady: I would like to visit Bologna so that I might say to my fellow citizens that I have seen Signora Bassi, but, deprived of this honour, I trust that I may with justice cast at your feet this philosophical homage in reverence to the glory of her century and sex. As there is no a Bassi in London I should more happily enter your Academy of Bologna than the English one, even though it may have produced a Newton.

Carta de Voltaire a Laura Bassi, 23/11/1744 (citada em Cieślak-Golonka & Morten, 2000, pp. 69-70, e em Simpson, 2016, p. 17)

A carta de Voltaire dirigida a Laura Bassi, a solicitar-lhe apoio na sua eleição para a *Accademie delle Scienze dell'Istituto di Bologna*, é um sinal da notoriedade desta cientista italiana e das reações ao seu trabalho um pouco por toda a Europa. Ela desempenhou um papel central na introdução de novas formas de aprendizagem no *curriculum* científico universitário e na constituição de uma rede de investigadores que uniram a Itália à cultura científica de França e Inglaterra (Findlen, 1993).

Laura Maria Caterina Bassi, filha de um advogado originário de Módena, nasce em Bolonha a 20 de outubro de 1711, numa cidade que, à época, integra os Estados Pontifícios e possui a mais antiga universidade europeia. Laura inicia estudos de latim aos cinco anos sob a supervisão de um primo, o Pe. Lorenzo Stegani, seu mestre também de francês e aritmética. Aos treze anos, prossegue os estudos, agora de filosofia, com o médico da família, Gaetano Tacconi, professor de anatomia e de medicina na Universidade de Bolonha e sócio da *Accademie* (Logan, 1994; Busi, 2001). O que lhe ensina depreende-se, em certa medida, das 49 teses defendidas publicamente por Laura, na Sala degli Anziani do *Palazzo Pubblico* (hoje *d'Accursio*), perante as autoridades comunais, os representantes da Universidade e da Igreja, membros da nobreza e académicos notáveis. Entre aquelas dissertações, seis são sobre Lógica, dezasseis sobre Metafísica e outras dezasseis sobre Física. Especificamente, nas relativas à natureza da matéria, do movimento e dos meteoros, podem detetar-se influências de Aristóteles, Descartes, Paracelso, Galileu e da escola de Torricelli. No entanto, a V Tese – *De Anima* – é um exemplo da influência da *Opticks* de Newton, uma obra fundada na ideia “do raciocínio comprovado pela experimentação” (Logan, 1994; Simpson, 2016). Os argumentos das suas teses sobre Ética aparentemente vão provocar o afastamento de Laura em relação a Tacconi. Ela julga que pode ter alguma independência face ao seu mestre. Este, pelo contrário, considera que “[such] independence [...] might have been willing to accept from male students but not from a female, who had only been educated in science as a favor on his part” (Logan, 1994, p. 793).

Desde a sua fundação até ao século XIX, as universidades estão formal ou informalmente fechadas às mulheres, mas algumas excecionais cientistas recebem um doutoramento, como é o caso de Bassi, que obtém esse grau em 1732 (Schiebinger, 2002). Após a graduação em Filosofia, começa a estudar Matemática, com Gabrielle Manfredi, um dos pioneiros do cálculo

infinitesimal em Itália e um dos arguentes das suas teses. Mas Bassi cedo se apercebe de que só os poderá aprofundar se conseguir aceder aos livros listados no *Index Librorum Prohibitorum*. Em Itália, todos os homens cientistas o podem requerer desde que tenham 24 anos de idade; excecionalmente, Laura consegue obter a aprovação do Vaticano, apesar de tal pretensão ter sido negada a outras mulheres, como as milanesas Clelia Borromeo e Francesca Manzoni (Logan, 1994).

Obtido o doutoramento, Laura solicita ao Senado de Bolonha um lugar de professora na *Alma Mater Studiorum*, o que consegue somente por insistência do Cardeal Prospero Lambertini. Este arcebispo de Bolonha, futuro Papa Bento XIV e autor de uma importante reforma cultural, é membro do círculo de amigos de Tacconi e grande admirador do trabalho de Bassi. Como seu mecenas, permite-lhe sair da obscuridade para o reconhecimento internacional.

Deste modo, os senadores conferem-lhe o lugar de Filosofia Natural, em outubro de 1732, com o vencimento respetivo, tornando-se “the first woman in Europe to be offered a teaching position at a University” (Ray, 2015, p. 160). No entanto, por “ratione sexus”, os *anziani* impõem a condição de as lições só serem autorizadas com o consenso dos superiores e em situações excecionais (Cavazza, 2009).

Todavia, Laura recusa ter um lugar secundário e procura o apoio de homens defensores de uma maior intervenção das mulheres na vida académica e científica e com isso garantir para si uma maior participação nesse ambiente. Tanto o Cardeal Lambertini como o Pe. Giambattista Beccaria, da Universidade de Turim, e que Bassi conhece quando este visita Bolonha, não compreendem por que razão as mulheres não podem ter uma intervenção na universidade e nas academias.

Treze anos mais tarde, Laura é acolhida na novel *Benedettina*, criada por Papa Lambertini no seio da *Accademie*, constituída por vinte e quatro académicos escolhidos entre os seus mais prestigiados membros. Os *Benedettini* recebem um rendimento anual pela apresentação de trabalhos originais, pretendendo-se desta forma incentivar a investigação científica (Logan, 1994).

Por sua vez, na década de 1760 e após muitos anos de ensino doméstico, o Cardeal Alessandro Albani, protetor do *Collegio Montalto*, nomeia Laura como tutora dos estudantes de física experimental no *Istituto*, o que lhe

permite ensinar as ciências através de uma abordagem com maior ênfase na observação e no experimentalismo, um método diferente do utilizado na universidade, de pendor mais aristotélico. Pelo facto de ser ministrado em casa, este ensino não está obrigado a adotar o *curriculum* universitário, o que torna o curso bastante popular. Deste modo, o laboratório de Bassi constitui-se como um espaço de sociabilidade onde os elementos que compõem este campo cultural ensaiam, promovem e divulgam ideias que, posteriormente, poderão divulgar ou servir para a criação de produtos culturais.

A pesquisa científica requer uma troca de ideias e de materiais, envolvendo frequentemente um trabalho com colaboradores. Por isso, começam a circular rumores sobre as reuniões de Bassi com homens da ciência, na sua própria casa. Por serem consideradas inapropriadas para uma jovem, e por esta pretender o patrocínio e a colaboração das autoridades religiosas, Laura decide casar-se com o médico Giuseppe Veratti (1707-1793). Em carta dirigida a um amigo confessa as razões desta decisão:

My domestic circumstances have induced me to change my mind and make this decision. [...] and you will not view it as a reason for detaching myself from the studies, I am under obligation to profess, which I had hoped quietly to pursue in this life; therefore, I have chosen a person who walks my path in the arts and who, through long experience, I was certain would not impede me from following mine. (*Lettere al Dott. Giovanni Bianchi*, 1738, citada em Logan, 1994, p. 795, e em Simpson, 2016, p. 17)

O seu novo estado multiplica as possibilidades de participação na vida social e científica, apesar das preocupações com a educação dos nove filhos, dos quais só cinco atingem a idade adulta (Cavazza, 2009; Findlen, 1993). Em casa do casal realizam-se salões literários, frequentados por estudantes de ciências, poetas ou até viajantes de passagem por Bolonha. Sem o estatuto do casamento e o apoio material do marido, provavelmente não teria alcançado dois objetivos: a lecionação regular de física experimental, na sua própria casa, e a investigação com o recurso ao equipamento laboratorial essencial àquela matéria, pelo que, devido aos elevados custos, o acordo e a colaboração de Veratti são fundamentais para o seu sucesso. Brevemente, este laboratório doméstico torna-se um centro de atração quer para investigadores italianos, quer para muitos estrangeiros. A título de exemplo,

somente na casa dos Bassi-Veratti é possível encontrar uma máquina elétrica para a realização de experiências eletrostáticas, como nos conta no seu diário o físico francês Abade Jean-Antoine Nollet, após uma visita efetuada em 1749 (Cavazza, 2009). O inventário desses equipamentos está publicado e pertence ao Arquivo do Estado de Bolonha (Busi, 2001). Dele nada resta atualmente, pois foi disperso em vendas peça a peça (Frize, 2013).

Quando já conta 65 anos, e por morte de Paolo Balbi de quem Veratti é assistente e seu sucessor lógico, a cadeira de Física Experimental acaba atribuída a Laura Bassi, como reconhecimento do seu labor científico, obtido “through her actions rather than her pen” (Findlen, 1993, p. 443), uma vez que só uma ínfima parte das suas inúmeras dissertações está publicada e sem autoria (Tosi, 1998).

Como foi possível tal sucesso e como é que Bassi usou o sistema de mecenato para criar para si própria um lugar na comunidade científica do século XVIII?

A presença das mulheres nas instituições acadêmicas italianas contrasta com a situação noutras regiões da Europa. Em França, a sua participação ocorre sobretudo nos salões. Assim, a cultura de salão acaba por formalizar a separação entre o mundo das academias e o da sociedade das mulheres instruídas. Em Itália, pelo contrário, pratica-se o modelo renascentista de academia, onde homens e mulheres interagem. Em diversas cidades transalpinas, a fundação de academias permite unir a universidade, o salão e as atividades de lazer do patriciado urbano (Findlen, 1993). Em Bolonha, Bassi cedo se torna um elo entre aqueles círculos fechados, desempenhando uma conexão valiosa na circulação das ideias (Taylor et al., 2008).

O novo protagonismo das mulheres, como consumidoras e produtoras de cultura, é um aspeto importante do processo de transformação social e cultural em curso no século XVIII (Cavazza, 2015), não obstante, na década de 1770, em Itália, já se ouvirem mais alto as vozes críticas às mulheres cultas, substituindo os elogios que haviam proporcionado o lançamento de carreiras como as de Laura Bassi. Vozes que, aliás, nunca desapareceram no século XVIII e que mencionavam “uma maneira feminina de pensar” e “uma metafísica feminina” que impediriam as mulheres de compreender as ciências, por serem criaturas dominadas mais pela paixão do que pela razão (Findlen, 2003). A edição de obras com a especificação “para senhoras”, comum na época (v.g. *Il newtonianismo per le dame...*, de Francesco

Algarotti), dirigidas quer a uma audiência feminina, quer ao público em geral, provavelmente tem um duplo sentido, como explica o título da obra de James Ferguson (1756) *Astronomy Explained upon Sir Isaac Newton's Principles, and Made Easy to Those Who Have Not Studied Mathematics* (citado em Mazzotti, 2004, p. 131).

Pode considerar-se Laura Bassi um produto de uma sociedade com uma longa tradição de alto nível de educação feminina, sobretudo entre a aristocracia e a elite profissional. Contudo, o que a torna uma personalidade ímpar foi o modo como soube utilizar o sistema de mecenato e as compensações atribuídas (e que podiam permanecer simbólicas), conseguindo para si própria um papel de relevo quer na promoção da nova ciência, quer na comunidade científica, através da pesquisa e do ensino (Ray, 2015; Findlen, 2003). O seu profissionalismo fez dela uma mulher pioneira na Física e um caso excepcional no seu tempo (Logan, 1994).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Busi, P. (2001). Il fondo speciale “Laura Bassi e famiglia Veratti” nelle raccolte manoscritte della Biblioteca dell’Archiginnasio: Note e inventario [Archive “Laura Bassi and Veratti family” in manuscripts from Archiginnasio Library: Notes e inventory]. *L’Archiginnasio*, XCVI, 255-326. http://badigit.comune.bologna.it/fondi/fondi/FS_Bassi_Veratti.pdf.
- Cavazza, M. (2009). Laura Bassi and Giuseppe Veratti: An electric couple during the enlightenment. *CONTRIBUTIONS to SCIENCE*, 5(1): 115-128. <http://doi.org/10.2436/20.7010.01.67>
- Cavazza, M. (2015). La scienza al femminile [Science for women]. In G. Sironi, A. Conte, & G. A. Danieli (Eds.), *Il sapere scientifico in Italia nel secolo dei lumi* (pp. 23-40). Istituto Veneto di Scienze. https://www.academia.edu/31110688/La_scienza_al_femminile_in_Il_sapere_scientifico_in_Italia_nel_secolo_dei_lumi_a_cura_di_G_Sironi_A_Conte_G_A_Danieli_Istituto_Veneto_di_Scienze_Lettere_ed_Arti_2015
- Cieślak-Golonka, M., & Morten, B. (2000, January-February). The women scientists of Bologna: Eighteenth-century Bologna provided a rare liberal environment in which brilliant women could flourish. *American Scientist*, 88(1), 68-73. <https://www.jstor.org/stable/27857965>

- Findlen, P. (1993, September). Science as a career in enlightenment Italy: The strategies of Laura Bassi. *Isis*, 84(3), 441-469. <https://www.jstor.org/stable/235642>
- Findlen, P. (2003). Becoming a scientist: Gender and knowledge in eighteenth-century Italy. *Science in Context*, 16(1-2), 59-87. <https://doi.org/10.1017/S026988970300070X>
- Frize, M. (2013). *Laura Bassi and science in 18th century Europe: The extraordinary life and role of Italy's pioneering female professor*. Springer-Verlag. <https://doi.org/10.1007/978-3-642-38685-5>
- Logan, G. B. (1994, June). The desire to contribute: An eighteenth-century Italian woman of science. *The American Historical Review*, 99(3), 785-812. <https://www.jstor.org/stable/2167770>
- Mazzotti, M. (2004, June). Newton for ladies: Gentility, gender and radical culture. *BJHS*, 37(2), 119-146. <https://doi.org/10.1017/S0007087404005400>
- Ray, M. K. (2015). *Daughters of alchemy: Women and scientific culture in early modern Italy*. Harvard University Press. https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=CF6zBwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP8&ots=Hag3QEzboY&sig=O8gDwXaWeFxnX8KEFSloLYj2l4I&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false
- Schiebinger, L. (2002). European women in science. *Science in Context*, 15(4), pp. 473-481. <https://doi.org/10.1017/S0269889702000613>
- Simpson, R. (2016). Laura Bassi: A remarkable 18th century mathematician. *Rivista*, 16-17. <https://www.british-italian.org/wp-content/uploads/2017/02/RIVISTA-398.pdf>
- Taylor, P. J., Hoyler, M., & Evans, D. M. (2008). A geohistorical study of 'the rise of modern science': Mapping scientific practice through urban networks 1500-1900. *Minerva*, 46, 391-410.
- Tosi, L. (1998). Mulher e ciência: A revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna [Woman and science: Scientific revolution, witch-hunt and modern science]. *Cadernos Pagu*, 10, 369-397. <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>

Leituras

Artistas plásticas em Portugal

Leandro, S. (Coord.). (2020)

Manufatura (376 pp.)

MARIA DO CÉU BORRÊCHO*

Este belíssimo volume dedicado às mulheres artistas em Portugal é o resultado de uma investigação coordenada por Sandra Leandro, historiadora de arte, professora na Universidade de Évora e investigadora da equipa Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher, que assina a introdução, o primeiro ensaio e a antologia bibliográfica final. No texto introdutório, que dedica àquelas que considera “audazes”, enuncia a

intenção de associar olhares que vejam mais de perto as artistas que dão forma às ideias e de reunir visões transdisciplinares que contemplem as suas obras, já que nestes objetos de irradiação visual e semântica e de realizações ontológicas se refletem conquistas artísticas, culturais, sociais, políticas e económicas, além de novos modos de ver o mundo. Sandra Leandro estabelece como objetivos expandir o

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/emdi-44gv>

* ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9388-093X>

CIÊNCIA ID: 2913-3F73-32D5

Investigadora

Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher, CHAM - Centro de Humanidades (NOVA FCSH), 1069-061 Lisboa, Portugal

mcborrecho@gmail.com

conhecimento, estimular a ver e a conceber, alargar os limites da História da Arte e desfazer equívocos no domínio dos estudos sobre as mulheres artistas em Portugal, uma vez que, num tempo marcado pela popularidade e pelo consumo rápido dos meios digitais, um livro, ao invés, “garante inteiramente a permanência do conhecimento útil” (Leandro, 2020, p. 9). Apresentada por doze investigadores/as, a análise incide sobre a atividade de outras tantas artistas: Maria Augusta Bordalo Pinheiro, Ana Hatherly, Lourdes Castro, Helena Almeida, Ana Vieira, Maria Beatriz, Maria José Oliveira, Ana Jotta, Graça Pereira Coutinho, Luísa Cunha, Gabriela Albergaria e Cristina Mateus.

Haverá artistas ou mulheres artistas? Ana Hatherly recusa ser catalogada como mulher artista, porque as mulheres não representam uma cultura separada. É praticamente indiferente que as obras tenham sido criadas por homens ou por mulheres porque a criatividade ultrapassa a dimensão normal do humano e o criador não tem sexo. No entanto, a personalidade feminina tem especificidades, como a força e a audácia, patentes nas criações das mulheres, quer na literatura quer na arte, o que as individualiza e as liberta das limitações impostas pelo seu sexo.

Anne Higonnet (1995) refere que, a partir do século XIX, “as artes forneceram às mulheres um meio relativamente seguro de procurar ou afirmar proeminência social, liderança económica e força política e cívica” (p. 420). Nesta linha de pensamento, na análise às diferentes produções artísticas, aqui mencionadas, encontramos também uma busca permanente de liberdade e de autonomia profissional, conquistadas muitas vezes com “passos miudinhos”. Signo de liberdade é o desejo de experimentação: “o criador tem de ser sempre um experienciador” (Teixeira, 2020, p. 71). A prática de um experimentalismo foi central para o Grupo de Poesia Experimental, um movimento de vanguarda ao qual Hatherly aderiu nos anos 1960, anos identicamente marcados por uma vontade de construir e desconstruir, de questionar e problematizar.

Além dessa vontade ‘experienciadora’, Hatherly defende ainda que “o processo criativo assenta num conjunto de memória e reinvenção” (citada em Teixeira, 2020, p. 71). Nesse processo se espelham as reminiscências da infância, marcada pela preponderância de figuras tutelares femininas. Ademais, as memórias e o desejo de experimentação são associados ao nosso passado cultural, nomeadamente ao maneirismo

e ao barroco, movimentos artísticos que tanto cativaram e influenciaram a obra da criadora da primeira experiência de Poesia Concreta.

Num desejo de “voltarmo-nos para dentro, para a memória, para o que sabemos”, recupera-se o uso de artes antes consideradas “domésticas e feminis”. Assim, Maria Augusta Bordalo Pinheiro interessa-se pelas rendas de bilros, desenvolvendo uma “indústria doméstica”, ao mesmo tempo que dirige, em Peniche, a Escola de Desenho Industrial Rainha D. Maria Pia. Por outro lado, na obra de Maria José Oliveira, descobrimos uma articulação entre as artes domésticas ou artesanais e a ciência. Numa “instalação” da sua autoria, coloca um *naperon* de renda com a seguinte legenda: *a organização da sociedade de C. G. Jung*.

Em muitas das artistas analisadas, notamos um desencontro com o país, resultante da percepção das suas limitações, sociais, políticas e culturais. A pouca atratividade do ensino académico origina um autodidatismo (exemplos de Cristina Mateus ou Maria José Oliveira). Esse desencontro conduz a uma itinerância na Europa ou na América – casos de Maria Beatriz, Lourdes Castro, Ana Jotta e Graça Pereira Coutinho –, o que lhes permite completar e variar as aprendizagens e os experimentalismos. Estes

trajetos revelam ainda uma permanente rebeldia e a busca de modernidade, que se refletem nas novas técnicas (audazes?), vislumbradas, por exemplo, nos trabalhos de Cristina Mateus. O valor do risco, perçecionado e assumido por todas, é consentâneo com essa rebeldia, caracterizando as vivências e as produções artísticas, através do uso de novos materiais e pela abordagem de novos temas ou novas disciplinas. Aquele nomadismo permitiu a muitas vivenciar, ter a experiência do lugar, contemplar os elementos da natureza, explorar as percepções e sensações que ela pode traduzir, já que a Terra é o meio onde tudo acontece, é um “campo de acontecimentos”, patente, por exemplo, nas “instalações” de Gabriela Albergaria. Enquanto ressonância das ideias dos filósofos setecentistas, esse retorno à natureza converte a “paisagem natural numa paisagem cultural” e reflete um encontro e confronto com o mundo habitado (Nunes, 2020, pp. 304-305).

A fechar, e com o intuito de ‘desocultar’ a criação feminina, Sandra Leandro apresenta uma antologia bibliográfica onde propõe a leitura de variados estudos, editados desde 2000, sobre mulheres artistas portuguesas do século XXI, prossequindo o valioso levantamento iniciado em anteriores investigações já publicadas (Leandro et al., 2013; 2016).

REFERÊNCIAS

- Higonnet, A. (1995). Mulheres, imagens e representações. In F. Thébaud (Dir.), *História das mulheres no Ocidente: O século XX* (vol. 5, pp. 399-429). Círculo de Leitores.
- Leandro, S., & Silva, R. H. (Coord). (2013). *Mulheres pintoras em Portugal: De Josefa d'Óbidos a Paula Rego*. Esfera do Caos.
- Leandro, S., & Silva, R. H. (Coord). (2016). *Mulheres escultoras em Portugal*. Caleidoscópio.
- Leandro, S. (2020). Introdução: às audazes. In S. Leandro (Coord.), *Artistas plásticas em Portugal* (pp. 7-15). Manufactura.
- Leandro, S. (2020). Maria Augusta Bordalo Pinheiro: “A fada do passo miudinho”. In S. Leandro (Coord.), *Artistas plásticas em Portugal* (pp. 17-61). Manufactura.
- Nunes, P. S. (2020). Gabriela Albergaria: Sob o signo da naturalness of the artificial. In S. Leandro (Coord.), *Artistas plásticas em Portugal* (pp. 293-325). Manufactura.
- Teixeira, M. R. (2020). Ana Hatherly: Arquitecto do não útil. In S. Leandro (Coord.), *Artistas plásticas em Portugal* (pp. 63-91).

Aceite para publicação/ Accepted for publication: 23/08/2021

Tudo o que eu quero: ***Artistas portuguesas de 1900 a 2020***

Ramos, A., Cachola, A.C., Silveira, A.,
Bonnin A., Alfaro, C., Rosendo, C.,
Diserens, C., ..., Maia, T. (2021)

Fundação Calouste Gulbenkian;
Imprensa Nacional-Casa da Moeda (336 pp.)

RITA MIRA*

Tudo o que eu quero. Artistas portuguesas de 1900 a 2020 é uma obra editada por altura da exposição homónima que esteve patente entre 2 de Junho e 23 de Agosto de 2021, no Museu Calouste Gulbenkian, revisitando obras de 40 artistas portuguesas de referência em diferentes áreas como pintura, escultura, desenho, cerâmica, instalação, vídeo, fotografia.

Abrangendo o período temporal desde o início do século XX até à

actualidade, esta exposição e publicação propõem, como fica explícito, no ensaio introdutório de Helena de Freitas e Bruno Marchand, curadores da mostra, uma reflexão sobre o “histórico apagamento a que as artistas mulheres e as suas produções estiveram desde sempre sujeitas” (p. 25). Esta reparação histórica sobre a falta de inscrição das mulheres artistas nos cânones artísticos constitui o seu objectivo central, pretendendo contribuir

.....

DOI: <https://doi.org/10.34619/czfa-szw5>

* <https://orcid.org/0000-0002-2542-4323>
Investigadora

Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher, 1069-061 Lisboa, Portugal
mira.rita@gmail.com

para a construção da História da “arte sem história” (Vicente, 2012).

Qualquer trabalho artístico só se infiltra nos cânones artísticos se for exposto, comentado, debatido, analisado, criticado, reposto, reavaliado, existindo muitas fissuras nos processos de construção da memória histórica, sendo esta exposição e publicação inegáveis contributos para a reposição legítima do lugar das mulheres artistas na História da Arte.

De acordo com perspectivas feministas contemporâneas (Nochlin, 1999; Pollock, 1999), apesar de ser relevante dar visibilidade ao trabalho de mulheres artistas, não chega acrescentar a sua obra aos movimentos e estilos identificados pela História da Arte, sendo essencial reflectir criticamente sobre os pressupostos desta área do saber que levaram (e ainda levam) à exclusão das mulheres.

O título da exposição foi inspirado no poema escrito por Lou Andreas-Salomé (1861-1937), filósofa, escritora e psicanalista que, em toda a sua obra, reflectiu sobre o lugar das mulheres não só no espaço social, profissional e intelectual como nas suas relações familiares, amorosas e sexuais, sob o desígnio da autodeterminação individual. A luta das mulheres pelo espaço pessoal, patente no pensamento desta

autora, remete-nos inevitavelmente para as reflexões de Virginia Woolf (1929): “que condições são necessárias à criação de obras de arte?” (p. 18).

Para além do ensaio introdutório referido, esta obra é constituída por um conjunto de capítulos dedicados a cada artista que integra esta iniciativa: Aurélia de Sousa, Mily Possoz, Rosa Ramalho, Maria Lamas, Sarah Affonso, Ofélia Marques, Maria Helena Vieira da Silva, Maria Keil, Salette Tavares, Menez, Ana Hatherly, Lourdes Castro, Helena Almeida, Paula Rego, Maria Antónia Siza, Ana Vieira, Maria José Oliveira, Clara Menéres, Graça Morais, Maria José Aguiar, Luisa Cunha, Rosa Carvalho, Ana Léon, Ângela Ferreira, Joana Rosa, Ana Vidigal, Armanda Duarte, Fernanda Fragateiro, Patrícia Garrido, Gabriela Albergaria, Susanne Thémlytz, Grada Kilomba, Maria Capelo, Patrícia Almeida, Joana Vasconcelos, Carla Filipe, Filipa César, Inês Botelho, Isabel Carvalho e Sónia Almeida.

O enquadramento cronológico da exposição, presente no seu subtítulo, deve-se à percepção, no contexto da História da Arte, de que foi precisamente na viragem do século XX que as artistas portuguesas iniciaram, ainda que timidamente, “o longo e difícil caminho da sua autonomia, da sua presença e autodeterminação

artística” (p. 26), assistindo-se a uma explosão da sua actividade após a Revolução de 25 de Abril de 1974.

A exposição inicia-se com o icónico “Auto-retrato” de Aurélia de Sousa, de 1900 (p. 39), constituindo uma poderosa imagem que incorpora uma posição emergente das mulheres artistas fundada na sua vontade, liberdade e autonomia. Com o olhar directo, interpelador e autodeterminado, esta pintura inaugura simbolicamente uma nova atitude das mulheres artistas, reivindicando o seu lugar de criadoras no universo artístico, afastando-se das expectativas sociais dominantes – de recato, interioridade e emoção – associadas tradicionalmente ao feminino e à feminilidade.

A questão da auto-representação feminina ganha importância com a tomada de consciência de que “só muito recentemente as mulheres (...) passaram de objectos a sujeitos, de musas a criadoras” (p. 25), juntando-nos às interrogações de Teresa Joaquim (1997): “Que significado terá que só nos primórdios do séc. XX tivemos o primeiro auto-retrato de uma pintora: Aurélia de Sousa? (...) o que é que impedia a inscrição do seu rosto, do seu corpo, numa obra criativa (...)?” (p. 49).

Esta temática é logo abordada no primeiro núcleo da exposição

sobre “o lugar da artista”, pondo em confronto o “Auto-retrato” de Aurélia de Sousa e a pintura “Re-Récamier” de Rosa Carvalho, assinalando quer as duas épocas extremas do arco cronológico referido, quer duas visões antagónicas acerca do lugar da mulher na arte: por um lado, a presença realista da autora no primeiro e, por outro lado, a ausência intencional da figura feminina na reprodução da obra “Retrato de Madame Récamier”, de Jacques-Louis David, na segunda.

Outros eixos temáticos, “reveladores de uma vontade de afirmação e de poder por parte das artistas perante os sistemas de produção e consagração dominantes” (p. 27), são abordados, tais como o corpo, o espaço, a palavra, o olhar, a pluralidade do feminino, entre outros.

Apesar de não pretender ser um retrato da arte feminina em Portugal, rejeitando uma abordagem redutora e simplista, associada à reprodução de estereótipos de género, a questão das pertenças e identidades, incluindo as de género, são fortemente abordadas nos diferentes núcleos temáticos desta exposição.

As preocupações feministas, na sua pluralidade, trespassam a maioria das obras, numas de forma mais directa e evidente, noutras de

forma mais subtil e discreta, sendo, no entanto, muito poucas as artistas presentes nesta exposição que se afirmam como feministas, não podendo esta questão ser dissociada da diversidade geracional das diferentes autoras, bem como da “variedade de formas de estigmatização que esta palavra sofreu ao longo da história” (Offen, 2008, p. 37).

Se há artistas como Paula Rego, que se assume com entusiasmo como feminista (p. 29), Ana Vidigal, que não se amedronta com esta assunção pública (Mira, 2011), e Joana Vasconcelos, que advoga “um feminismo que defende a liberdade de cada um(a)” (p. 277), outras há que se declaram feministas de forma mais discreta, como Vieira da Silva, e outras ainda que não colocam a

perspectiva feminista como uma questão central do seu trabalho, como Helena Almeida, Lourdes Castro e Ana Vieira (Mira, 2014); há por fim Maria Lamas, que, apesar de ter sido uma activista política defensora dos direitos das mulheres e da melhoria das suas condições de vida, sempre rejeitou a sua identificação com este conceito (Fiadeiro, 2003). Independentemente desta afirmação, a luta por um lugar de pleno direito, social e artístico, bem como a vontade de ter uma voz própria e autónoma, estão fortemente presentes em diversas obras desta exposição, como no vídeo “Ouve-me”, de Helena Almeida, considerado por João Ribas “uma obra-prima do feminismo português” (p. 30).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Fiadeiro, M. A. (2003). *Maria Lamas: Biografia* [Maria Lamas: Biography]. Quetzal Editores.
- Joaquim, T. (1997). *Menina e Moça: A construção social da feminilidade* [Girl and young woman: The social construction of femininity]. Fim de Século.
- Mira, R. (2011). Ana Vidigal [Ana Vidigal]. *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, 25, 161-171.
- Mira, R. (2014). Olhar Ana Vieira [To look Ana Vieira]. *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, 31, 149-153.
- Nochlin, L. (1999). *Representing women*. Thames & Hudson.
- Offen, K. (2008). Erupções e fluxos: Reflexões sobre a escrita de uma história comparada dos feminismos europeus, 1700-1950 [Eruptions and flows: Reflections on the

- writing of a comparative history of European feminisms, 1700-1950]. In A. Cova (Dir.), *História comparada das mulheres* (pp. 29-45). Livros Horizonte.
- Pollock, G. (1999). *Differencing the canon: Feminism and the writing of art's histories*. Routledge.
- Vicente, F. L. (2012). *A arte sem história: Mulheres e cultura artística (séculos XVI-XX)* [Art without history: Women and artistic culture (16th-20th centuries)]. Athena.
- Woolf, V. (2005 [1929]). *Um quarto só para si* [A room of one's own]. Relógio d'Água.

Aceite para publicação/ Accepted for publication: 27/10/2021

Linha Editorial

Normas de Publicação

LINHA EDITORIAL

Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher dá o seu primeiro número à estampa em 1999, sendo a sua publicação semestral.

É promovida pelo grupo de investigação com o mesmo nome, integrado no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA).

Aceita e publica artigos em português, espanhol, francês e inglês, visando, desse modo, a internacionalização. Abrange um leque variado de rubricas, sendo os “estudos” sujeitos a avaliação por especialistas, em regime de anonimato. Somente a secção *Estudos* está sujeita a arbitragem científica.

Através da pluralidade de perspectivas e da diversidade de temas abordados, *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* pretende divulgar trabalhos no âmbito dos Estudos sobre as Mulheres, dos Estudos Feministas e dos Estudos de Género, que possam contribuir para a transformação das práticas relacionais e dos simbolismos que as suportam. Emergindo da academia e a ela também se destinando, constitui-se como proposta de diálogo científico cada vez mais afirmado nas universidades portuguesas.

PROCEDIMENTO DE ARBITRAGEM

Os artigos propostos à revista *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* são submetidos, sob anonimato, ao parecer por dois especialistas – *blind referees* – nacionais e/ou internacionais, garantindo a imparcialidade da avaliação. Os pareceres deverão ter em conta a adequação e enquadramento do artigo nos objectivos da revista *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, a sua qualidade científica, a pertinência, a originalidade, a clareza e a coerência de conteúdos, a explicitação da metodologia, o rigor da escrita e o equilíbrio formal.

Os pareceres deverão explicitar: aceite sem restrições; aceite com restrições (indicando quais); rejeitado. Será ainda solicitada a indicação de sugestões e sua justificação, contribuindo para a possível melhoria da qualidade científica do artigo a ser enviado, sob anonimato, ao/à respectivo/a autor/a. Para a publicação, o artigo deve contar com dois pareceres favoráveis.

PEER REVIEWING PROCESS

Articles forwarded to *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* are submitted, anonymously, for peer reviewing by two national and/or international specialists – *blind referees* – therefore allowing for the impartiality of the review process. The peer reviewing process must hold into account how the article corresponds to the overall goals of the journal *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*; its scientific quality; the relevance, originality, clarity and coherence of its contents; the delineation of its methodology; the clarity of writing and its formal coherence and balance.

Only the articles in the section *Estudos* are submitted for peer reviewing.

Reviews must be explicit in their considerations for publishing: accepted without restrictions; accepted with restrictions (indicating which); rejected. Further suggestions that may be seen as pertinent in terms of changes to the article may also be requested, in order to be transmitted, anonymously, to the author(s). In order to be published, the article must hold two favourable reviews.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

1. O/A(s) autor(es)/a(s) devem entregar um exemplar digital em formatos word e pdf, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço e meio. Todos os textos devem vir acompanhados de folha de rosto com a identificação, endereço do currículo em plataforma digital (exs: ORCID/CIÊNCIA ID, LATTES) e afiliação institucional por extenso (máximo duas) do/a(s) autor(es)/a(s), pela seguinte ordem: Universidade, Faculdade, Departamento/Centro, código postal, cidade, país. Indicar também endereço de e-mail, de preferência institucional. É importante evitar abreviaturas e acrónimos sem especificação do nome por extenso.

2. Os *Estudos*, originais, não podem ultrapassar **40 000 caracteres (incluindo espaços)** e devem conter **título, resumo e palavras-chave no idioma do texto do artigo e nos idiomas português e inglês** (exemplo: para um artigo escrito em espanhol devem aparecer título, resumo e palavras-chave em espanhol, português e inglês). No caso de o artigo ser escrito em inglês, esses elementos deverão surgir em inglês e em português. Cada resumo deve ter no máximo **650 caracteres (incluindo espaços)** e **até 5 palavras-chave**.

Os *Estudos* originais propostos para publicação são submetidos a parecer de especialistas das áreas respectivas como indicado no procedimento de arbitragem.

3. Antes de iniciar o processo de arbitragem científica, todos os textos serão objecto de uma primeira triagem para verificação de que cumprem os objectivos e os requisitos textuais e científicos, bem como as normas aqui apresentadas.

4. Os nomes e endereços de autores de artigos submetidos a esta revista que não sejam aceites para publicação não serão disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

5. Apenas são aceites referências bibliográficas das obras citadas, que deverão ser colocadas no fim do respectivo artigo. Nas citações directas no corpo do texto, deverá aparecer o apelido do autor, o ano e a página da referência.

As transcrições devem abrir e fechar com aspas, quando não excederem as 4 linhas; no caso de citações mais longas deverão ser entalhadas e transcritas sem aspas. Nas paráfrases, deverá indicar-se somente o apelido do autor e o ano. Na lista de referências bibliográficas, as obras cujo título se apresenta numa língua diferente da inglesa, este deve ser traduzido para inglês e colocado entre parênteses rectos a seguir ao título original.

Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher utiliza as normas APA, versão 7. (Mais informação em <https://apastyle.apa.org>)

6. Enviar textos em formatos word e pdf para: E-mail: facesdeeva@fcsh.unl.pt

7. O *Estado da Questão*, *Pioneira* e *Retrato* não devem ultrapassar os **12 000 caracteres (incluindo espaços)**. O *Estado da Questão* deve vir acompanhado do respectivo **logótipo** (em formato jpg/gif). *Pioneira* e *Retrato* devem ser acompanhados de uma **fotografia** (em formato jpg/gif).

8. Os *Diálogos* não devem ultrapassar os **20 000 caracteres (incluindo espaços)**.

9. As *Entrevistas* não devem ultrapassar os **20 000 caracteres (incluindo espaços)** e devem vir acompanhadas de uma **fotografia** (em formato jpg/gif).

10. As *Recensões* de livros, filmes, ou de qualquer outro suporte de carácter cultural e/ou artístico não devem ultrapassar os **8 000 caracteres (incluindo espaços)** e são aceites desde que tenham sido publicados/apresentados, no máximo, no ano anterior.

11. A regra ortográfica de cada artigo respeita a opção de autoras/es.

Referências bibliográficas

Exemplos:

Um autor:

Beleza, T. P. (2010). *Direito das mulheres e da igualdade social* [Women's rights and social equality]. Almedina.

Mais do que um autor:

Schmidt, L., Truninger, M., Guerra, J., & Prista, P. (2018). *Sustentabilidade: Primeiro grande inquérito em Portugal* [Sustainability: First major survey in Portugal]. Imprensa de Ciências Sociais.

Mesmo autor e mesma data:

Bourdieu, P. (2011a). O campo político [The political field]. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 5, 193-216.

Bourdieu, P. (2011b). *Razões práticas: Sobre a teoria da ação* [Practical reasons: On the theory of action]. Papirus.

Capítulo em livro editado:

Bystrom, D. G. (2004). Women as political communication sources and audiences. In L. L. Kaid (Ed.). *Handbook of Political Communication Research* (pp. 435-459). Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Artigos em jornal:

Pereira, A. C. (2019, Setembro 26). Greta “é uma criança a ralhar com adultos” e isso irrita muita gente [Greta “is a child scolding adults” and that annoys a lot of people]. Público.

<https://www.publico.pt/2019/09/26/sociedade/noticia/greta-ralha-adultos-irrita-gente-1888042>

Pusich, A. G. (1858, Novembro 1). A Portugal [To Portugal]. *A Cruzada*, pp. 1-2.

Artigos em periódico (com DOI):

Priebe, S., Sandhu, S., Dias, S., Gaddini, A., Greacen, T., Ioannidis, E., ... Bogic, M. (2011). Good practice in health care for migrants: Views and experiences of care professionals in 16 European countries. *BMC Public Health*, 11(1), 187. <https://doi.org/10.1186/1471-2458-11-187>

Resurrección, B. P. (2013). Persistent women and environment linkages in climate change and sustainable development agendas. *Women's Studies International Forum*, 40, 33-43. <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2013.03.011>

Organizações:

United Nations. (2019). *Sustainable development goals report*. <https://www.un.org/sustainabledevelopment/progress-report/>

EDITORIAL GUIDELINES

1. The author(s) must send a digital copy in both word and pdf format. Please use Times New Roman, size 12, at a space and a half. All manuscripts must have a cover page with the following information: identity, CV in digital platform address (e.g. ORCID/CIÊNCIA ID, LATTES) and affiliation (two at most) in the following order: University, College, Department/Research Center, postal code, city, country. Also indicate an e-mail address, preferably institutional. Acronyms and abbreviations must only be used after providing the full name(s) to which they refer.

2. Original manuscripts submitted for the *Estudos* (Studies) section must not exceed **40000 characters (including spaces)** and must contain **title, abstract and keywords in the language in which the article is written, but also in English and Portuguese** (example: an article written in Spanish must contain title, abstract and keywords in Spanish, Portuguese and English). For articles written in English, the aforementioned elements must also be in English and Portuguese. Abstracts must not exceed **650 characters (including spaces)** and must have **up to 5 keywords**.

Original manuscripts submitted for consideration in the *Estudos* (Studies) section are submitted to a review process by two specialists in the respective scientific areas, as indicated in the peer reviewing process.

3. Before initiating the peer reviewing process, all manuscripts will be subjected to a screening so as to ascertain that all publishing norms are duly followed.

4. Personal information regarding authors who submit manuscripts for the journal, namely their names and addresses, will be used solely for the purposes of the publication of scientific work, and will not be used for other ends or made available to third parties.

5. Only bibliographical references of works cited shall be accepted. These must be placed at the end of the article. Works must be cited in the text, with the following format: (author surname, year, page). Short quotations, not exceeding 4 lines, should be enclosed within quotation marks in the text. Longer quotations must be separated from the text and not be enclosed within quotation marks.

Cite the work you paraphrase in the text using either the narrative or the parenthetical format. In the list of references, when a title is in a language other than English, include a translation of the title in square brackets.

Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher follows the norms provided by APA, version 7.

(Further information in <https://apastyle.apa.org>)

6. Address for manuscript submission in word and pdf format: E-mail: facesdeeva@fcsh.unl.pt

7. The sections *Estado da Questão* (State of the Art), *Pioneira* (Pioneer) and *Retrato* (Portrait) must not exceed **12000 characters (including spaces)**. The section *Estado da Questão* (State of the Art) must include the respective **institutional logo** (in jpg/gif format). The others sections must include a **photograph** (in jpg/gif format).

8. The section *Diálogos* (Dialogues) must not exceed **20000 characters (including spaces)**.

9. The section *Entrevistas* (Interviews) must not exceed **20000 characters (including spaces)** and must include a **photograph** (in jpg/gif format).

10. The section *Recensões* (Reviews) includes appraisals of books, movies, or any other type of cultural and/or artistic production. Submissions must not exceed **8000 characters (including spaces)** and must focus on materials that were published or released twelve months prior to the expected date of publication of the number of the journal.

References:

Examples:

One work by one author:

Terry, G. (2009). *Climate change and gender justice*. Practical Action Publisher.

One work by multiple authors:

Berylly, C. M., & Ross, Karen (2006). *Women & media. A critical introduction*. Blackwell Publishing.

Same author and same publication date:

United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC). (2019a). *Gender and climate change draft decision -/CP.25 enhanced Lima work programme on gender and its gender action plan*. Madrid: UNFCCC <https://unfccc.int/topics/gender/workstreams/the-enhanced-lima-work-programme-on-gender#eq-2>

United Nations Framework Convention on Climate Change UNFCCC. (2019b). *Gender composition report by the secretariat conference of the parties twenty-fifth session Santiago, 2–13 December*.

https://unfccc.int/sites/default/files/resource/CP2019_09E.pdf

Chapter in a book:

Bystrom, D. G. (2004). Women as political communication sources and audiences. In L. L. Kaid (Ed.). *Handbook of Political Communication Research* (pp. 435-459). Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Serial/journal article (online):

Findlen, P. (1993, September). Science as a career in enlightenment Italy: The strategies of Laura Bassi. *Isis*, 84(3), 441-469. <https://www.jstor.org/stable/235642>

Serial/journal article (DOI):

Priebe, S., Sandhu, S., Dias, S., Gaddini, A., Greacen, T., Ioannidis, E., ... Bogic, M. (2011). Good practice in health care for migrants: Views and experiences of care professionals in 16 European countries. *BMC Public Health*, 11(1), 187. <https://doi.org/10.1186/1471-2458-11-187>

Resurrección, B. P. (2013). Persistent women and environment linkages in climate change and sustainable development agendas. *Women's Studies International Forum*, 40, 33-43. <http://doi.org/10.1016/j.wsif.2013.03.011>

Book/ Chapter in a book/ Serial/journal article in another language:

Tosi, L. (1998). Mulher e ciência: A revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna [Woman and science: Scientific revolution, witch-hunt and modern science]. *Cadernos Pagu*, 10, 369-397.

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>

Organisation/Corporate author:

United Nations. (2019). *Sustainable development goals report* <https://www.un.org/sustainabledevelopment/progress-report/>



*I know why the caged
Nightingale does not sing:
Para uma leitura de
Cassandra (1852), de Florence
Nightingale (1820-1910)*
Miguel Alarcão

ESTADO DA QUESTÃO

Associação "Feministas
Em Movimento"
Elisabete Brasil

DIÁLOGOS

Computação é Coisa
de Menina Sim!
Aleteia Araujo
Maristela Holanda

Ada Lovelace

(Augusta Ada Byron King,
condessa de Lovelace)

1815-1852

por Margaret Sarah Carpenter, 1836

NOTA DE ABERTURA

Curiosidade e persistência
Isabel Henriques de Jesus

POEMA

Sonnet
The Rainbow
A. A. Lovelace

HOMENAGEM

Augusta Ada King, Countess
of Lovelace: First computer
programmer
Suu Charman-Anderson

ESTUDOS

Ada Lovelace: A «feiticeira do
número»
Carlos Fiolhais

Escrita e narrativa na
estratégia de emancipação
da personagem Lenù na
tetralogia napolitana de
Elena Ferrante
Cristina Carneiro de Menezes

El materialismo no
esencialista de Luce Irigaray:
Una mirada renovada sobre la
diferencia sexual
Ariel Martínez

Mulheres contra o fascismo:
Diálogos possíveis entre
Maria Lacerda de Moura,
Luce Fabbri e Hannah Arendt
Jaqueline Moraes de Almeida

ENTREVISTAS

Luisa Ribeiro Lopes
Zamira de Assis

Rosalia Vargas
Sofia Nunes

PIONEIRA

Maria Alice Pereira
Diana Moraes
Maria do Rosário Barardo

RETRATO

Laura Bassi
Maria do Céu Borrêcho

LEITURAS

Artistas plásticas em Portugal
Maria do Céu Borrêcho

Tudo o que eu quero: Artistas
portuguesas de 1900 a 2020
Rita Mira